Opusculos

POR

A. HERCULANO

TOMO II

QUESTÕES PUBLICAS

TOMO II

QUINTA EDIÇÃO

LIVRARIA BERTRAND
LISBOA

LIVRARIA FRANCISCO ALVES
RIO DE JANEIRO — S. PAULO
BELO HORIZONTE

Digitized by the Internet Archive
in 2010 with funding from
University of Toronto

http://www.archive.org/details/opusculos02herc

OPUSCULOS

Opusculos

POR

A. HERCULANO

TOMO II

QUESTÕES PUBLICAS

TOMO II

QUINTA EDIÇÃO

LIVRARIA BERTRAND
73, Rua Garrett, 75
LISBOA

LIVRARIA FRANCISCO ALVES
RIO DE JANEIRO
S. PAULO — BELO HORIZONTE

Composto e impresso na Imprensa Portugal-Brasil
Rua da Alegria, 39 — Lisboa

MONUMENTOS PATRIOS

1838

MONUMENTOS PATRIOS

I

Diz-se que uma das mais bellas missões da imprensa é defender a boa razão, a arte, e a honra e gloria da patria. Imagina-se ampla colheita de renome, de bençãos, de vantagens da toda a especie para o escriptor que alevanta a voz a favor do bom, do justo e do bello, se a voz do que escreve é assás poderosa para se esperar que mova os animos dos seus concidadãos. E com effeito indicar a estes o recto caminho, quando transviados; tentar affeiçoá-los a nobres e puros sentimentos; fazê-los amar o solo natal; despertar-lhes affectos pelo que foi grande e nobre na historia do país, parece que deveria produzir fructos de benção para o escriptor que o tentasse. Não é, todavia, assim. Ha para isso um obstaculo quási

insuperavel; a superstição pelas ideias e tendencias do presente, mais cega que a superstição pelas crenças do passado. As paixões são mais energicas do que as reminiscencias, as aspirações que as saudades. Gloria, lucro, respeito, bençãos são para aquelle que afaga com palavras mentidas as preoccupações populares; para aquelle que, sem discrime louva, adorna ou repete como echo as opiniões que ao redor delle, talvez por cima delle, esmagando-lhe a consciencia, passam como torrente. Tumultua o genero humano correndo ao longo dos seculos: o louvador, ás vezes o promotor do tumulto, se a natureza lhe concedeu imaginação e talento, vai adiante como capitão e guia da geração que corre ebria: incita-a, arrasta-a, deslumbra-a. As corôas voam-lhe do meio do tropel sobre a cabeça. Verdade é que ao cabo de tanto lidar elle se despenhará com essa geração no abysmo do passado; verdade é que o abysmo se fechará para elle com o sêllo da reprovação de cima, e que, porventura, não tardará que o futuro passe por ahi a sorrir, ou se afaste com tedio do sepulchro dealbado do erro ou da villania. Mas isso que importa? O homem que vendeu ao seculo a consciencia e o engenho, que Deus não lhe deu para mercadejar com elle, foi bemquisto e glorificado em-

quanto vivo; foi antessignano do progresso, embora este seja avalidado algum dia como progresso fatal!

Mas que póde esperar aquelle que, nessa longa e ampla estrada do tempo, por onde o genero humano corre desordenado, quiser vir, do lado do futuro e em nome do futuro, dizer á geração a que pertence — «parae lá»? Embora a sua voz troveje: embora as suas palavras devam fazer vibrar todas as cordas do coração e despertar todas as convicções da alma: não espere ser ouvido. As multidões continuarão a passar desattentas. Escarnecido, amaldiçoado talvez, dormirá esquecido na morte, e os sabios e prudentes cultores de uma philosophia corrompida e egoista dirão, com insultuosa compaixão, ao passar pelo que jaz no pó: — «Pobre louco, recebeste o premio de querer contrastar o seculo»!

O que havemos dito é crua verdade; mas é a verdade. Ha nesta epocha dous caminhos a seguir; um, estrada larga, batida, plana, sem precipicios, mas que conduz á prostituição da intelligencia; outro, vereda estreita, tortuosa, malgradada, mas que se dirige ao applauso da propria consciencia. Aquelles cujas esperanças não vão além dos umbraes do cemiterio e que ahi vêem, não o termo da sua peregrinação na terra, mas o remate da existencia, que

sigam a facil estrada. Nós, porém, que guardamos para além da vida as nossas melhores esperanças, tomaremos o bordão do romeiro e iremos rasgar os pés pela vereda d'espinhos. Resignar-nos-hemos nos desprezos e, como soldados do eremita Pedro, que, pondo a cruz vermelha no hombro para irem morrer na Palestina, clamavam — «Deus assim o quer! Deus assim o quer!» diremos tambem — «sofframos o menoscabo e o vilipendio: sofframos que assim o quer Deus.»

É contra a indole destruidora dos homens de hoje que a razão e a consciencia nos forçam a erguer a voz e a chamar, como o antigo eremita, todos os animos capazes de nobre esforço para nova cruzada. Ergueremos um brado a favor dos monumentos da historia, da arte, da gloria nacional, que todos os dias vemos desabar em ruinas. Esses que julgam progresso apagar ou transfigurar os vestigios venerandos da antiguidade, que sorriam das nossas crenças supersticiosas; nós sorriremos tambem, mas de lastima, e as gerações mais illustradas que hão de vir decidirão qual destes sorrisos significava a ignorancia e a barbaridade, e se não existe uma superstição do presente como ha a superstição do passado.

A mais recente quadra de destruição para os monumentos, tanto artisticos como histo-

ricos, de Portugal, póde dividir-se em duas epochas bem distinctas. Acabou uma : a outra é aquella em que vivemos.

A ultima metade do seculo XVIII e os annos já decorridos deste seculo teem sido um periodo de reforma ou antes de revolução. A revolução não é de hontem. Quasi sempre as manifestações ruidosas e, digamos assim, externas das epochas de grandes transformações veem muito depois de iniciadas estas. No seio da fórmula social que vai fenecer ha gestação da fórmula social que surge. Quando as labaredas rompem pelas janellas do edificio, ha muito que o incendio lavra pelo interior dos aposentos.

Entre nós, as reformas começou-as um homem grande, mas que era homem do seu tempo. Genio positivo e mui pouco especulativo, ministro de um rei absoluto, e sabendo que, se não caminhasse depressa, ficaria no caminho, o marquez de Pombal fez resurgir de salto sciencia, artes, industria e administração. A maioria do país obedecia ás reformas, mas sem as comprehender. O circulo dos individuos que alcançavam o valor dellas e o influxo que deviam ter no futuro era assás limitado. A iniciação estava feita, mas o fogo tinha de lavrar muito tempo debaixo das cinzas. Exteriormente, a maior parte das refor-

mas, destoando de habitos inveterados, repugnando não raro a opiniões vulgares, devendo ter resultados remotos, que o commum dos espiritos não sabiam antever, nem podiam apreciar, definharam-se ou morreram logo que se quebrou o braço de ferro que as realizara e mantivera, sorte ordinaria de todos os commettimentos sociais que antecedem a diffusão das ideias que representam. O conde de Oeiras, pondo os estudos ao nivel dos do resto da Europa, fez acceitar o movimento scientifico desta; mas as intelligencias reconduzidas de salto ao bom caminho, sem transições graduaes, acceitaram mais as fórmas do que comprehenderam o espirito.

O que succedeu na sciencia succedeu na litteratura. Acabaram os acrostichos, os restos do gongorismo, os sermões de antithese e argucias, os elogios e conferencias palavrosas e retumbantes da Academia da Historia, onde o proprio reformador tambem peccara: ficámos, porém, com a litteratura á Luiz XIV, cuja influencia em Porugal começára a despontar no horizonte desde o começo daquelle seculo e que, depois, os nossos innocentes Arcades acceitaram como emanação legitima da arte grega e romana. Peor do que na sciencia, a regeneração litteraria, desprovida de nacionalidade, alheia ás tradições portuguesas, nas-

cia, digamos assim, morta. O mau gosto desapparecera, mas em logar delle ficava cousa que pouco mais valia; a inspiração pautada, o estro convencional e a vacuidade da ideia escondida debaixo da opulencia da fórma.

Se, em parte, as sciencias e a industria foram introduzidas, ou como inventadas, no reinado do marquez de Pombal, as artes plasticas, e principalmente a architectura, cuja historia, mais do que a de nenhuma arte, neste momento nos importa, já anteriormente existiam. A epocha de D. João V foi uma epocha de luxo e riqueza lançados sobre um país miseravel, como alfombra preciosa em pavimento carunchoso e podre. Esse luxo e riqueza, que brotavam das minas da America, foram favoraveis aos artistas. As obras magnificas do nosso Luiz XIV, ou antes da simia de Luiz XIV, e mais que tudo a edificação do fradesco palacio de Mafra fizeram apparecer estatuarios, esculptores, architectos. Achou-os o conde de Oeiras, e deu aos seus talentos nova applicação. Ao gosto corrompido da architectura italiana, que era a seguida em Portugal, fez substituir um gosto mais severo, mais util e mais mesquinho. Era o homem politico, o homem da vida practica dirigindo as artes: eram as artes reduzidas pura e simplesmente a um ramo de administração. Com-

pare-se o caracter geral do convento de Mafra com o das grandes obras do marquez de Pombal, o plano da nova Lisboa, o Terreiro do Paço, a Alfandega, o Arsenal da Marinha, a parte moderna dos edificios da Universidade de Coimbra. Em Mafra, achar-se-hão a exageração de ornatos e os primores do cinzel, mas nenhuma inspiração verdadeiramente nobre e grande; achar-se-ha o desmesurado supprindo o sublime; nas obras do marquez, só se encontram largas moles desadornadas, edificios monotonos, postoque uteis ou necessarios, uma praça magnifica, onde campeiam monolithos enormes e que seriam admiraveis se não estivessem cobertos de remendos e parches, e cujas paredes se pintaram de ochre para poupar alguns palmos de silharia, alguns palmos de marmore. O plano de qualquer obra publica desta epocha dir-se-hia sempre traçado na mente de um negociante hollandês. O despotismo ignorante e presumido estragara a arte com a puerilidade; o despotismo illustrado estragou-a com a razão. Mafra é um poema da Fenix-Renascida: a Lisboa do marquez de Pombal um soneto de Dinis ou uma ode de Garção. A cidade depois do convento é o Novo-methodo do padre Pereira expulsando das escholas latinas a grammatica do padre Alvares.

Morreu D. José I, facto insignificante em si, mas grave pelas suas consequencias. Com a morte desse homem desappareceu da scena politica o forte espirito que reinara em vez delle. Portugal sossobrou então; apenas sobre o seu vortice de perdição boiaram por algum tempo as letras e a sciencia sustentadas ao de cima pelo braço do duque de Lafões. A architectura, que num país pequeno e pobre, como o nosso, depende quasi exclusivamente do governo para existir, não decaíu porque estava já decadente: o que fez foi retroceder das fórmas mesquinhas, mas graves e simples, que adoptara, para os fogaréus e burriés e refolhos e espiraes e grinaldas da epocha anterior. Quereis saber o que ella foi d'ahi ávante? Olhae para o mais notaved edificio do subsequente reinado, para o convento do Coração de Jesus. Como o pensamento unico do governo era desmentir o bom, o mau, o indifferente, tudo, em summa, quanto se fizera no antecedente reinado, buscou-se restaurar a architectura de Mafra, menos a vastidão, menos a opulencia. Caricatura de caricatura. Aquelles portaes microscopicos, aquellas columnas disformes e deformes, encostadas à portada da igreja, especie de polypos de pedra, guardados alli para servirem de pilares em outro monumento que delles viesse a carecer;

aquelle atrio que recorda o *vomitorium* dos amphitheatros romanos; aquellas torres onde não se pouparam nem columnellos inuteis, nem franjas e avellorios de marmore; tudo isso é amostra do gosto da epocha, gosto que tem durado e que ainda campeia nas fachadas de varios armazens ao divino construidos nos ultimos sessenta annos e baptizados com a pomposa denominação de templos.

Tal foi em Portugal a architectura durante seculo e meio. O renascimento, que condemnou em peso, como barbaras, as origens das nações modernas e especialmente o que desdizia das diversas manifestações da civilização grega e romana, envolveu nesta condemnação, em muitos casos injusta ou inepta, os admiraveis monumentos da arte que a idade-média legara aos tempos modernos. As gerações subsequentes, educadas numa adoração irreflexiva de tudo quanto viera da Grecia e de Roma pagãs, não podiam comprehender a sublime magestade e, digamos assim, o espiritualismo da arte christã. Os paços, os castellos, as pontes, os cruzeiros, as galilés das praças, as portas, as torres, os pelourinhos das cidades e villas, construidos desde o XI até o XV seculo quasi que desappareceram. Conservaram-se alguns mosteiros e sanctuarios, algumas cathedraes e parochias, não por serem obras da

arte, mas por serem logares consagrados a instituições religiosas, e talvez por terem faltado os recursos para os substituir por novas edificações.

Ainda assim restar-nos-hiam hoje em mosteiros, em cathedraes e em outros edificios consagrados ao culto inestimaveis monumentos, se nesta terra, desamparada de Deus e da arte, tivesse havido sequer um vislumbre de gosto e de veneração pelo passado, e não fosse justamente entre o clero, isto é, entre os guardadores naturaes desses mesmos monumentos, que surgissem os seus mais funestos adversarios. Porém os bispos sabiam theologia e direito canonico; os conegos e parochos, alguns sabiam latim; os frades, pelo menos os membros das antigas ordens manachaes, eram eruditos e homens de letras; mas nem os bispos, nem os conegos e curas d'almas, nem os frades entendiam de architectura. Entregaram tudo aos architectos e mestres de obras, que estragaram tudo. Quasi que escaceava a pedra para se converter em cal. Os batefolhas não tinham mãos a medir. Columnas, capiteis, abobadas, torres, portaes, arcarias, claustros, tudo foi caiado, dourado, enfeitado, estragado. Procurae na maior parte das nossas sés, das nossas collegiadas, das nossas velhas parochias, um desses pilares polystylos,

desses capiteis e cimalhas rendadas, desses bocetes e penduroes variados, dessas gargulas ás vezes insolentes, ás vezes terrificas, ás vezes finamente epigrammaticas, e nada achareis do que foi. Aquelles livros de pedra, complexos como os poemas de cavallaria, ingenuos como os poemas do Cid ou dos Nibelungen, converteram-se em palimpsestos d'onde se raspou a historia das crenças, dos costumes, dos trajos, das alfaias de antigas eras; onde se apagaram os vestigios de successos notaveis, de dramas populares, de lendas poeticas, e até retratos unicos de varões singulares. Nesses livros preciosos, em vez do seu primitivo conteúdo, só achareis as rasuras que mãos ineptas ahi fizeram e os caracteres que sobre essas paginas, outrora eloquentes, traçou a peor das barbarias, a barbaria pretenciosa e civilizada. Passou por lá o picão do reformador, a colhér do estucador, o mordente do dourador. Paredes, pilares, capiteis, laçarias, ogivas estão rebocados, alvos, polidos, dourados. A luz do sol já não bate no pavimento do templo convertida em luz baça e saudosa pelos vidros córados das frestas esguias, dos espelhos circulares: agora alaga em torrentes essas paredes brancas e lisas, que fingem ás vezes absurdamente pedras impossiveis estendidas pela colhér do alveneu

sobre a face rugosa, mas secular e veneranda, da verdadeira pedra. O templo de Deus é como a sala do baile, como a sala dos legisladores, como a sala do theatro, como a praça publica, sem mysterios, sem tradições, sem saudades.

Mas se a culta barbaria dos nossos avós e de nossos paes forcejou por cobrir com remendado véu os monumentos dos primeiros seculos da monarchia, deixou em muitos delles, ao menos, os seus formosos e ideaes perfis, as suas linhas architectonicas. O pensamento que inspirou essas concepções grandiosas como que se alevanta d'entre as devastações perpetradas pelo camartello, pela picareta e pelos boiões de cal delida, e apesar de se haverem dirigido sem tino, sem gosto, sem harmonia as restaurações dos edificios que as injurias do tempo em parte haviam arruinado, resta ainda muito que estudar e admirar nesses monstros. Até, em alguns delles, é possivel supprimir, pela imaginação, o moderno e pôr em logar deste o antigo. A poesia ainda não desamparou de todo o mutilado monumento.

Mas durarão por muito tempo esses restos da mais formosa e magnifica de todas as artes? Não o esperamos; mas lavraremos aqui, ao menos, um protesto contra o vandalismo actual. Nossos paes destruiram por ignoran-

cia e ainda mais por desleixo: destruiram, digamos assim, negativamente: nós destruimos por ideias ou falsas ou exageradas; destruimos activamente; destruimos, porque a destruição é uma vertigem desta epocha. Feliz quem isto escreve, se pudesse curar alguem da febre demolidora; salvar uma pedra, só que fôsse, das mãos dos modernos hunos!

II

Falámos da decadencia da architectura durante seculo e meio; porque as manifestações dessa decadencia foram sempre as mesmas em tão largo periodo. Vê-se a arte na sua lenta agonia rodeada de curandeiros que se propõem sará-la, mas que a transfiguram, sem alcançarem qual é o achaque intimo que a devora; vemos accumular columnas a proposito e despropositadamente: vemos gesso, ouro e talha; vemos converter os velhos monumentos em monstros de Horacio; pôr ao lado da torre ou do coruchéu gothico zimborios á Buonaroti ou portadas á Barrozio; enxertar a capella do seculo XVIII na parede de nave do seculo XIV semelhante a um viveiro de cogumélos, nascidos por entre as fisgas humidas da pedraria, a favor da meia obscuridade daquellas profundas arcadas: vemos altear edificios que representam o gosto architectonico do mercador de retalho, e er-

guer templos cujo indecente e ridiculo elogio é o de serem *bonitos:* vemos as grandes praças de Lisboa, bem esquadriadas, bem symetricas, bem prosaicas: vemos igrejas, como a da Encarnação ou a dos Martyres, caiadas, pulidas, onde não mora um só pensamento de Deus. A arte entendeu-se assim por largos dias. Ao passo que se imprimia a Poetica do padre Freire, que se coroava a Osmia, e que se publicavam por ordem superior as poesias, assim chamadas, de Ribeiro dos Santos, encostavam-se columnas disformes pelas paredes de um pio armazem, conhecido vulgarmente pelo nome de igreja de S. Domingos, ladeavam-se com ellas os portaes dos edificios publicos e as frestas do atrio tísico do convento do Coração de Jesus. No meio daquellas semsaborias architectonicas parecia sentir-se uma tendencia instinctiva para a regeneração; mas essa tendencia, que buscava uma solução ao problema nas tradições da arte romana ou antes grega, não podia lá encontrá-la. Fora o renascimento; fora a admiração dessas tradições, até certo ponto justa, mas exagerada depois, que dentro de pouco mais de cem annos chegara, de modificação em modificação, até á architectura do seculo XVII, á architectura da Sé nova de Coimbra, do Seminario de Santarem, á architectura jesuita.

Não só a regeneração litteraria e a politica, mas tambem a da arte devia consistir em considerar o renascimento, não como phase, mas como lacuna na vida das nações christãs, das sociedades novas; em descer logicamente do crer e sentir da infancia dos povos modernos para o crer e sentir da sua idade viril. Embora a arte seja uma só; embora seja sempre e em toda a parte a expressão sensivel do ideal, tanto este como as suas manifestações é que são diversos nas diversas epochas e em sociedades diferentes. Naquelle dilatado periodo de decadencia o que sobretudo faltava á architectura era a luz, o horizonte, a atmosphera respiravel, em que pudesse viver e produzir.

A decadencia, porem, na epocha em que vivemos é outra, e mais profunda. Já não ha a corrupção do gosto, o inapplicavel das theorias, o erro do entendimento. Agora é o instincto barbaro, a malevolencia selvagem, a philosophia da brutalidade. Dura ha poucos annos; mas esses poucos annos darão maior numero de paginas negras á historia da arte do que lhe deu seculo e meio. O picão e o camartelo só há bem pouco tempo que podem dizer — «triumphámos». Até então escaliçavam-se paredes, roçavam-se embréchados; mas agora derribam-se coruchéus, partem-se

columnas, derrocam-se muralhas, quebram-se lousas de sepulturas, e vão-se apagando todas as provas da historia. Faz-se o palimpsesto do passado. Corre despeado o vandalismo de um a outro extremo do reino, desbaratando e assolando tudo. Comico perfeito, desempenha todos os papeis, veste todos os trajos. Aqui é vereador, alli administrador do concelho; ora é ministro, logo deputado: hoje é escriptor, ámanhã funccionario. Corre na carruagem do fidalgo, faz assentos de débito e crédito no escriptorio do mercador, dá syllabadas em latim de missaes, préga nos botequins sermões de economia politica e de direito publico, capitaneia soldados, vende bens nacionaes, ensina sciencias; em summa, é tudo e mora por toda a parte. Attento ao menor murmurio dos tempos que foram, indignado pela mais fugitiva lembrança das gerações extinctas, irrita-se com tudo que possa significar uma recordação. Assim excitado, argumenta, ora, esbraveja, esfalfa-se. O erethismo dos nervos só póde afrouxar-lho, como as harmonias melancholicas de harpa eolia, o ruido de algum monumento que desaba.

Apesar da ferocidade nervosa do vandalismo, não se creia, todavia, que elle é desalinhado no vestuario, carrancudo na catadura, descomposto nos meneios. Nada disso. O van-

dalismo é aprimorado no trajo, lhano e grave a um tempo no porte, pontual na cortezia. Encontrá-lo-heis nas salas requebrando as damas, dançando, tomando chá; no theatro palmeando com luvas brancas os lances dramaticos. Entende francês e leu já Voltaire, Pigault Lebrun e os melhores tractados do wisth: quasi que sabe ler e escrever português. O vandalismo é culto, instruido, civil, affavel. Tirem-lhe de diante os monumentos; será o epilogo de todos os dotes e boas qualidades; será a mansidão incarnada.

Mas, infelizmente para elle, o velho Portugal estava coberto de recordações do passado. Cada facto historico tinha uma igreja, uma casa, um mosteiro, um castello, uma muralha, um sepulchro, que eram os documentos perennes desse facto e da existencia dos individuos que nelle haviam intervindo. Encontrando tantas injurias mudas á decadencia presente, o vandalismo irritou-se, ergueu-se e falou em feudos, em dizimos, em corrupções fradescas, em maninhádegos, em servos de gleba, em direitos de osas, em superstições; catou, em summa, todas as vergonhas e deshonras do passado que poude e soube, entresachando-as com sentenças e logares communs do catechismo politico de Ramon Salas e, por uma logica incomprehensivel, por uma

logica sua, chamou os homens do alvião e da picareta e começou a derribar, victoriado pelo povo. Só elle, immovel no meio da mobilidade do nosso tempo, no meio das opiniões encontradas, das luctas, das commoções, tem apontado constante ao seu alvo, a demolição indiscriminada do passado. Assim, pertence a todos os bandos politicos, acceita todos os principios, curva-se a todos os jugos, comtanto que o deixem roer os testemunhos da historia e da arte; que o deixem fazer-nos esquecer da gloria nacional e de que somos um povo de illustre ascendencia. Este pensamento é o seu pensamento unico, perpetuo, inabalavel.

Ha pouco da villa de Peniche nos escreviam o seguinte: «Tendo havido quem ousasse revolver e desfazer o tumulo em que jazia o cadaver de D. Luiz de Athaide, na igreja do extincto convento do Bom-Jesus desta villa, o facto excitou nos que concorreram a observar os despojos mortaes daquelle heroe vivos desejos de ouvirem falar da sua vida e feitos.» Não nos fallecem cartas em que se contenham noticias de analogas profanações. De todos os angulos do reino se alevantam brados de homens generosos, que lamentam a ruina dos velhos edificios, a profanação das sepulturas, a destruição de todas as memorias

da arte e da historia. Quem hoje quisesse escrever as biographias dos nossos homens illustres, talvez já não pudesse dizer onde actualmente jazem os restos da maior parte delles. O braço omnipotente do vandalismo estendeu-se para os sepulchros; as campas estalaram e os ossos de nossos avós lançaram-se aos cães e rolam pelo pó das estradas e pelas immundicies das ruas. As inscripções lapidares vão-se enterrando por alicerces e paredes, não á face destas, porque ahi alguem ainda poderia lê-las; mas no fundo dos cavoucos ou no amago dos muros. Sem isso, não nos vangloriariamos com inteira justiça de ter completamente renegado de nossos maiores.

Referiu-nos um respeitavel viajante hespanhol que, entre os entulhos do convento de S. Domingos de Lisboa, vira uma lagea onde se lia o epitaphio de Fr. Luiz de Granada. Sollicitou dos demolidores que a tirassem do meio das ruinas, porque essa pedra era valiosa memoria. Provavelmente os economistas da alavanca, os philosophos da picareta riram a bom rir do desvario daquelle espanhol fanatico. A lapida sepulchral de um dos homens mais sabios e eloquentes que a Peninsula gerou lá jazerá a estas horas nos fundamentos de algum edificio, cujo rendimento, abatidos decima e consertos, o vandalismo e o dono

acharão de certo preferivel á gloria de Fr. Luiz de Granada.

Oh civilização!

Levaram-nos a Coimbra em 1834 obrigações de serviço publico. Residiamos ahi quando foi supprimido o mosteiro de Sancta-Cruz. Correu então a noticia de que se pretendia pedir ao governo que esse bello edificio fosse doado ao municipio. Mas, para quê? Para a camara o arrasar e fazer uma praça. Não se realizou o nefando alvitre; mas os bons desejos não faltaram. Uma praça no logar onde estivera Sancta-Cruz; uma praça calçada com os fragmentos dos rendados umbraes do velho templo, com as lageas quebradas dos tumulos de Affonso Henriques e de Sancho I e dos demais varões illustres que alli repousam! Ha ahi, porventura, quem avalie a sublimidade de tal pensamento e meça a incommensuravel distancia que vai dum edificio monumento, onde apenas ha historia, arte, poesia, religião, a um terreiro amplo, bem amplo, onde a vadiagem possa estirar-se regaladamente ao sol? Infelizmente, a cidade litteraria, a *alma mater,* ficou privada deste documento ineluctavel da sua illustração.

Pelas largas que tem tomado o vandalismo, podemos assegurar que dentro deste seculo não haverá em Portugal um monumento. O

Mexico ufanar-se-ha do seu templo de Palenque, da sua pyramide de Tehuantepec; a India dos subterraneos de Ellora e de Elephanta, e até os habitantes barbaros da Australia terão que mostrar aos estrangeiros os *moraes* dos seus antigos deuses. Só nós os portugueses não lhes poderemos dizer — «eis os testemunhos indubitaveis de que fomos uma nação antiga e gloriosa.»

Correi as principais cidades do reino; buscae os mais veneraveis edificios. Ou jazem por terra ou foram applicados a usos que lhes estão produzindo a ruina. A bella e grandiosa igreja de S. Francisco do Porto, unico monumento importante do seculo XV que possuia aquella cidade, foi consagrada a armazem da alfandega. O mosteiro dos Jeronymos em Belem, obra prima da architectura média entre a néo-gothica e a chamada do renascimento, edificio magnifico de uma epocha de transição na arte, como Sancta Sophia de Constantinopla o é de uma epocha analoga, foi deturpada, não nos importa por quem, e o seu maravilhoso claustro ludibriado com tapumes caiados e convertido em dormitorios forçosamente humidos e malsãos. A Batalha, Alcobaça, o convento da ordem de Christo em Thomar cáem em ruinas, e diz-se — «que importa?» Barbaros! Importa a arte, as recor-

dações, a memoria de nossos paes, a conservação de cousas cuja perda é irremediavel, a gloria nacional, o passado e o futuro, as obras mais admiraveis do engenho humano, a historia, a religião. Vós, homens da destruição, dos alinhamentos, dos terreiros, da civilização vandalica, é que importaes bem pouco; porque, semelhantes a vermes, roeis e não edificaes; porque não deixareis rasto no mundo depois de apagar tantos vestigios alheios; porque nada valendo, menoscabaes os que valeram muito; porque se um templo, um mosteiro, um castello duraram seis ou oito seculos e durariam, sem vós, outros tantos, as vossas picaretas, as vossas alavancas, os vossos camartellos estarão comidos de ferrugem e informes antes de vinte annos, e são essas as unicas e tristes memorias da vossa omniosa passagem na terra.

Desprezar os monumentos é brutal; perseguí-los é impio e sacrilego. Os que os desprezam fazem o que faziam os lombardos, apoderando-se da Italia, ás formosas obras da architectura grego-romana. Deixavam-nas perecer; porem não as destruiam. Os que as arrasam ou mutilam são adeptos de uma velha heresia que resurge; são iconoclastas redivivos.

Procurae hoje, por exemplo, em Lisboa as

antiquissimas igrejas parochiaes de Sancta Marinha e de S. Martinho: achareis os logares onde estiveram, e achá-los-heis, porque aos hunos encapados em lemiste não é dado supprimir um fragmento do orbe terraqueo. Os homens desta Lilliput da intelligencia estão desentulhando aquelles terrenos para fazerem casas. Onde haviam elles de morar, senão fizessem alli mais umas casas? Sancta Marinha encerrava memorias anteriores á monarchia, e a parochia de S. Martinho prendia-se com a historia da grande crise por que Portugal passou nos fins do XIV seculo. Mas de que momento é essa consideração, se attendermos a que lá, onde estiveram os dous templos ricos de idade e de tradições, se podem construir duas moradas bem pintadas, bem alvas exteriormente, com a sua beirada vermelha e seu rodapé amarello? Que importa que se dispersem os ossos do conde Andeiro ou se desfaça a sepultura do conde de Alvor? As cinzas dos mortos podem jazer tão tranquillas debaixo do balcão de uma taberna, como aos pés de um altar, á sombra da eterna cruz. Bemdicta sejas tu, geração philosophica, geração arrasadora, geração camartelladora! O futuro, está certa disso, ha de fazer-te justiça.

Uma das mais notaveis obras do seculo XIV

foi, sem duvida, a muralha com que el-rei D. Fernando cingiu Lisboa. Todos julgavam impossivel a sua edificação, dizem os chronistas, porque suppunham que levaria cem annos a construir: aquelle principe soube, porém, acabá-la em dous. Os povos foram chamados de grandes distancias a trabalhar nella, fazendo-se, aliás, todas as prevenções para suavizar aquella especie de anudúva extraordinaria. A esta muralha deve hoje Portugal não ser uma provincia d'Hespanha, porque salvou Lisboa de caír nas mãos d'el-rei de Castella. Se isto se tivesse realizado, o reino estava perdido. Considerada a semelhante luz, a muralha de D. Fernando era, talvez, o nosso mais importante monumento histórico. O progressivo accrescimo da capital tinha-a em grande parte destruido; mas restava ainda, além de outros, um lanço importantissimo. Era o angulo que fechava a cidade pelo lado do bairro dos judeus. Por este angulo, onde houvera uma porta e onde ainda restavam vestigios de uma torre que a defendia, a torre de Alvaro Paes, se podia delinear quasi exactamente a direcção que seguiam os dous lanços de norte e de oeste. Era, assim, uma especie de padrão que indicava os limites septentrionaes e occidentaes da povoação, e uma reliquia que demonstrava a grossura e solidez da an-

tiga muralha, mui superior à de outras posteriormente construidas em epochas mais ricas e mais civilizadas.

Este angulo, este fragmento, testemunha do periodo mais glorioso da nossa historia, lá se está derribando para se fazer uma praça quanto possivel ampla. Homens gigantes, como nós, não cabem onde couberam nossos avós, pygmeus conquistadores da Africa e da India. Far-se-ha pois uma praça, que, se não prestar para mais nada, poderá servir de mercado de hortaliça. Uma pyramide de repolhos substituirá o adarve, por onde, em noutes sem lua, se viam a espaços scintillar as armaduras dos escudeiros ou cavalleiros idos em sobrerolda a vigiar as roldas dos besteiros do conto da cidade, quando pela terceira vez no reinado de D. Fernando os castelhanos a accomettiam com grande poder. Alli, no sitio daquella porta, por onde o, depois tão celebre, Nunalvares saíria muitas vezes nessa conjunctura a espalhar o terror e a morte entre os homens de armas inimigos, venha a lida incruenta sobre o preço da couve, sobre o viçoso ou murcho das favas, substituir o grito clamoroso de S. Jorge, que chamava nossos avós, os rudes burgueses do seculo XIV, aos combates em defesa da patria.

O que estes netos de Attila, de collarinhos

e peitilhos engommados, são, sobretudo, é ridiculos.

Vergonha é confessá-lo: os estrangeiros teem mostrado maior veneração pelas antiguidades do nosso país do que os portugueses. Um estrangeiro salvou, no convento dominicano de Bemfica, a antiga Capella de D. João de Castro. Ha pouco ouvimos outro, em cujos olhos chammejava a indignação, clamar altamente conra a barbaria com que se deixavam estragar no mosteiro de Belem varios quadros magnificos de eschola portuguesa, nos quaes os passaros, entrando pelas frestas mal reparadas no edificio, vão amontoando as immundicies. Mas estes estrangeiros são homens que sabem qual seja o valor dos monumentos da arte e da historia. Nós é que temos perdido o sentimento e a intelligencia para apreciar essas cousas.

Se com a nossa incuria aggresiva e com a nossa raiva assoladora desmentimos o passado, para darmos em tudo documento de insipiencia desmentimos, até, essas mesmas opiniões e tendencias do presente, a que recorremos para condemnar em nome do progresso, sem distincção nem juizo, o mau e o bom de eras antigas. É a economia politica a sciencia do nosso tempo: todos falam em capitaes, em industrias, em riquezas sociaes, em valo-

res. Mas que serão os monumentos? Que serão essas admiraveis aggregações de marmore ou de granito? São o resultado ou *producto* da concepção, da applicação e da execução: vem a ser, portanto, uma riqueza social. E por quê e para quê annullaes vós essa riqueza? Dado que representasse um capital improductivo, com que intuito o deitaes fóra? Não o são, porém, na sua maxima parte, os monumentos. Quando a arte ou os factos historicos se tornam recommendaveis, convertem-se em capital productivo. Calculae quantos viajantes terão atravessado Portugal neste seculo. De certo que não vieram cá para correrem nas nossas commodas diligencias pelas nossas belas estradas, ou navegarem nos nossos rapidos vapores pelos nossos amplos canaes; de certo que não vieram para apprenderem a agricultar com os nossos agricultores, nem a fabricar com os nossos fabricantes; mas para admirarem os mosteiros da Batalha, de Alcobaça e de Belem, a sé velha de Coimbra, a cathedral, a igreja de S. Francisco e o templo romano de Evora, a matriz de Caminha e a collegiada de Guimarães, os castellos da Feira e de Almourol, e emfim, tantas obras primas de architectura que encerra este cantinho do mundo. Crêdes que esses romeiros da arte voltam da romagem aos

seus lares sem dispender muito ouro, e esqueceis que esse ouro ficou por mãos portuguesas? E falaes da economia politica, e anniquilaes o capital dos monumentos? Adoradores do camartello, por qualquer lado que se observe a vossa obra, não se descobre senão o absurdo.

Quiseramos que os homens deste país que teem coração português fizessem uma associação, cujo trabalho de patriotismo ligasse os seus membros dispersos por todo o reino; que os residentes em Lisboa constituissem uma especie de juncta, á qual os das provincias, logo que á sua noticia chegasse a demolição de algum monumento da historia ou da arte, remettessem uma breve nota individuando as circumstancias do edificio destruido e o nome do arrasador, quer este fosse magistrado ou funccionario publico ou municipal, quer fosse individuo particular. Quiseramos, depois, que essa breve nota, sem reflexões, sem affrontas, estampada em todos os jornaes, se legasse á posteridade. Nenhuma lei prohibe que se narre, singelamente e sem o qualificar, um facto que o seculo julga indifferente. Ninguem, por certo, teria a queixar-se de semelhante publicação. Eram simplesmente factos que se transmittiam á apreciação da posteridade; era apenas um trabalho historico.

«Mas isso provocava as maldicções dos vindouros.» — E que importam as maldicções dos vindouros ao que não cura nem da arte, nem do passado, nem do futuro, nem da gloria nacional, nem da memoria de seus avós, nem dos sepulchros, nem das tradições, nem sequer, emfim, dos interesses materiaes que resultam e hão de resultar da conservação dos monumentos? Que importa isso áquelles para quem os horizontes da vida são exclusivamente os horizontes da terra? Nada. Ririam desse corpo de delicto de terrivel processo. Mas, talvez seus filhos e netos não rissem, vendo-se obrigados a renegar de um nome, no qual gerações mais allumiadas e mais nobres haviam forçosamente de imprimir o ferrete de perpetua deshonra.

III

Os xeques da tribu arabe de Bka estavam um dia, pela volta da tarde, assentados juncto das columnas de um templo, na extremidade oriental da acropole de Balbek.

D'aqui, pondo a mão sobre os olhos para os resguardarem do sol que os deslumbrava, os chefes da tribu de Bka alongavam a vista para a banda do poente.

E o sol, que descia rapido, mandava a sua luz suave através daquellas arcarias gigantes e immensas, daquellas columnas monolithas, a menor das quaes os braços de dez mil arabes não valeriam a erguer.

A hora era de meditação e de melancholia, e os xeques olhavam com aspecto carregado para a ossada grandiosa da erma cidade, que é como um olhar de desdem com que o mundo antigo contempla o mundo moderno, e é ao mesmo tempo demonstração solemne de vaidade disso a que se chama poderio e gloria,

cuja duração se confunde na eternidade com a duração de um dia.

E por entre aquellas rumas de marmores e de syenites viam-se passar, buscando as suas leves e moveis habitações, dispersas entre as ruinas, os arabes do deserto, semelhantes aos gusanos que refervem no cadaver meio apodrecido do elephante abandonado pelos caçadores nas margens solitarias do Zambeze.

E depois de largo silencio, um dos xeques abaixou os olhos e, com voz presa de furor intimo, disse para os companheiros:

«Porque consentiremos nós, os filhos do Propheta, que estes gigantes de pedra estejam continuamente assoberbando a tenda humilde do arabe, que passa livre no mundo?

«Se a nossa vida é um instante, o homem não deve construir edificios destinados a transpor seculos. É quasi blasphemia revestir o transitorio com o trajo da eternidade. A eternidade não é da terra; é do paraiso. Porque haviam de querer os que já não são immobilizar no deserto para os seus ultimos netos esse arraial quasi interminavel de tendas de pedra?

«Para que semearam as gerações passadas uma seara immensa de abysmos pelos pendores do Ante-Libano, arrancando delle pedreiras macissas, como se fossem os grãos de

areia, com que ergue collinas movediças o sopro do Simúm quando varre o deserto?

«Que temos nós com os tempos que já passaram, para que elles venham increpar-nos com a muda insolencia dos monumentos o nosso livre e solto viver, e instituir parallelos offensivos entre a decadencia actual e o esplendor das artes e a magnificencia laboriosa e incommoda daquellas eras de grandeza e poderio?

«Que importa que então saíssem da Assyria os conquistadores da Asia e as frotas que descobriam novos céus e novos mares, ou que os poetas de então tivessem para cantar lendas de façanhas quasi incriveis?

«Em vez de conquistas, a liberdade. Hoje não ha acto que seja defeso ao arabe do deserto. Corremos livres por livres descampados. Embora o reluzir do sabre de um spahi de Ibrahim faça fugir aterrados cem cavalleiros nossos, e o frangue do occidente nos despreze como barbaros, saboreamos quietamente o pão esmolado ou arrebatado ao que o cultivou para nós. Da bolsa do viandante o ouro cai-nos aos pés com o seu dono. O nosso trabalho é apenas erguer aquelle quando este cai. Depois de uma vida sem sacrificio, sem amarguras, que nenhum monumento contará aos vindouros, dormiremos na paz do esque-

cimento, porque não deixaremos vestigios da nossa jazida. Não se revolvem os ossos dos mortos, quando o seu ultimo abrigo é a amplidão do nosso oceano de areias, que não consente nem lapidas, nem inscripções, nem edificios na sua face tristemente pallida.

«Porque, pois, continuarão eternamente erguidos estes templos, estes palacios, estas muralhas, reprehensão ou antes injuria perpetua ao nosso viver?

«Que se ajunctem os filhos das profundas solidões do deserto, e que, dia a dia, vão esboroando uma parte, minima que seja, desses pannos de muros de cem covados, formados de poucas pedras: dessas columnatas, sobre cujos frizos e arestas pousa á noute o abutre, como costuma pousar sobre a cumiada de longa serrania, a que essa obra de homens se assemelha.»

Calou-se o xeque. Os outros abaixaram as cabeças com lento meneio, como quem approvava o dicto.

Se eu, se vós, chegassemos neste momento ao pé do velho templo de Balbek e ouvissemos o discursar do beduino, o que diriamos no primeiro impeto de justissima indignação?

Diriamos que o xeque era uma vibora, que, esmagada debaixo de vinte seculos, queria voltar contra a historia os dentes envenenados,

como se a peçonha da sua colera pudesse anniquilar a historia.

E antes que a nefanda obra que elle traçava e os demais applaudiam começasse a ser executada, falariamos assim áquelles loucos:

«Vós outros quereis derribar a memoria das gerações que foram, porque a magestade do passado pesa mais sobre a vossa consciencia do que pesam sobre esse chão, que parece acurvar-se e gemer debaixo de tantas grandezas, os pylones macissos, as sphinges gigantes, as arcarias profundas, as pedras de dez covados inseridas em muralhas indestructiveis. Melhor fora que forcejasseis por ser tambem grandes, convertendo-vos á virtude antiga, e que, em vez de constituir um bando de miseraveis, vos tornasseis numa nação illustrada e forte, capaz de legar á posteridade monumentos como estes, quando lhe chegasse a sua ultima hora; porque a morte abrange todas as sociedades, todas as civilizações, como abrange todos os individuos.

«Credes que a luz do sol occidental, batendo nas columnas avermelhadas do velho templo, vos reflecte nas faces envilecidas o rubor que as tinge? Não sentis o sangue que estas palavras vos fazem subir do coração ao rosto? É o sangue e não o marmore; é que, mau grado vosso, ellas foram despertar uma voz

que não podeis suffocar, a da consciencia, que vos reprehende da actual decadencia. A vermelhidão que surgiu nessas faces crestadas não reflecte da pedra lisa; reflecte-se das almas que se rebellam contra si mesmas.»

Ousariamos nós, em verdade, dizer isto aos beduinos, sem que tambem o rubor viesse tingir-nos as faces?

Não; porque somos como elles; porque, bem como elles, nos persuadimos de que, varrendo todos os vestigios do Portugal antigo, poderemos esconder aos estranhos a nossa decadencia actual; porque, além disso, cremos que para ser deste seculo, é preciso renegar dos antepassados.

Todavia, ainda ha quem deplore a destruição das memorias venerandas de melhores tempos; ainda ha quem lucte contra a torrente de barbaria que alaga este país tão rico de recordações, recordações que tantos animos envilecidos pretendem fazer esquecer. Sabemos que os nossos brados de indignação acham echo em muitos corações. Temos visto e recebido cartas ácerca deste assumpto escriptas com a eloquencia da convicção e de profundo despeito. São protestos solemnes de que nem todos os filhos desta terra venderam a alma ao demonio da devastação. Provam ellas que o ruido dos alviões e picaretas não basta para

afogar os brados da razão, da consciencia e do amor patrio. Lendo-as, o sangue referve nas veias contra essa ideia fatal que entrou na maioria dos espiritos, de que tudo quanto é antigo é mau ou insignificante, quando a peor cousa que ha é essa ideia, a mais insignificante a cabeça onde se aninha, a mais detestavel a mão que a traduz em obras, estampando sobre a terra da sua infancia a inscripção que o atheismo decreta para os sepulchros: — aqui é a jazida do nada.

É singular, por exemplo, a historia das recentes vicissitudes por que tem passado a collegiada de Sancta Maria da Oliveira em Guimarães. Guimarães parece fadada para victima desta especie de escandalos. A igreja da collegiada de Guimarães era um dos mais belos monumentos de architectura ogival. O seu tecto de grossas vigas primorosamente lavradas constituia com o da sé do Funchal e poucas mais toda a riqueza de Portugal neste género, porque, durante a idade-média, empregava-se geralmente a abobada de pedra nas edificações sumptuosas. Além disso, as bem proporcionadas arcarias, os capiteis adornados de esculpturas variadas e subtis, as tres naves magestosas divididas por elegantes columnas, inspiravam em subido grau aquelle respeito melancholico e saudoso que é um se-

gredo das igrejas chamadas gothicas. Os annos não tinham deslisado em vão por cima do monumento: arruinado em partes, carecia de reparos. O cabido ajunctou para isso grossas sommas. Chamaram-se obreiros, e ha sete ou oito annos que estes lidam por apagar todos os vestigios da antiga arte. Quebraram-se os lavores dos capiteis e cornijas: substituiram-se com pedras lisas: estas pedras cobriram-se de madeira: esta madeira dourou-se, pintou-se, caiou-se. O templo do Mestre de Aviz lá está alindado; lá está coberto de arrebiques. Os que deviam manter-lhe a magestade das cãs; os que deviam dispender seus thesouros accumulados, não em remoçá-lo, mas em conservar-lhe o venerando aspecto e as rugas dos seculos, fizeram da casa do Senhor uma velha prostituta que esconde debaixo do caio e do carmim a flaccidez do rosto. Blasphemaram de Deus, não com blasphemias de palavras, mas com a blasphemia das obras. Deram emfim documento indubitavel de que não havia alli quem soubesse a harmonia que existe entre a architectura e a religião; que se lembrasse de que o livro da lei e o templo são dous typos sensiveis, dous verbos que inspiram, um directamente ao espirito, outro symbolicamente aos olhos, as relações entre o homem e Deus, e de que não só é impiedade ne-

gar ouvidos ao verbo escripto, mas que tambem é impio rasgar o livro de pedra.

E que disseram os habitantes de Guimarães durante oito annos em que os vermes andaram a roer naquelle cadaver?

Louvaram o *bonito* da obra. O longo tasquinhar do cabido despertou-lhes, até, o appetite. Alguns lembram-se já de demolir as muralhas da villa reconstruidas por D. Dinis. Talham ainda banquete mais lauto. Tentam arrasar as paredes que restam dos paços do conde Henrique; dos paços onde Affonso I nasceu. A gloria dos conegos de Sancta Maria da Oliveira, tão dispendiosamente conquistatada, offuscar-se-hia, assim, por pouco dinheiro, como a luz pallida da lua nos esplendores do surgir do sol.

Arrasados, pois, os muros reconstruidos pelo rei lavrador, apagados os ultimos vestigios dos paços dos nossos primeiros monarchas, raspado e serapintado o interior da igreja de Sancta Maria, Guimarães, em vez de ficar antiga, ficará velha garrida. Unicamente, para a trahir, lhe restará uma ruga na face: o frontispicio da collegiada. Mas se a picareta do municipio pretender humilhar, como sacrilegamente se cogita, o colherim, as tigellas de ochre e vermelhão e as brochas canonicaes, vingue-se o illustrissimo cabido ar-

ranjando mais alguns vintens, e mandando à custa delles picar e caiar aquelle frontispicio. Depois, para esmagar de todo as audazes emulações burguesas, enfeite triumphantemente a frontaria da sua igreja com um rodapé encarnado.

Mas haverá um governo que tolere tantos desvarios, tantas devastações brutaes?

Póde haver, e ha. Não seria difficil encontrar ministros e administradores geraes, que, se não fora o defeito de lerem sem soletrar, symptoma altamente suspeito para os eleitores, dariam excellentes vereações aos concelhos desta terra, onde o sangue dos conquistadores suevos parece ter ficado predominando nas veias dos seus habitantes. Mais de um governo tem disputado ás camaras municipaes primores de barbaridade. Já alludimos á igreja de S. Francisco do Porto convertida em armazem da alfandega; ao claustro de Belem convertido em dormitorio; ao abandono dos conventos de Thomar, da Batalha e de Alcobaça. Ha, porém, mais. Vêde essa igreja de S. Domingos de Santarem. As suas velhas e grossas portas estão fechadas e o convento está vazio dos seus antigos habitadores. Não é, todavia, provavel que o templo mandado edificar pelo malfadado Sancho II e de cuja primitiva fabrica ainda resta inteira a capella-

mór, ficasse deserto de culto como o convento ficou ermo de frades. A suppressão das ordens monasticas não foi a abolição das solemnidades religiosas. Vêde, pois, o templo, que, se agora está fechado, não tardará a echoar com orações e psalmos. Transportae-vos pela imaginação para o interior da igreja na hora em que os canticos e o incenso se alevantam ante o altar; em que o orgão solta a sua voz melancholica; em que a nave está cheia de povo e o sacerdote ora por elle e com elle; na hora em que o sol coado através das esguias janellas reflecte pelas pedras que o tempo amarelleceu uma luz suavemente pallida; imaginae essa hora, e vereis que, se o convento se despovoou, nem por isso ficou despovoado o templo. A oração do dominicano não é necessaria nas solemnidades da igreja. Não o abandonou á soledade a pia sollicitude dos fieis. De noute, as lampadas, penduradas ao longo da nave, ou brilhando na escuridão das capellas, como estrellas engastadas em céu profundo, despedem frouxos raios que vão quebrar-se por cima de campas onde se divisam, em caracteres confusos e gastos, nomes de varões illustres que ali vieram repousar das lidas da vida à sombra da cruz. Lá estão os sepulchros de Gil e de Martim d'Ocem, cuja voz exprimia a summa razão e a sciencia

nos conselhos dos reis; lá alveja o jazigo do infante D. Affonso, filho de Affonso IV, e o de Fernando Sanches, a quem Fr. Luiz de Sousa chama *bastardo querido* de D. Dinis. Por ahi dormem muitos pobres frades, cuja vida foi obscura, mas cuja morte foi invejada. Misturam-se alli os ossos dos que foram grandes na terra com os dos que reputamos grandes no céu; e uns e outros são como testemunhas que tornam mais solemne o culto, esse laço que liga ao céu a terra. Mas as portas do edificio sagrado rangem nos quicios de ferro, para se abrirem de par em par. Ondas de povo vão precipitar-se pelo estreito ádito e espraiar-se até juncto do altar. O sacerdote vai começar o sacrificio incruento, e o orgão acompanhar as orações com as suas harmonias. Entremos.

Não! Refujamos! Orações, psalmos, harmonias, luzes, incenso, sacerdotes, povo, nada disso ha ahi. Ha só as trevas da nave pesando sobre as trevas dos sepulchros. O velho templo é um palheiro do Commissariado...

E quem fez isso? Foi o vereador boçal de um concelho obscuro? Não. Foi o governo de uma nação que se diz civilizada, ou que pelo menos toma assento no convivio das nações da Europa.

Quasi contigua à igreja palheiro existe ou-

tra, modelo em muitas cousas da mais elegante architectura ogival. É a do extincto convento de S. Francisco. Lá, na parte da nave sobposta ao côro, o tumulo da infanta D. Constança, cujos lavores se vão diariamente quebrando e obliterando, serve de cabide a sellins e arreios de cavallaria. Applicação igual e igual fim vai tendo o d'el-rei D. Fernando, que anteriormente os frades tinham transferido da nave para o côro.

Com estes exemplos do governo não é de admirar que ahi mesmo em Santarem se derribem as portas das velhas muralhas para calçar as ruas, ou que na antiga villa da Torre-de-Moncorvo, hoje Moncorvo só, a antiquissima torre que dera origem e nome á povoação, fosse deitada por terra com o mesmo intuito; que, emfim, se tracte de dar ás muralhas da Guarda identico destino. Aqui o vandalismo confunde-se com a demencia. Na Guarda, ninho d'aguias, collocado no cimo de um cerro de granito, a pedra vai calçar a pedra. D'antes, no inverno, o viver alli era bem duro, quando os edificios estavam abrigados atrás da solida cerca. Agora, o vento gelado que passa pelas cumiadas da serra da Estrella virá precipitar-se rugindo por aquellas ruas meio desertas e tornar inhabitavel a povoação. A Guarda, que em si própria é um monumen-

to, e que encerra uma cathedral magnifica, estará no decurso, talvez, de poucas décadas convertida num covil de feras.

Dos males que os seculos passados legaram ao presente nenhum foi tão fatal como a ignorancia em que deliberadamente se conservavam as multidões. Essa ignorancia, que ha-de levar annos, talvez seculos, a dissipar, era incomparavelmente menos nociva em epochas de servidão, quando o poder absoluto, concentrado em poucas mãos, podia facilmente reunir num foco as luzes intellectuaes do país e aproveitá-las desassombradamente na solução das questões de administração. Hoje que o vassallo se converteu em cidadão; hoje que os erros e preoccupações das intelligencias incultas se despenham de todos os lados na torrente da opinião publica e se confundem de modo inextricavel com as ideias sensatas; hoje, finalmente, que é necessario não affrontar essa corrente, nem querer fazê-la refluir á força, os resultados fataes da ignorancia são incomparavelmente mais difficeis de evitar e remediar. Se as portas dos ministerios estivessem fechadas para os arrasadores professos, e fosse exigivel dos pretendentes a pastas uma justificação de que, nem pelo lado paterno, nem pelo materno, descendiam de algum soldado de Genserico, ainda as-

sim, dada a competencia dos magistrados municipaes, e o valor moral que resulta para os seus actos da sua origem electiva, um governo illustrado, mas que não quisesse ultrapassar os limites da propria auctoridade, não poderia talvez reduzir completamente ao silencio o fragor das demolições que reboa por todos os angulos do reino. O camartello é o enlevo, o bezerro d'ouro, o Moloch, o Baal da nossa burguesia. Um camartellão, deitado sobre uma ara de pedra em frente dos paços do concelho, deveria substituir os seculares pelourinhos (tambem já, em parte, roídos ou despedaçados), como symbolo do poder municipal.

Imaginemos, de feito, cinco, seis, ou mais figurões assentados ao redor duma banca, falando sem juizo, ás vezes sem decencia, sempre sem grammatica, sobre a administração do municipio, e ponderando os proveitos e aformoseamentos que para este hão de resultar da destruição de um monumento da arte ou da historia. Lá pede a palavra um delles, logista gordo, ensebado, vermelho, quasi-virtuoso, e cujas unhas e cuja barba estão accusando a tesoura e a navalha de vergonhoso desleixo no desempenho das respectivas funcções. É o Demosthenes do conciliabulo. Aprendeu a ler pela Historia de Carlos Ma-

gno e dos Doze Pares, e é assignante das traducções de Paul de Kock, para se exercitar. Um palacio, um muro, uma igreja de eras remotas fazem-no estremecer de horror. Ao lado de cada ameia do castello ermo lhe parece enxergar um cavalleiro coberto de armas ferrugentas; em cada torre crê ouvir soar as badaladas da campa feudal. Escutam com assombro os outros cidadãos vereadores o Mirabeau lojista. Os animos commovem-se: os cabellos arripiam-se. A sentença contra o monumento vai ser fulminada. Ha um instante de terrivel silencio. O presidente pede votos. — «A terra!» — diz o homem gordo. — «A terra!» — vão repetindo com voz solemne os outros membros do sanhedrim. Então o secretario lavra o fatal accordam. Por entre aquellas letras, logo á nascença amarellas, e escriptas com penna de duvidosa classificação ornithologica, surge magestosa no meio de cada palavra uma letra capital, como que protegendo as que a precedem e seguem. Acabou-se emfim a magistral composição: o erudito secretario estende o papel ao presidente, que enlevado na voz melodiosa da consciencia a asseverar-lhe que fez desmarcado serviço á patria, o recebe ás avessas, e lhe lança no topo, com ademan desdenhoso, a cruz de seu signal. Passa aos outros juizes a acta fulminante. O

lojista, que, por incessantes exercicios gymnasticos nas paginas de Paul de Kock, já soletra com rapidez vertiginosa, e conhece num relance o erro do presidente, cujo pundonor litterario não ousa, aliás, ferir advertindo-o do lapso, escreve o proprio nome, em menos de dez minutos, no seu devido logar, e debaixo da garatuja do Mirabeau burguês, os outros magistrados municipaes vão plantando as respectivas cruzes num devoto calvario. Emfim, o secretario assigna, e o crime está consummado.

Torre, muro, paço ou o que quer que sejas, cuja ruína foi decretada, para ti já não ha salvação. Ámanhã, nos teus lanços desconjunctados, no teu cimento desfeito, nas tuas pedras estouradas, nos teus fundamentos revoltos, estará escripto á ponta de picareta e de alavanca a palavra fatal — «a terra!» — extrahida do calvario municipal.

Mas — dir-se-ha — que quereis que se faça ácerca dos monumentos? Que queremos que se faça?! Que se deixem em paz. Não pedimos museus; porque estes não são, digamos assim, senão necropoles, em relação á architectura. Depois, em muitos casos, os monumentos não se transportam, nem cabem lá. Os fragmentos de um edificio, tirados do seu logar, sem destino, sem união, são mortos; são

cinza e pó de cadaveres. Reunam-se em bibliothecas e em galerias os livros e os quadros que não foram roubados, estragados ou abandonados por ignorancia crassissima; mas as pedras só pedem repouso. Que os representantes do país lhes salvem os seus titulos mais nobres. Haja no seio do parlamento uma voz que se alevante energica a favor do passado. Essa voz achará echo em todos os districtos do reino, porque em todos elles ha homens sisudos e peitos generosos. Appareça uma lei ácerca do assumpto, efficaz pela sancção do castigo, já que, num seculo corrompido e de decadencia, as palavras — pundonor e gloria vão insensivelmente passando para o glossario dos archaismos. Entenda-se, emfim, que nenhum monumento historico pertence propriamente ao municipio em cujo ambito jaz, mas sim á nação toda. Por via de regra, nem a mão poderosa que o ergueu regia só esse municipio, nem as sommas que ahi se despenderam saíram delle só, nem a historia que transforma o monumento em documento é a historia de uma villa ou cidade, mas sim a de um povo inteiro. Se, por exemplo, aos habitantes de Guimarães, de Coimbra, do Porto ou de Lisboa não importa que desappareçam as mudas testemunhas dos factos que ahi se deram, dos homens que ahi passaram; se não

lhes importa que o viajante vá examinar os monumentos que os livros dizem existir ahi, e que, achando-os convertidos em pavimento das ruas, fuja espavorido temendo alguma fréchada ou azagaiada, suppondo-se, por illusão momentanea, nos sertões invios da Cafraria; se não curam da propria reputação, consentindo que os seus eleitos vão assentar praça posthuma nas extinctas legiões d'Attila, e que o seu clero se filie na seita dos modernos iconoclastas, ao menos que o governo e o parlamento não dêem ao mundo documento de igual ignorancia e barbaria, mas acudam ao que ainda resta. Que uma lei salvadora aposente de vez os picões e alviões e alavancas que tantas sepulturas teem roçado, tantas campas profanado, tantas columnas quebrado e tantas torres, muros, ameias, campanarios, arcarias, galilés derribado e desfeito.

DA PROPRIEDADE LITTERARIA

E

DA RECENTE CONVENÇÃO COM FRANÇA

AO

VISCONDE D'ALMEIDA GARRETT

1851

APPENDICE

1872

DA PROPRIEDADE LITTERARIA

Senhor Visconde. — Ha dias que no *Diario do Governo* se publicaram varios documentos assignados por v. ex.ª, entre os quaes um, cujo verdadeiro nome e indole ignoro pela minha pouca noticia dos ritos diplomaticos e formulas officiaes. Neste documento, no meio de graves ponderações dirigidas á Soberana por v. ex.ª ácerca da convenção recentemente celebrada com a republica francesa, vem citado o meu nome em abono, se não daquella triste convenção, ao menos do decreto que creou e legitimou em Portugal a propriedade litteraria. A honra que v. ex.ª me faz citando o meu nome, e citando-o conjunctamente com o do illustre Silvestre Pinheiro, exigiria da minha parte o mais vivo reconhecimento, se eu pudera acceitá-la. Infelizmente prohibe-m'o a consciencia. Enganaria os meus concidadãos; enganaria v. ex.ª, se com o silencio désse a

minha fraca sancção á doutrina da propriedade litteraria, a qual considero mais que disputavel, ou á convenção com França, que, além de consagrar opiniões que reputo profundamente inexactas, é prejudicialissima por diversos modos aos interesses da nossa terra. E torna-se tanto mais indispensavel esta minha manifestação, quanto é certo que, não só em conversações particulares, mas também pela imprensa, desapprovei altamente a feitura desse ruinoso convenio. Num jornal, em que eu collaborava, appareceram varias considerações, que supponho não serem de desprezar, contra os ajustes celebrados com França a semelhante respeito. Essas considerações eram minhas: adopto-as hoje, como então as exarei, sem lhes ajunctar a minha assignatura, porque um nome não dá nem tira força a um raciocinio, e um absurdo não fica mais ou menos absurdo quando é ou deixa de ser adoptado por um engenho grande ou pequeno. Todos sabiam que o artigo do *Paiz* contra a convenção litteraria era meu: foi, até, por isso, que accidentalmente me constou a publicação do papel dirigido por v. ex.ª a S. M. a Rainha; foi por isso, e só por isso, visto que nunca leio o *Diario,* e nomeadamente a parte official, com temor de chegar a esquecer a grammatica geral, e a indole e propriedade da

nossa lingua. Por alguem, que suppôs ver ahi uma refutação do que eu tinha escripto, soube da existencia de tal papel, que, no entender dessa pessoa, affectava com arte ser uma especie de prevenção contra objecções futuras. Busquei o *Diario*, e desenganei-me de que haviam dado ao documento uma interpretação inexacta e malevola. Lendo-o, convenci-me de que a alta razão de v. ex.ª reluctava contra a obra fatal do convenio, e de que a voz dos sophistas, que v. ex.ª suppunha ouvir do lado do futuro, era a da propria intelligencia, que condemnava a illusão em que se transviara. Tentando persuadir a Soberana, v. ex.ª, sem talvez o saber, persuadia-se a si proprio. Era malevola e injusta, portanto, a significação que se dava áquelle e aos outros documentos publicados no *Diario* a este proposito. Se v. ex.ª intentasse refutar as considerações do *Paiz*, te-lo-hia feito directamente, francamente, lealmente: sobejam-lhe para isso recursos. V. ex.ª teria apreciado as razões dos que condemnam a convenção, e não se limitaria a qualificá-los de sophistas, sem mostrar que o sophisma estava do lado delles. V. ex.ª é uma intelligencia demasiado superior, para não recorrer a essa pobre argumentação *ad odium*, de que contra mim mesmo a hypocrisia ignorante e irritada ainda ha pouco tempo deu

nesta terra tão deploraveis exemplos. Só nas circumstancias em que v. ex.ª escrevia, quando a imprensa não tinha interposto o seu voto sobre a materia, e quando v. ex.ª estava provavelmente persuadido de que ás doutrinas em que se funda o tractado e ás provisões delle se não opporiam senão sophismas; só nessas circumstancias, digo, v. ex.ª poderia empregar as duras phrases com que condemnou os adversarios possiveis da convenção litteraria.

Persuadido de que isto era assim, e de que os termos geraes, em que v. ex.ª se expressava, não destruiam na minima cousa as minhas posteriores observações, eu teria evitado o para mim, por muitas razões, ingratissimo trabalho de escrever a v. ex.ª sobre o assumpto, se v. ex.ª me não houvera, até certo ponto, chamado á auctoria sobre a doutrina que serve de fundamento tanto ao decreto de 8 de Julho, como á convenção, que se reputa seu corollario. Mas, podendo concluir-se das palavras com que v. ex.ª quís honrar-me, que eu commungo nas suas ideias sobre a propriedade litteraria, o que não seria exacto, devo rectificar os factos a que v. ex.ª allude, e expor depois as duvidas que tenho contra a legitimidade das doutrinas de v. ex.ª nesta materia, bem como os inconvenientes que, na minha opinião, resultam para Portugal da appli-

cação de taes doutrinas á feitura do tractado ou convenção, em que v. ex.ª foi um dos plenipotenciarios.

Diz v. ex.ª que eu e Silvestre Pinheiro tinhamos approvado e aperfeiçoado o trabalho de v. ex.ª sobre o direito de propriedade litteraria, o qual hoje se acha convertido em lei do reino. Pelo que me toca, posso assegurar a v. ex.ª que de tal approvação e aperfeiçoamento não conservo outra memoria que não seja a seguinte: estando eu e v. ex.ª na camara dos deputados na legislatura de 1840, tinha v. ex.ª apresentado um projecto de lei sobre aquella materia. Pertencia eu á minoria da camara, e no seu zelo por fazer passar uma providencia, que, sinceramente o creio, reputava util e justa, v. ex.ª teve a bondade de falar commigo e com outros membros da opposição, para que não a fizessemos a esse projecto sobre que ia deliberar-se. D'entre os individuos com quem v. ex.ª tractou o assumpto, recordo-me de quatro, dos srs. Soure, Ferrer, Marreca e Seabra, o ultimo dos quaes, conforme minha lembrança, reluctou antes de acceder aos desejos de v. ex.ª. Eis a memoria que conservo de semelhante negocio. Se v. ex.ª me mostrou então o seu projecto, e se eu lhe propús a alteração ou o accrescentamento de algum artigo, nem o affirmo, nem o contesto.

São cousas que completamente me esqueceram. Mas, se o fiz, que se deduz d'ahi a favor ou contra o pensamento da lei; a favor ou contra o direito de propriedade litteraria? Esses additamentos ou observações podia submettê-los á consideração de v. ex.ª, acceitando hypotheticamente a doutrina, sem a fazer minha; podia propô-los em attenção ao desenvolvimento logico do projecto, ou ás circumstancias externas que devessem modificá-lo, sem adoptar a ideia geradora delle. Se, porém, v. ex.ª quer que por esse facto eu mostrasse seguir então as ideias de v. ex.ª, declaro que sou agora contrario a ellas, e demitto de mim qualquer responsabilidade que de tal facto, se o foi, possa provir-me. Dez annos não passam debalde para a intelligencia humana, e eu não me envergonho de corrigir e mudar as minhas opiniões, porque não me envergonho de raciocinar e apprender. O que me traria o rubor ás faces seria alterar doutrinas e crenças para promover os meus interesses; duvidaria, até, de o fazer, se tal mudança, por caso fortuito, se ligasse com vantagens para mim. Mercê de Deus, nessa parte tenho sido feliz. É desgraça que ainda me não succedeu.

Permitta-me v. ex.ª que, antes de lhe expor as duvidas que tenho ácerca da propriedade litteraria, eu invoque, para desculpar a mi-

nha descrença, o scepticismo duma das primeiras intelligencias de Portugal neste seculo, que é v. ex.ª mesmo. Parecendo sustentar como incontroversa a doutrina que serviu de fundamento ao decreto e á convenção, affirmar que a moral e o direito seriam offendidos se essa doutrina não se reduzisse á practica legal, equiparar a contrafacção á fraude, ao roubo e á falsificação, considerar como blasphemos e sophistas os que duvidam da legitimidade moral da sua theoria, v. ex.ª assevera, comtudo, que não estipularia definitivamente o artigo 8.º do convenio, que fere os interesses provenientes da contrafacção, nem as mais provisões que delle se deduzem, se não houvera verificado que era minima a somma das nossas importações de livros da Belgica. V. ex.ª, consinta-me dizê-lo, calumniar-se-hia a si proprio, se houvessemos de dar a estas proposições encontradas um valor absoluto. Se v. ex.ª estivesse perfeitamente convencido das nequicias e immoralidades que lhe apraz attribuir á contrafacção, e da legitimidade *sacratissima* que presuppõe na propriedade litteraria, v. ex.ª não poderia hesitar na estipulação do artigo 8.º, fossem quaes fossem os proveitos que tirassemos da sua eliminação; porque nas doutrinas indisputaveis de moral e de justiça quem é capaz, não digo de deixar

de proceder em conformidade dellas, mas sequer de hesitar, é tambem capaz de trahir o seu dever, e v. ex.ª nunca por certo o seria. Se v. ex.ª, para resolver o negocio, julgou opportuno examinar a questão d'interesse, para admittir ou repellir o artigo 8.º da convenção, cumpre-me acreditar que reputava duvidosa a legitimidade da sua doutrina.

Examinemos a essencia dessa doutrina.

O que é o direito de propriedade? É o direito transmissivel de possuir e transformar um valor creado pelo trabalho do que o possue, ou transforma. Esse direito complexo existe desde o momento em que o homem applicou o trabalho intelligente á materia, e creou assim um valor. As modificações, os limites que a sociedade lhe impõe veem da indole e das necessidades della; não são inherentes ao mesmo direito.

A propriedade litteraria (abstrahindo das obras d'arte para simplificar a questão) não pode ser senão o direito sobre um valor creado pelo trabalho dos que o crearam; sobre a representação material da ideia; porque esse valor está ligado a um objecto que se chama *o livro*, na accepção vulgar e sensivel desta palavra.

O que é o livro? Um complexo de phrases, unidas entre si para representarem uma certa

somma de ideias, fixadas no papel para se transmittirem á intelligencia, e repetidas certo numero de vezes para aproveitarem a muitos individuos; mas para aproveitarem ainda mais ao auctor.

Como nasce o livro? Pelos esforços combinados do escriptor, do capitalista que empregou o capital para a sua publicação, do fabricante de papel, do compositor, do impressor, etc. São estes esforços junctos que criam o valor do livro, valor que, antes ou depois de trocado, se reparte pelos que trabalharam em creá-lo.

Qual é a parte que pertence ao auctor nesse complexo de esforços? A correspondente ao seu trabalho, no sentido vulgar da palavra, porque só o trabalho material, embora dirigido pela intelligencia, como todo o trabalho productivo, pode crear verdadeiramente um valor de troca. Esta quota, indeterminada em si, é fixada em cada um dos casos pelas convenções espontaneas e livres entre os individuos que concorreram para a existencia do valor venal que o livro representa.

Como se procede ordinariamente nessa operação economica? O editor, seja o proprio auctor, seja pessoa diversa que subministre o capital, retribue o trabalho de todos os outros individuos e realiza o valor da mercadoria, con-

junctamente com a renda do capital, por meio da venda. Todos esses esforços e factos economicos que delles derivam foram calculados, avaliados. A totalidade dos exemplares de qualquer publicação representa a totalidade desses diversos valores; é determinada por elles e determina-os ao mesmo tempo, porque ha uma condição extranha que a restringe, a das probabilidades maiores ou menores da procura no mercado.

Estas phases que se dão na industria dos livros, na sua fabricação e commercio, são as mesmas que se dão noutra qualquer industria. As leis civis que a protegem devem, portanto, ser as mesmas que protegem as outras. A igualdade civil não consente que sejam nem mais nem menos.

O direito de propriedade litteraria, como v. ex.ª o entende, cria, porém, um valor ficticio para crear uma propriedade que não o é menos. De feito, o que é que se transfere de uma edição para outra? Unicamente as ideias, as phrases, as palavras, combinadas deste ou daquelle modo. Pois isso pode ser propriedade de ninguem? Menos ainda, se é possivel, que o ar, o calorico, a chuva, a luz do sol, a neve, ou o frio. Como cada um destes phenomenos naturaes, essas ideias, essas phrases, essas palavras podem ser uteis; mas a *utilidade* não

é o *valor;* porque nada disso é susceptivel de uma apreciação de troca. O professor, por exemplo, não vende as suas doutrinas e as formulas com que as exprime; vende o tempo e o trabalho que emprega em ensiná-las: vende o tempo e o trabalho que consumiu em adquiri-las. O discipulo que as ouviu uma ou mais vezes, e que as decorou, pode ir repetilas, ensiná-las a outros, sem que ninguem se lembre de o considerar como um contrafactor. Onde está a razão para se darem naturezas diversas á concepção escripta e á concepção falada? A lei, para ser logica, devia prohibir a repetição do discurso proferido seja onde for, na cadeira, no pulpito, nas assembleias consultivas e deliberantes, uma vez que o acto da repetição possa produzir lucro. Se a ideia que se manifesta se torna pelo simples facto da manifestação uma propriedade, é preciso que assim se verifique sempre e em todas as hypotheses; porque a qualidade de escriptor não dá a ninguem melhor direito do que ao resto dos cidadãos.

Permitta-me v. ex.ª que eu procure um exemplo onde se possa bem sentir o diverso modo por que cada um de nós concebe a questão. Um individuo quís edificar uma habitação mais ou menos sumptuosa, mais ou menos commoda, para negociar o predio depois

de acabado. Chamou um architecto e ajustou com elle retribuir-lhe o desenho na proporção do lucro da venda. O architecto delineou o edificio: o edificador reuniu o cimento, a pedra, as madeiras e os outros materiaes para a edificação. Veio então o mestre d'obras com os seus obreiros: lançaram-se os fundamentos; altearam-se as paredes; travaram-se os madeiramentos; assentaram-se os tectos; dividiram-se e adornaram-se os aposentos; põe-se, emfim, remate ao edificio. Vendeu-se este depois, e o architecto recebeu a retribuição do seu trabalho. Em rigor que tinha elle feito? Manifestara o seu pensamento; escrevera um livro, e imprimira-o num unico exemplar, para haver uma quota, proporcional e livremente ajustada, do producto da venda desse exemplar. Quanto a mim, recebida esta quota, a especie de co-propriedade que elle tinha no predio cessou. O comprador podia fazer reproduzir o edificio tal qual noutra ou noutras partes; podiam reproduzi-lo todos que o vissem. Se, porém, fosse verdadeira a doutrina de v. ex.ª era necessario que se chamasse o architecto a cada nova edificação que se emprehendesse, e que de novo se lhe pagasse o desenho, como lh'o pagara o primeiro empresario. A theoria da propriedade applicada ás manifestações da intelligencia para ser logica

comsigo mesma tem de ir até o absurdo. E senão, imaginemos outras hypotheses.

Um marceneiro ideou uma cadeira elegante e commoda; deu depois existencia e vulto á sua concepção, fabricando uma duzia ou um cento de cadeiras, em que essa concepção se manifestou, e vendeu-as com um lucro mais ou menos avultado. Os que crêem na propriedade das ideias devem invocar o direito da propriedade para a concepção do marceneiro, porque o marceneiro é tão cidadão como o escriptor: devem declarar contrafactor outro qualquer individuo da mesma profissão, que, vendo a procura no mercado daquella forma de moveis, os imitou sem licença do inventor; sem lhe pagar o preço da ideia, o preço da sua propriedade intellectual.

Um cultivador, á força de observações e de meditação, tendo unido ao estudo da sciencia de agricultar o da natureza do solo e das condições do clima em que habita, achou emfim um systema de rotação e um methodo de cultura muito mais perfeito que o dos seus vizinhos. Esses methodo e systema, applicados á terra, produziram-lhe, em vez de dez sementes, vinte; em vez de uma colheita annual, duas. Os vizinhos, convencidos da utilidade das ideias do cultivador, applicaram o novo systema de rotação, o novo methodo de ama-

nhos aos proprios campos: *contrafizeram* o livro do lavrador, escripto a ferro de charrua nas vastas paginas da terra. Venha uma lei que vede este attentado contra a propriedade sacratissima das ideias.

E essa lei protectora que se estenda a tudo quanto o espirito humano pode conceber: prohiba-se a luz que o trabalho continuo da intelligencia derrama no meio da sociedade, e que se chama a civilização; annulle-se a obra de Deus que pôs no mundo os homens summos como apostolos da sua sabedoria eterna, como instrumentos da sua providencia; neguem-se os destinos de perpétuo progresso, que são os do genero humano, e cujo mais poderoso mobil é a imitação, se essa luz, se essa civilização, se esse progresso não for comprado na praça publica; se não se respeitar o direito da propriedade litteraria, que não é, que não pode ser senão o direito de propriedade das ideias manifestadas, não importa com que formulas; materializadas, não importa por que meio, nos objectos sensiveis.

Todavia, dir-se-ha, o trabalho dos auctores com essa protecção dada ao livro, só como uma especie da manufactura para que elles contribuiram, não fica dignamente retribuido. Depois, não é isso fazer descer o homem de talento ao nivel do rude obreiro? Não é envilecer

o nobre mister de escriptor? Absurdo tudo isso! Desde que pondes a retribuição do engenho á mercê da procura no mercado, é necessario que elle se submetta ás condições do mercado. Quem o reduz unicamente á qualidade de fabricante de livros sois vós com as vossas leis de propriedade. Se o quereis recompensar como é recompensado o lavrador, o industrial, não exijaes para elle um direito diverso. O auctor de um volume, que custou um anno de trabalho, realizada a venda de mil exemplares que se imprimiram, lucrou, supponhamos, 300$000 réis. Que meio tendes para verificar que o seu trabalho não está pago? Que outra cousa, senão o mercado, regula o valor dos serviços? Quem vos disse que, attribuindo ao auctor o direito exclusivo de reimprimir o livro, elle ou seus herdeiros, tantas vezes quantas o exigir a procura, durante a sua vida e mais trinta annos depois da sua morte, nem mais um mês, nem menos um mês, é que a retribuição correspondeu ao lavor? Onde está a vossa balança, o vosso metro? Respondei.

E cabe aqui repetir uma observação a que por parte dos defensores da propriedade litteraria nunca se deu resposta que tivesse o senso commum. Se as ideias e as phrases de um livro constituem uma propriedade, um valor,

um capital accumulado e fixo; se esta propriedade é sacratissima, ou por outra, se é sagrada entre as mais sagradas, porque lhe recusaes a vantagem que o direito assegura sem excepção a todo o outro capital accumulado e activo, a perpetuidade? Porque espoliaes os herdeiros do auctor no fim de trinta annos? O capital não se consumiu, porque o livro ahi está. Em virtude de que principio moral ou juridico hão-de elles ser privados de uma herança sacratissima? Em virtude da utilidade publica? Mas as expropriações de outra qualquer propriedade menos sagrada, em proveito commum, por mais remota que seja a origem desse capital accumulado, pagam-se. A expropriação publica não é mais do que uma troca regulada, como todos os valores, pelo preço do mercado.

O que me parece ineluctavel, sr. visconde, á vista destas ponderações, é que o escriptor, ao mesmo tempo homem de trabalho e evangelizador da civilização e do progresso, exerce na terra um duplicado mister. Na feitura de um livro ha dous phenomenos distinctos: um material, outro immaterial. O material é o valor visivel que essa feitura custou. O auctor consumiu horas e horas sobre os livros, emprehendeu viagens, trabalhou nos laboratorios, revolveu bibliothecas e archivos, penetrou nas

minas e subterraneos, herborizou por valles e serras, observou os céus, sondou os mares, e depois, encerrado no seu gabinete, durante dias inteiros, no ardor da canicula; durante longas noites, nos rigores do inverno, ennegreceu o papel com a traducção visivel das reflexões ou dos factos que o seu espirito havia coordenado. Em todas estas occupações, em todos estes phenomenos exteriores não houve da parte delle senão a obediencia á lei commum do genero humano; a condição do trabalho imposta a nossos primeiros paes. Exteriormente, a sua situação é a mesma do official mechanico, que, depois de cinco annos de aprendizagem, obteve meios de trabalhar de sol a sol para ganhar um salario. Nenhum principio de moral, de justiça lhe dá melhor direito que ao operario que funde o ferro, que acepilha a madeira, que ara a terra. Sob este aspecto, a sociedade nada mais lhe deve do que as garantias da retribuição do seu trabalho dentro das regras ordinarias da apreciação. Ao lado, porém, de esforços grosseiros houve outros immateriaes e inapreciaveis pela craveira commum. São os da cogitação, da inspiração, do genio; são os que elevam o engenho acima do vulgo; são os que trasem á terra as centelhas da infinita sciencia, da immensa sabedoria de Deus; são os que attingem os myste-

rios, as harmonias do universo, que o escriptor vem revelar; são aquelles com que aspiramos estas perennes emanações do Verbo que se espargem sobre a humanidade, transfusas pela intelligencia, e que se chamam a civilização; são os que dão ao homem de letras uma especie de sacerdocio, o sacerdocio da imprensa. Estes esforços immateriaes não se apreciam, não se medem, não se recompensam como a creação e o transporte ao mercado d'alguns saccos de trigo, ou como o covado de chita produzido pelo tear do operario fabril.

Não! Se a imprensa é um sacerdocio, não confundamos o que ha nella elevado e espiritual com o trabalho venal e externo; não instituamos a simonia como um direito; não equiparemos a ideia pura, que vem de Deus ao homem como os raios do sol que nos illuminam, como o ar que respiramos, como todas as utilidades gratuitas que a Providencia nos concede; não a equiparemos ao ouro amoedado, á geira da terra; não meçamos a obra onde predomina a inspiração pela bitola com que medimos aquella em que predominam os esforços dos musculos.

Para os que não são capazes de apreciar *a priori* as antinomias que ha na applicação do direito de propriedade material, aos trabalhos

do espirito, será util examinar os resultados practicos dessa applicação. A propriedade material, o capital accumulado e activo produz uma renda: esta renda é maior ou menor conforme a importancia desse capital. Se 1:000$000 réis em terras produz 50$000 réis, 20:000$000 réis hão-de produzir 1:000$000 réis; se 200$000 réis empregados na agiotagem produzem 40$000 réis, 600$000 réis hão de produzir 120$000 réis: esta lei é constante e uniforme, quando circumstancias accidentaes e extranhas não a modificam. Nas letras succede exactamente o contrario. Supponde que cogitações, que contensão d'espirito, que calculos, que raciocinios, que observações custaram a Pedro Nunes, a Leibnitz, a Newton, a Vico, a Brotero, a Kant os livros que nos deixaram. Que thesouros accumulados, que capital d'estudo d'ideias! E todavia, protegidos pela lei da propriedade litteraria, esses homens summos, esses homens cujos nomes são immortaes, teriam com ella morrido de fome; porque os seus escriptos publicados, os seus meios de obter uma renda, seriam lentos e insufficientes. Comparai agora com elles os romancistas modernos, os Arlincourts, os de Kocks, os Balzacs, os Sues, os Dickens. Estes homens, cujos estudos se reduzem a correr os theatros, os bailes, as tabernas, os lu-

panares, a viajar commodamente de cidade para cidade, de país para país, a gosar os deleites que cada um delles lhes offerece, a adornar os vicios, a exaggerar as paixões, a trajar ridiculamente os affectos mais puros, a corromper a mocidade e as mulheres; estes homens, que só buscam produzir effeitos que subjuguem as multidões; que espreitam as inclinações do povo para as lisonjearem, os seus gostos depravados para os satisfazerem; a estes operarios da dissolução e não da civilização, a estes sim, aproveitam as doutrinas da propriedade litteraria! Para elles a recompensa do mercado; para elles os grossos proventos do industrialismo litterario, que é o grande incitamento dos seus infecundos trabalhos. A litteratura-mercadoria, a litteratura-agiotagem, tem na verdade progredido espantosamente á sombra de tão deploraveis doutrinas! Um dos nossos escriptores modernos, que mais abusou do talento, e que mais proventos auferiu do systema ignobil do industrialismo nas letras, o padre Macedo, disse, não me recordo em que escripto, que a folhinha era e seria sempre a desesperação dos auctores, porque nenhum livro tinha ou teria nunca tantas edições. Neste dicto está resumida toda a critica do falso direito de propriedade litteraria. Silvestre Pinheiro, o gran-

de pensador português deste seculo, com cujo nome v. ex.ª acaba de me fazer a honra de associar o meu, e João Pedro Ribeiro, o restaurador dos estudos historicos em Portugal, morreram numa situação vizinha da penuria. É como teriam morrido sob o regimen da propriedade litteraria; porque para elles foi como se esse regimen já existisse: ninguem lhes contrafez, ninguem lhes contrafará os seus livros. Sabe v. ex.ª quem ganharia immensamente em viver hoje? O auctor do Carlos-Magno. As edições daquelle celebre rol de semsaborias e despropositos ainda não cessaram de repetir-se.

Que propriedade será esta, em que os terrenos de alluvião, cuidadosamente cultivados, só geram espinhos, e as gredas inferteis produzem messes opulentas, sem nenhum cultivo?

Permitta-me, sr. visconde, que eu duvide da inteireza da sua fé na doutrina da propriedade litteraria. V. ex.ª cedeu antes a um generoso e nobre impeto de coração do que a reflectidas convicções. Numa situação elevada, v. ex.ª não esqueceu os seus antigos companheiros nesta rude peregrinação das letras, em que o seu glorioso exemplo foi incitamento a nós todos. Não se envergonhou de nos estender a mão aos que pouco podemos e valemos diante dos grandes do mundo. Pensou que uma

lei de propriedade litteraria nos seria grandemente util; util, sobretudo áquelles que, desvalidos se pobres, veem no verdor dos annos associar-se a nós, os que já podemos chamar-nos os veteranos da imprensa. V. ex.ª não previu todos os inconvenientes de ordem moral e litteraria que do novo direito introduzido no país podem provir. Mas sejam quaes forem os tristes desenganos que elle nos traga, nem eu me queixo, nem creio que ninguem deva queixar-se das intenções de v. ex.ª; dôo-me só, devemos doer-nos todos de que em materia tão grave falhasse uma tão bella intelligencia.

O direito de propriedade litteraria, sr. visconde, já existia virtualmente entre nós nos tempos da censura e da inquisição; já viveu largos annos nessas más companhias. Aquelle direito vigorava de certo modo em resultado dos nossos usos administrativos. No seculo XVI ou XVII os *privilegios de impressão* creavam os mesmos factos juridicos que resultam da lei aconselhada por v. ex.ª. A differença estava em ser uma jurisprudencia que assentava em praxes administrativas e não em lei geral. Dava-se ao auctor ou editor auctorisação exclusiva para publicar uma edição de qualquer livro: esgotada a edição, repetia-se igual concessão, e os que não a tinham ficavam inhibidos de o reproduzir. Fazia-se mais:

almotaçava-se o genero; taxava-se o preço de cada exemplar. Applicavam-se-lhe ideias economicas de então sobre as transacções do mercado. Já se vê que a theoria de propriedade litteraria, do industrialismo applicado á missão elevada e pura do escriptor, não é nova. Succedeu-lhe o que succede a muitas das providencias legaes, que, com rotulos trocados, nos andam ahi a carrear de Londres e de Paris, sirvam ou não para cá.

Foi debaixo desse regimen do *privilegio de impressão,* que um genio a quem Portugal deve em gloria quanto uma nação pode dever a um homem; foi com duas edições dos *Lusiadas* feitas dentro do mesmo anno, e defendidas pela garantia de obra grossa chamada privilegio, ou propriedade litteraria, que Luis de Camões foi morrer entre as angustias da miseria e do abandono na pobre enxerga dum hospital. Pouco depois os jesuitas, imprimindo aos milhares em diversos formatos e typos as *Cartas do Japão,* lisonjeando o gosto popular com as narrativas dos proprios milagres no Oriente, mettiam nos cofres de S. Ignacio bons cruzados extorquidos á credulidade, e, especulando na superstição, faziam as vezes dos Balzacs e Kocks, que especulam nas paixões más e viciosas de sociedades corrompidas e gastas.

Porém — dir-se-ha — se essa mesma recompensa, que retribue na razão inversa do merito, se tirasse ao cultor da sciencia, reduzido a receber o preço do seu trabalho como simples obreiro; se as concepções uteis e civilizadoras do espirito; se as grandes e nobres ideias, que encerram os elementos do progresso futuro, não tivessem premio condigno, as fontes desse progresso estancar-se-hiam na sua origem; e o homem d'engenho preferiria o trabalho braçal, que fortifica os membros e prolonga a vida, ás contensões do espirito que a devoram. D'accordo. Mas, em logar de estabelecer recompensas, identicas na essencia, na fórma, nas condições para esforços perfeitamente heterogeneos, que se movem em espheras absolutamente distinctas, eu concebo e desejo retribuições diversas para os diversos casos. Pague o mercado o trabalho material; mas retribua a sociedade a obra do espirito, que não é destinada ao commodo dum ou doutro individuo, mas sim á utilidade commum.

E ella retribue; ha de retribui-la sempre, com leis de propriedade litteraria ou sem ellas; com o poder publico ou apesar delle. Que é a gloria? Que são a consideração, os respeitos, as distincções com que a sociedade tracta o homem que perante o seu tribunal deu provas indubitaveis de talento ou de genio; que collo-

cou algumas pedras no immenso e interminavel edificio da civilização? Que é essa voz da opinião publica, que esmaga tantas invejas, que faz calar tantos odios, e que os pune com a irrisão, quando ousam manifestar-se; que vos cria amigos nos logares onde nunca estivestes, entre individuos que nunca vos viram; que transpõe os mares; que se dilata por toda a parte, em que o vosso livro fez bater um coração, ou saciou um espirito sedento de sciencia? Quanto dariam ás vezes os ricos e os felizes e os poderosos para comprarem ou imporem essas affeições mysteriosas que o escriptor pobre e desvalido vai despertar, por uma acção invisivel, no seio das multidões? A consciencia, que vos assegura que tendes tudo isso em grau mais ou menos subido, recompensa-vos dos vossos esforços intellectuaes. Vaidade ou orgulho legitimo, essa persuasão é um goso, e o goso é a causa final de todas as ambições, de todo o trabalho humano. São na verdade diversas as utilidades que proveem da riqueza das que proveem do engenho. Predominam naquellas os commodos materiaes, nestas a satisfação interior; mas por isso mesmo, tanto numas como noutras, ha a homogeneidade, a harmonia entre os esforços e as recompensas.

Se v. ex.ª, interrogando a propria conscien-

cia, volver os olhos para a sua carreira litteraria, ha de forçosamente convir na exacção destas observações. Quando, por exemplo, um dos dramas, a que não faltou senão a fortuna de ser escripto em alguma das linguas principaes da Europa, o francês ou o alemão, para ser um dos mais notaveis monumentos litterarios da nossa epocha; quando *Fr. Luiz de Sousa* fazia correr as mudas lagrymas de um auditorio extasiado, ou lhe arrancava ruidosos applausos d'enthusiasmo, pensava acaso v. ex.ª nas edições legitimas ou contrafeitas, nos honorarios da representação, nas provisões da lei de propriedade litteraria? Atrevo-me a protestar que não: atrevo-me a jurar que v. ex.ª se reputava sobejamente pago com sentir-se grande, com fazer vibrar as cordas da dor e da piedade em tantas almas; com essas manifestações ardentes que respondiam ao verbo do seu genio, digamos assim, incarnado num espectaculo scenico.

Mas — arguir-se-ha de novo — se o trabalho do escriptor é duplo e heterogeneo, tambem a sua existencia o é. Se a mente o eleva acima do vulgo; se o illumina mais do que ao vulgo um raio da intelligencia divina, os seus pés rasgam-se tambem, como os delle, nos abrolhos da vida. A dor, as privações, todos os males humanos, todas as necessidades pesam

do mesmo modo sobre o engenho. A virtude da abnegação, o animo para luctar com a miseria e ainda para viver na estreiteza não são mais communs no homem de letras do que nos outros homens. Limitados a uma retribuição de ordem moral pelo lavor litterario, e equiparados ao operario pelo trabalho material, muitos abandonariam o seu ingrato mister, com detrimento do progresso e civilização do país e da propria sciencia. Torno a repetir que concordo plenamente nessa parte. O remedio, porém, para taes inconvenientes não está na lei de propriedade litteraria. Creio tê-lo provado. A civilização de qualquer povo não é um negocio d'individuos, é uma questão da sociedade, de que depende o seu futuro: é uma religião que tem ministros, e estes ministros são os homens de letras ou de sciencia. Se estabeleceis distincções, privilegios, subvenções para o sacerdocio do culto externo, porque não haveis de subministrar os commodos da vida, as recompensas reguladas pela jerarchia intellectual, para o sacerdocio da imprensa? É por este arbitrio que as retribuições materiaes se tornam possiveis, não pela falsa medida da procura commercial. A sociedade, creando uma existencia aprazivel áquelle que lhe foi util, não estabelece equações impossiveis entre as ideias e os cruzados

novos; mas proporciona os gosos do individuo aos gosos que elle lhe deu. Em vez da anarchia deleteria e repugnante que o regimen da propriedade litteraria produz, e em que o homem de talento, mas immoral, envenena as multidões para se locupletar, emquanto o genio de sciencia e consciencia morre de fome, um systema de recompensas publicas prudentemente organizado traria a ordem e a justiça, e substituiria o verdadeiro progresso ás orgias intellectuaes, á veniaga da corrupção moral, resultado infallivel da conversão das ideias em capital productivo.

O direito de propriedade litteraria! Que aproveita esse direito ao mancebo desconhecido, em cuja alma se eleva a sancta aspiração da arte ou da sciencia, e para quem, no berço, a fortuna se mostrou avara? Como entrará elle nesse mercado do espirito, onde a marca de um nome illustre é necessaria para se tentarem com vantagem as luctas da concorrencia? Esse direito, que se diz protector do talento e das fadigas do espirito, como é que protege os neophytos das letras, aquelles que mais carecem de protecção? Suppre elle alguma das instituições que realmente fazem progredir a cultura do espirito humano?

Uma lei de recompensas nacionaes seria a verdadeira lei protectora dos trabalhos da in-

telligencia. Nos países onde existe a jurisprudencia introduzida agora em Portugal existem ao lado della fundações poderosissimas, que são as que suscitam os livros realmente uteis. Em França o premio Monthyon e outros analogos, as pensões academicas, as empresas litterarias ou scientificas do governo, o professorado, os provimentos de certos cargos destinados, inventados talvez, unicamente para dar pão aos homens de letras, teem sido os incitamentos mais efficazes para se escreverem as obras graves e civilizadoras. A lei de propriedade litteraria, ou antes a lei d'envilecimento, que pendura a ideia no mercado entre o barril de manteiga e a sacca de algodão, essa o que produz em regra é os taes livros absurdos, frivolos, prejudiciaes, que, na opinião de v. ex.ª, são quasi os unicos cujas contrafacções nos subministra a Belgica.

Quando, ex.mo sr., o direito creado neste país pelo decreto de 8 de julho não tivesse contra si as precedentes considerações, e outras que omitto para não fazer um livro em vez de uma carta, bastaria um facto para condemnar esse decreto, e conseguintemente a convenção com França, que, embora anterior, se estriba no pensamento daquelle decreto e fica sendo um corollario delle. Toda a lei inutil é má, e esta é inutilissima. Dese-

jaria que se me apontasse uma contrafacção, uma unica, feita entre nós; um exemplo desses delictos que as provisões do decreto tendem a cohibir. Se existe, é tão obscuro que não chegou á minha noticia.

Examinada a pouca solidez de alicerce em que assenta a convenção litteraria com França, consinta-me v. ex.ª que eu passe a fazer algumas ponderações ácerca dessa mesma convenção. Não sei se as razões que me obrigam a considerá-la como um acto diplomatico deploravel teem algum valor, ou se me condemnam a entrar na categoria dos sophistas, contra os quaes v. ex.ª quís prevenir de antemão a Soberana no papel que lhe dirigiu. Seja v. ex.ª o meu juiz.

Já tomei a liberdade, sr. visconde, de dizer que duvidava da inteireza da sua fé no direito de propriedade litteraria. Agora começarei por dizer que não acredito na dos homens d'estado da França, que mandam sollicitar nos países pequenos e atrasados convenções em que seja sanctificado esse mais que controverso direito. Ha nisto, a meu ver, a arte vulpina de quem quer fazer triumphar uma ideia em cuja energia e legitimidade não crê. Se a França estivesse convencida da justiça e moralidade do principio que pretende introduzir no direito publico da Europa, não vinha tra-

ctar comnosco, nem com o Piemonte: dirigia-se aos dous grandes focos da imprensa; aos dous países seus rivaes na sciencia, e tambem no industrialismo litterario, a Allemanha e a Inglaterra. Era caminhar direito ao alvo; era provar uma convicção sincera.

A falta desta convicção deduz-se tambem do exame dos motivos immediatos do convenio. O que fere sobretudo os interesses da França é a contrafacção belga: e esse convenio é uma phase da guerra declarada ao industrialismo litterario da Belgica pelo industrialismo litterario da França. Os franceses puseram-nos nas mãos, a nós e aos piemonteses, os riffles dos seus arsenaes, e lançam-nos em atiradores para a frente do inimigo. Se os homens de estado daquelle país estivessem persuadidos de que a propriedade litteraria é a mais inquestionavel de todas as propriedades, como a v. ex.ª apraz chamar-lhe, não procederiam assim; porque o seu procedimento seria indigno de uma grande nação. Segundo a nova doutrina, centenares, talvez milhares de franceses estão sendo roubados pelos belgas nos mais legitimos e sagrados dos seus haveres. Bruxellas é o Alger do mundo litterario. Supponhamos agora que este facto escandaloso se verificava em haveres menos sagrados; que, durante annos e annos, La-

martine, Dumas, Sue, Thiers, e cem, e mil outros personagens influentes e respeitados, passando por aquella Achem da Europa, por aquella horrenda *spelunca latronum,* eram constantemente desvalijados á porta das hospedarias por grupos de chananeos bruxellenses, sem que os magistrados ou a força publica interviessem a favor dos espoliados estrangeiros. Crê v. ex.ª que nesta hypothese a França nos viria pedir que não comprassemos a matalotagem daquellas illustres victimas; que fechassemos os nossos portos aos adelos das margens do Serna? Não. Reclamações instantes, ameaçadoras e violentas partiriam de Paris para Bruxellas, e fariam entrar o gabinete e a nação belgas no caminho da moralidade e da justiça. Se essas reclamações fossem desattendidas, veriamos as esquadras de Rochefort e de Brest navegarem para a foz do Scalda, e as brigadas francesas passarem a fronteira. Porque não succede isto num caso que se diz mais grave? É porque os que proclamam em França a sanctidade do industrialismo litterario não acreditam na validade moral das proprias theorias. O governo francês, actuado pelas poderosas influencias da imprensa, desejoso de conciliar a benevolencia dos fabricantes do genero litteratura, protege pelos meios que pode uma industria impor-

tante : e faz bem. Nós é que não sei se o fazemos, ajudando-o nesse empenho com prejuizo proprio.

Se á convenção de 12 de abril falta a base moral em que se quís fundar, falta-lhe ainda mais a base racional e de conveniencia; porque, se á primeira se poude dar certa plausibilidade com pretextos e phrases, que não admira illudam as comprehensões vulgares, quando, até, illudiram a alta intelligencia de v. ex.ª, não vejo necessidade, circumstancia, utilidade, ou consideração alguma que favoreça a segunda. Por esta parte a convenção, sem nos traser um unico bem, acarreta muitos males, sobre os quaes, com permissão de v. ex.ª, offerecerei aqui varias ponderações, além daquellas que já expús no jornal *O Paiz*. As principaes que então expendi foram, em resumo, que, ainda admittindo que á fabricação dos livros contrafeitos se associasse um acto immoral, seria cousa inaudita que uma nação prohibisse a entrada de qualquer objecto industrial só porque no acto da sua producção concorresse alguma circumstancia menos conforme com as regras da ethica e do direito; que, se tal principio se houvesse de estabelecer, seria necessario ordenar um inquerito moral sobre a industria e o commercio estrangeiros, e fechar depois os nossos portos a tudo

aquillo em que achassemos esse vicio de origem; que, não se contrafazendo em França os nossos escriptos, nem comprando aquelle país senão por excepção algum livro português contrafeito, ou não contrafeito, não pode haver neste caso reciprocidade entre Portugal e França; e de feito, num commercio puramente passivo, todo e qualquer tractado, que não seja para ligar com o outro commercio activo, será sempre inconveniente; que, creando embaraços á diffusão da leitura em Portugal, a convenção contrariava poderosamente os progressos da civilização entre nós; que, pelas condições actuaes do nosso trafico de livros com o Brasil, para cujo movimento não contribuem só as publicações portuguesas, mas tambem as reexportações de livros estrangeiros, o tractado, tornando estas geralmente inexequiveis, longe de favorecer os auctores portugueses, os privaria em boa parte dos beneficios da concorrencia no mercado brasileiro; que o sêllo ordenado no artigo 13.º da convenção para legitimar a posse das contrafacções, não só era injusto, punindo quem comprou na boa fé do direito existente, mas tambem involvia a imposição de um tributo, que, embora se considerasse válido como acto da dictadura, traria o absurdo de não poder ser annullado pelo parlamento, visto achar-se estatuido num conve-

nio feito com um país estrangeiro; que, finalmente, esse imposto do sêllo era exigido antes de se verificar, pelos meios que a propria convenção assignala, quaes são os livros contrafeitos, o que o torna inexequivel. Taes foram as objecções que me occorreram ao escrever o artigo do *Paiz* e que não são talvez metade das que poderiam fazer-se áquelle infeliz tractado, se o comportassem os breves limites das columnas dum jornal politico, mas que me pareceram só por si sufficientes para pensarmos desde logo em remediar um tal erro, apenas expire o praso durante o qual somos forçados a respeitar a convenção litteraria.

Entretanto não leve v. ex.ª a mal que numa publicação avulsa eu aponte varias outras provisões dessa convenção que reputo inconvenientes ou injustas. Move-me a fazê-lo o desejo de não passar aos olhos de v. ex.ª por um daquelles sophistas contra que v. ex.ª invectiva no papel em que se congratula com o Chefe do Estado pela conclusão de um negocio, que a meus olhos é o mais deploravel que ha muitos annos temos concluido com um país estrangeiro, embora a nossa historia diplomatica não seja a mais gloriosa do mundo.

Considerados em geral os ajustes celebrados entre v. ex.ª e mr. Barrot, affigura-se-me a mim que v. ex.ª caíu numa singular illusão.

A sua mente era, se não me engano, que esta convenção, ao passo que consagrava os principios da moral e do direito, fosse favorecer aquelles — «que trabalham no silencio do gabinete, rodeados da penuria e da fome tantas vezes, victimas da sciencia, martyres da civilização, que não poucas o teem pago com a vida, que pela maior parte sacrificam fortuna, saude, o futuro de seus filhos á gloria das letras, do seu país, e da especie humana». — Eis aqui os que v. ex.ª queria que fossem protegidos por um tractado que vai ferir os contrafactores, e sobretudo os contrafactores belgas. Isto dizia v. ex.ª á Soberana: dizia-o sinceramente, na minha opinião, arrastado por um nobre e generoso, embora inexacto, pensamento. Mas que dizia tambem v. ex.ª ao ministro do reino no seu officio de 28 de maio ácerca deste mesmo assumpto? — «As nossas quasi unicas importações da livraria belga são de maus livros, de romances absurdos, de quanto ha mais frivolo e prejudicial na litteratura francesa contemporanea; pois todos os outros livros, os bons, os uteis, os civilizadores, directamente os havemos de França, e os lemos nas edições legitimas, sem prejuizo de seus proprietarios».

Se, porém, v. ex.ª suppunha que isto era assim, como é possivel que associasse o seu

illustre nome áquella fatal convenção? Para os escriptores franceses de livros bons, uteis, civilizadores, é ella perfeitamente inutil. A sua propriedade, na opinião de v. ex.ª, está segura e defendida no estado actual das cousas. A quem pois favorece o tractado? Que propriedade vai elle garantir, admittindo tal propriedade? A dos maus livros, a dos romances absurdos, a de quanto ha mais frivolo e prejudicial na litteratura francesa contemporanea. Que triste illusão foi esta, sr. visconde, que levou v. ex.ª a convencionar favores exclusivos para a insensatez, para a corrupção e para a immoralidade?

Felizmente por um lado e infelizmente por outro, o presupposto de v. ex.ª, quanto ás contrafacções da Belgica, não é todavia exacto. Se v. ex.ª verificasse quaes teem sido no ultimo decennio as importações dos livros belgas; se examinasse os catalogos dos livreiros de Lisboa, Porto e Coimbra, comparando-os com os catalogos dos diversos estabelecimentos typographicos de Bruxellas, convencer-se-hia de que não compramos só livros maus á Belgica; de que nem sempre o trabalho da imprensa é alli applicado ás obras de simples distracção, e de que não raro os prelos belgas reproduzem os escriptos graves e uteis, posto que, na verdade, em proporção infe-

rior, e provavelmente mais de uma vez com perda. Mas a superioridade numerica dos livros inuteis e insignificantes encontra-se do mesmo modo nas publicações *legitimas* de todos os países, e é o resultado, não da contrafacção, mas sim do industrialismo litterario, industrialismo que as doutrinas da propriedade, mal applicadas ao pensamento, não fazem senão promover. Ao redor de mim, no momento e no logar onde escrevo, tenho muitos volumes datados de Bruxellas, que não me parecem nem insignificantes nem inuteis, e estou certo de que v. ex.ª me faz a justiça de acreditar que não me entretenho demasiado com leituras frivolas. Estes livros de edição belga (que por sinal não estou inclinado a mandar sellar, collocando-me assim em manifesta rebellião) preferi-os por serem mais baratos, circumstancia attendivel para mim, que não sou abastado, e muito mais attendivel para os que, menos felizes do que eu, *rodeados de penuria, victimas da sciencia e martyres da civilização* teem de cortar pelo necessario á vida physica para comprarem o alimento da vida immaterial. Para estes quisera eu, não convenções litterarias que, accrescentando afflicções ao afflicto, lhes tolham satisfazer a primeira necessidade do homem de letras, a dos livros, mas instituições que os

amparassem na aspera peregrinação em que vão consumindo a existencia. Quantos mancebos desta geração que vem após nós, e que confio em Deus será a todos os respeitos melhor do que a nossa, desprezados, esquecidos, e tanto mais desprezados e esquecidos, quanto mais um nobre orgulho os conserva arredados do grande receptaculo de corrupções chamado o poder, luctam debalde com a pobreza para crearem pelos esforços da intelligencia uma situação no mundo! Como eu, v. ex.ª não ignora quantas vezes essas almas predestinadas, e que annunciam a este país a aurora de melhor futuro, se vêem constrangidas a ir vender por vil preço ao minotauro da imprensa periodica escriptos imperfeitos, na lingua, no estylo, no desenho, no pensamento, mas onde centelham as faiscas do genio. E nós, nós que fazemos tractados, cujo resultado, se fosse possivel tê-lo, seria grangear para os romancistas, para os poetas, para os especuladores litterarios da França mais uma noite de orgias, ou os meios de dar mais uma vez por anno verniz nas suas carruagens, sorrimo-nos das faltas grammaticaes, das incorrecções d'estylo, dos erros de sciencia dos pobres desvalidos, que nasceram como nós nesta terra, sem nos lembrarmos de que no seu balbuciar litterario lhes serve frequentemente de musa a urgente necessidade,

quando não a miseria! Nós, os homens feitos, que temos centenares de contos de réis para construir theatros, que sejam ao mesmo tempo aleijões artisticos e escandalos administrativos, e que não temos vinte contos, dez contos, cinco contos para dar pão aos talentos desafortunados, vamos em troco disso privá-los dos meios d'instrucção; vamos privá-los de livros!

E não exaggero quando assim me exprimo. Prouvera a Deus que exaggerasse! A convenção litteraria, pelas provisões que encerra, tende a combater, não em especial o commercio das contrafacções, isto é, dos livros baratos, mas sim em geral o commercio dos livros. Qual será o livreiro que não trema das provisões dos artigos 9.º e 10.º, e que ouse fazer encommendas para essa mesma França, que, em vez de prégar sermões aos belgas, nos manda converter á moral pelo orgão de mr. Barrot? Conforme a doutrina daquelles artigos, a contrafacção fica equiparada ao contrabando, e, como meio de verificar e punir o delicto, estatue-se que quaesquer remessas de livros sejam acompanhadas de um attestado passado em França pelo prefeito ou sub-prefeito da localidade d'onde se faz a remessa. Esse attestado deve especificar o titulo, volumes e exemplares de cada obra. Se na alfan-

dega se achar que uma dellas não vem descripta no attestado será confiscada, e o livreiro que fez o despacho multado em oitenta mil réis, afóra as perdas e damnos a que possa ser condemnado por demanda que sobre isso lhe movam. Estas disposições são inqualificaveis. Nada mais facil do que escapar ao magistrado francês o mencionar um dos artigos da remessa no attestado; nada mais facil do que haver erro na nota dada pelo livreiro francês ao mesmo magistrado; nada mais facil do que mão inimiga aqui, em França, ou no transito, introduzir na caixa que contiver a remessa um livro não incluido no attestado: tudo pode ser, menos ter culpa do contrabando o que tem de ser multado, espoliado, demandado por contrabandista, que é o livreiro de Portugal. As minhas ideias de justiça, sr. visconde, ficam inteiramente baralhadas á vista de taes disposições, na verdade incomprehensiveis para intelligencias fracas.

Mas o que, sobretudo, me espanta é a severidade de taes providencias sobre remessas feitas directamente de França. A convenção leva-nos a rondar os proprios *boulevards* de Paris para guardarmos a propriedade litteraria contra os communistas belgas. O objecto do tractado é exclusivamente manter o chamado direito dos auctores franceses e obstar aos con-

trafactores das suas obras; que, portanto, se exigissem na alfandega facturas que provassem vir a remessa integralmente de França, e que não se désse despacho aos livros não contidos na factura, ainda se entende; mas sujeitar o livreiro português a severo castigo, porque daquelle país lhe veio um livro ácerca do qual se não cumpriram lá certas formalidades, faz crer que ahi ha tambem belgas. Seria por isso prudente que o governo francês, antes de guerrear fóra os contrafactores, os expulsasse de casa.

O segundo membro do artigo 10.ª não é para mim menos incomprehensivel. Podem, á vista delle, vir de qualquer país a Portugal livros escriptos em francês. Hão-de, porém, diz a convenção, ser acompanhados de attestados analogos das *auctoridades competentes* do país d'onde proveem, declarando que são todos publicação original do dicto país, ou de qualquer outro onde as mesmas obras foram impressas e publicadas.

Se a mentira e a fraude pudessem ser remedio para alguma cousa, esta disposição deixaria o caminho aberto para se remediarem em boa parte os inconvenientes da convenção. Pelo artigo 11.º a admissão nas alfandegas depende unicamente do preenchimento das formalidades do artigo 10.º. Só a contravenção dellas

importa o delicto de contrabando, e ao que não for contrabando ha-de dar-se despacho. Se os contrafactores belgas, por exemplo, se accordassem com as *auctoridades competentes* do seu país, sejam quaes forem, para os favorecerem, e imitando em tudo as edições originaes francesas, remettessem para aqui exemplares contrafeitos, acompanhados do respectivo attestado, dar-lhes-hiam, ou não, despacho? Mais: embora o auctor francês houvesse preenchido as formalidades dos artigos 2.º e 3.º para garantir a sua chamada propriedade, poderia elle fazer demandar nunca o livreiro português, ou os agentes da alfandega, por terem introduzido em Portugal uma contrafacção? Depois, quem são essas auctoridades competentes para passar attestados na Belgica ou na Inglaterra, na Italia ou na Allemanha? São todas, ou não é nenhuma. A competencia vem das funcções attribuidas pela lei ao funccionario; e a convenção que estabelece um ponto de direito internacional unicamente entre a França e Portugal, não dá nem tira funcções aos magistrados de outra qualquer nação que não interveio nesse pacto. Como hão-de os nossos agentes fiscaes verificar se o attestado é de uma auctoridade competente?

Eu já alludi noutra parte á inexequibilidade do artigo 13.º, e á flagrante injustiça que nelle

se estatue; mas consinta-me v. ex.ª que diga ainda algumas palavras ácerca desse deploravel artigo. A retroactividade das suas funcções é manifesta. A entidade *contrafacção* não existe legalmente para nós antes da promulgação do convenio; os livros franceses reimpressos na Belgica eram o mesmo que os legitimos: eram o mesmo que os livros italianos, allemães, hespanhoes, ou ingleses, impressos em Paris pelos summos sacerdotes da religião da propriedade litteraria. As nossas alfandegas despachavam-nos como outros quaesquer; vendiam-se publicamente: compravam-nos os magistrados judiciaes e administrativos, os agentes fiscaes, os membros do parlamento, os ministros da corôa. E todavia, ao exarar-se o tractado, assevera-se que existiam já detentores de uma cousa que não existia. Detentores?! Mas esta palavra significa o *que retem o alheio*, e eu que comprei os meus livros num logar publico, á luz do meio dia, perante a policia, os tribunaes e o governo, sem offender lei alguma, sou um detentor do alheio? Sou, e não o sou impunemente: a convenção castiga-me; a convenção impõe-me uma multa a titulo de sêllo, para me ensinar o respeito das leis futuras e contingentes. Se possuir mil volumes belgas, cuja propriedade original se haja justificado como francesa, custar-me-ha o *de-*

licto quarenta mil réis. Isto, sr. visconde, affigura-se-me que não tem defesa possivel.

Supponhamos que o homem de letras, apesar da escasseza dos seus recursos, e por causa dessa mesma escasseza, colligiu, á custa de sacrificios e de tempo, uma collecção de livros uteis, mas baratos, mas dessa contrafacção que legalmente não existia: supponhamos que não poude ou não quís sujeitar-se dentro do praso fatal dos tres meses marcados no artigo 13.º a estender a bolsa para pagar um tributo que nenhum parlamento votou: supponhamos mais que a necessidade ou a miseria, que tão frequentemente visitam o talento e a sciencia nesta terra, Babylonia do desterro para o engenho, o obriga d'aqui a seis meses a converter os seus livros em pão? Não pode fazê-lo. Veda-lho a convenção; veda-lho a lei que protege a propriedade das ideias em França, e destroe em Portugal a propriedade material do pobre homem de letras. Nem se diga que as disposições do artigo 13.º se referem exclusivamente aos mercadores de livros: não é isso que importa o texto, e semelhante interpretasó serviria para ajunctar a iniquidade á injustiça e á violencia.

O artigo 3.º relativo ás traducções, ao passo que revela até que ponto de absurdo se pode levar o principio de propriedade litteraria, é,

a meu ver, sr. visconde, profundamente illogico. Estatue-se ahi a prohibição de traduzirmos as obras francesas dentro do anno immediato á sua publicação e ao cumprimento das formalidades que se exigem do auctor para se lhe garantir o seu chamado direito. Se, passado um anno, elle não tiver publicado a traducção em português, qualquer a pode fazer. Mas perguntarei uma cousa: o auctor tem a propriedade do livro: obteve o titulo legal de posse e dominio: o facto tornou-se indubitavel; e essa propriedade é sacratissima, quando a outra é apenas sagrada. No fim do anno acabou o direito? Anniquilou-se a propriedade? Sorveu-a a terra? Em virtude de que maxima juridica ou moral é auctorizado o traductor português a assenhorear-se do alheio? É porque o auctor nega a Portugal a utilidade das suas ideias? Mas é alguem, pode alguem ser obrigado a ir vender o producto do seu trabalho, a sua propriedade, no mercado de um país estrangeiro? Se em Portugal escasseassem as victualhas durante um anno, convencionaria a França comnosco que os nossos armadores fossem aos depositos de cereaes, de legumes, de batatas das suas cidades maritimas, expirado esse anno, e que, caregando a bordo dos proprios navios o que lhes conviesse, o vendessem nos mercados portugueses, tomando para

si o lucro? Passe, porém, esta violencia contra a propriedade sacratisima das ideias, que, na material e profana, seria intoleravel, impossivel. Recorrer-se-ha ao subterfugio da expropriação por utilidade publica, e á união hypostatica de portugueses e franceses para fazerem bolo commum de progresso e civilização? Mas, nesta hypothese, cumpre indemnizar o expropriado: cumpre dar-lhe o equivalente do que lhe havia de valer a versão do seu livro: é assim que se practica ácerca da propriedade material, onde quer que ella se respeite.

Depois, o ultimo paragrapho deste artigo, deficiente e muitas vezes inexequivel, manifesta claramente o espirito de industrialismo grosseiro applicado ás obras da intelligencia, que predomina em toda a convenção. Previu-se ahi a publicação de obras extensas que se imprimirem gradualmente aos volumes, ou por fasciculos, para se contar o *anno de morto* desde o cumprimento das formalidades legaes ácerca de cada um desses volumes ou fasciculos. Não se previu, porém, a publicação feita por uma vez das obras volumosas, e cuja traducção não se poderia concluir num anno. Quanto a estas, o serviço da guarda municipal de Lisboa não se estende até ás ruas de Paris. Não se attendeu, sobretudo, aos livros de

sciencia, entre os quaes ha, não digo obras vastas, mas simples volumes, mas simples compendios, cuja versão daria tanto trabalho como deu o escrevê-los, e para a qual um anno seria insufficiente. Não se attendeu, sequer, aos nobres filhos das musas. Concluir-se-hia num anno uma traducção, digna do original, do *Jocelyn* de Lamartine, ou do *Camões* de v. ex.ª? O que estão revelando provisões desta ordem? Que ao exarar-se o tractado se pensava só nesses escriptos inuteis, frivolos, ephemeros, contra os quaes v. ex.ª com tanta razão declama; que se pensava só no ignobil industrialismo litterario que devora a intelligencia e os costumes da França; que se pensava só nas fabricas parisienses de novellas, dramas, viagens, comedias, romances, folhetins, physiologias moraes ou immoraes, e não sei de que outros productos; nas fabricas de Balzac, Sue, Sand, Dumas, Scribe, Arlincourt, e C.ª.

Eis, sr. visconde, as consequencias de um principio falso: cada phrase da sua applicação trahe a vaidade delle. É o industrialismo litterario português, ainda felizmente balbuciante e debil, atirado para debaixo das rodas do opulento industrialismo litterario da França. É este o espirito, a intenção do convenio (não digo a intenção de v. ex.ª, que se deixou illudir pelo seu amor ás letras); o espirito, e

a intenção, repito; porque o resultado real delle ha de ser o entorpecimento das nossas relações litterarias com a Europa, a difficultação da leitura e do estudo, e os embaraços ao progresso intellectual, e, portanto, á civilização do país.

Não terminarei, ex.mo sr., sem accrescentar algumas palavras relativas aos dous documentos publicados no *Diario* de 7 de novembro ultimo, a que já me referi, isto é, ao officio de v. ex.a, de 28 de maio, e á representação de 29 de junho, documentos que se podem considerar como um commentario á convenção. Ha ahi cousas sobre que eu desejaria chamar a attenção de v. ex.a Publicando uma nota official da alfandega ácerca das importações de livros da França e da Belgica, affirma v. ex.a que á vista della se conhece ser *insignificante* o nosso commercio de livros com este ultimo país, excedendo-o *no dobro* a importancia do que fazemos com aquell'outro. Mas essa nota diz-nos que a importação de livros belgas foi em 1849 de 4:267$400 réis, e em 1850 de 4:739$900 réis, o que produz nos dous annos a somma total de 9:027$300 réis. A duplicação desta verba, que deve, segundo a affirmativa de v. ex.a, representar a nossa importação de França, é de 18:054à600 réis. Ora, por essa mesma nota sabemos que a importação

do ultimo país foi em 1849 de 4:878$600 réis, e em 1850 de 6:741$100 réis, o que perfaz um total de 11:619$700 réis. Já se vê, pois, que a opinião de v. ex.ª está um pouco longe de ser exacta. Lamenta v. ex.ª que as especies subministradas pela alfandega não sejam de uma estatistica mais individuada; tambem eu o lamento, mas lamento ainda mais, que v. ex.ª não quisesse applicar a estes factos a natural perspicacia do seu alto engenho. É, na verdade, triste que, tractando-se de uma questão commercial assás grave, se não buscasse averiguar quaes foram as importações dos ultimos oito ou dez annos. D'ahi se poderia tirar um termo medio seguro; mas as de tres annos eram rigorosamente indispensaveis para o calculo ainda mais imperfeito. Os algarismos relativos a 1849 provam que as importações dos dous países são quasi iguaes, e os relativos a 1850 que as de França excedem quasi um terço as da Belgica: dos dous factos um tende a mostrar igualdade, outro excesso. Era, portanto, indispensavel que, pelo menos, um terceiro facto, o facto do terceiro anno, viesse dar razão a um delles. Mas a questão deve ser considerada sob um aspecto muito mais importante, que esqueceu a v. ex.ª. Aquelles algarismos representam o dinheiro que démos, e não os livros que recebemos; representam o

nosso passivo e não o nosso activo. A questão no caso presente é que porções de volumes entraram em Portugal nesses annos, e não que dinheiro saíu delle. Todos sabem que as reimpressões belgas custam metade do que custam as edições francesas, e por isso que, se a Belgica nos levou quatro contos de réis por seis mil volumes, a França levou-nos oito pelo mesmo numero delles. Á vista do mappa da alfandega e destas considerações, qual commercio de livros será mais importante para Portugal, o da França ou o da Belgica?

Se v. ex.ª foi menos exacto na apreciação comparativa do nosso commercio de livros com esses dous países, tambem me parece que, declarando insignificante o que fazemos com o ultimo, não avaliou devidamente esta especie de trafico. Transacções de vinte ou trinta contos de réis sobre algodões fabricados, ou sobre cereaes seriam insignificantes; sobre guttapercha ou sobre rhuibarbo seriam não só importantes, mas tambem excessivas. A importancia de qualquer ramo de commercio não depende só do valor absoluto das mercadorias. Num país pequeno, pouco povoado e onde a instrucção e os habitos de leitura não se acham diffundidos, a introducção de perto de seis mil volumes annualmente, que tanto representará o termo medio de 4:500$000 réis que damos á

Belgica em troca de livros, tem alguma significação. Quero que desses seis mil volumes seja um terço para reexportar, e que dos que ficam metade pertençam á categoria das obras frivolas e absurdas, o que talvez seja a avaliação mais justa. Restam dous mil volumes uteis, que cada anno se espalham no país, e que num decennio subirão a vinte mil. Por cinco pessoas que, termo medio, leiam cada um desses volumes no mesmo decennio, imagine v. ex.ª que somma d'ideias uteis, civilizadoras, progressivas terão no fim delle entrado em circulação! Será este facto insignificante? Será indifferente um acto que o destroe, ao passo que longe de facilitar a importação das edições francesas, a difficulta? Calcular a importancia de uma mercadoria que se usa sem se consumir, como se calcularia a sacca de arroz ou a caixa de assucar, é, na minha opinião, pelo menos uma singular leveza!

V. ex.ª, lançando immerecidamente o desfavor sobre uma parte dos commerciantes de livros em Portugal, aos quaes nenhum acto criminoso se pode attribuir, salvo se é culpa negociar em objectos cuja importação até agora nenhuma lei vedava, suppõe, todavia, que ainda haverá nesta terra *livreiros* que representem as tradições dos *impressores* celebres dos tempos passados, como os Craesbecks, os

Estevams, os Elzevirios, os Didots. Não me parece que elles devam apreciar demasiado essas comparações. V. ex.ª havia de ter algum trabalho em demonstrar, por exemplo, a moralidade dos Elzevirios, de cujos prelos saíram tantos livros ignobeis, e que essas nitidas reimpressões dos escriptores franceses do seculo de Luiz XVI, feitas *jouxte l'edition de Paris,* eram padrões levantados por aquelles celebres typographos á sua crença ardente na religião da propriedade litteraria.

Ha, finalmente, no papel dirigido á Soberana por v. ex.ª uma circumstancia que, se não fosse a epocha em que v. ex.ª o escreveu muito anterior á data do meu artigo publicado no *Paiz,* pareceria uma reprehensão indirecta contra a rudeza (a que sou na verdade propenso) com que falei do assumpto. Se não fosse o obstaculo da chronologia, eu imaginaria que v. ex.ª me oppunha, como accusação muda contra a rustica sinceridade com que tractei a questão, o nome illustre do senador piemontês Cibrario, — «cuja reputação liberal e scientifica é, diz v. ex.ª, tão geralmente reconhecida e confessada entre os nossos mesmos» —, e que foi encarregado de estipular uma convenção analoga entre o Piemonte e a França. Na hypothese (que se não dá) de v. ex.ª oppôr ás minhas phrases rudes e severas a auctori-

dade de um nome por mim venerado, eu diria a v. ex.ª que, se o caracter um pouco intractavel que Deus me deu me consentisse medir as palavras quando falo de offensas feitas aos interesses legitimos do meu país, não precisaria do peso de altas reputações estrangeiras para guardar silencio neste caso, quando tinha Portugal um nome ante o qual com mais gosto me curvaria — o nome de v. ex.ª. Unem-me a Luiz Cibrario a amizade pessoal, e a confraternidade de historiadores da mesma eschola, e de membros dum mesmo corpo litterario, a Academia das Sciencias de Turim. Reputo-o um dos grandes escriptores da Italia, e respeito-o como um nobre caracter. Liga-nos, até, a identidade das ideias fundamentaes das nossas crenças politicas; a convicção que ambos temos de que a liberdade verdadeira, o regimen do país pelo país, sem democracia, sem socialismo, sem repetir inuteis e tormentosas experiencias, só se realizará pela descentralização administrativa e por uma forte organização municipal; utopia horrenda para todos aquelles que sabem achar na concentração do poder, quando lhes cai nas mãos, incognitas doçuras, bem diversas dos martyrios de que certos utopistas suppõem esse poder rodeado. Apesar, porém, de tantas affinidades e sympathias que deve haver e ha entre mim e o

historiador do Piemonte e da Economia Politica da Idade-Média, se a situação da Sardenha em relação ao commercio de livros era analoga á de Portugal; se as condições do convenio negociado por Cibrario foram as mesmas e assentaram sobre os mesmos principios de industrialismo litterario que caracterizam a convenção de 12 de abril, só me resta accrescentar que foram dous homens eminentes, em logar dum só, que no anno do Senhor de 1861 fizeram, não obstante as mais puras intenções, um altissimo desserviço ás suas respectivas patrias.

Digo-o, porque estou intimamente convencido de que digo uma grande verdade.

APPENDICE

Dez anos depois de escripta e publicada a precedente carta, pertencia eu á commissão encarregada de rever e corrigir o projecto de codigo civil, que o governo intentava submetter á approvação do parlamento. Achava-se consagrada nesse projecto a doutrina da propriedade litteraria, e a commissão acceitou-a sem hesitar, modificando apenas uma ou outra das disposiçõões tendentes a reduzir a theoria á praxe. Pela minha parte, abstive-me absolutamente de intervir na discussão, e limitei-me a declarar que votava pela suppressão completa de todos os artigos relativos ao assumpto. Esta abstenção era aconselhada pela prudencia. A unidade de pensamento entre tantos e tão distinctos jurisconsultos e publicistas fazia-me, na verdade, duvidar da solidez da propria opinião. O debate sobre o principio que rege no codigo esta materia poderia ter-me esclarecido, e até convertido, talvez; mas entendi que se conciliava mal com o meu dever

suscitar tal debate. Não tinha probabilidade alguma de reduzir as intelligencias superiores dos meus collegas a admittirem como orthodoxa a heresia da mais fraca de todas as que alli concorriam, e a minha conversão era de tão pouco momento para o país, que não valia a pena de protrahir por causa della o longo e difficil trabalho da commissão. Continuei, pois, na heterodoxia. No meu modo de ver, a propriedade litteraria, emquanto reside nas regiões da theoria, é um paradoxo bom para se bordarem nelle periodos scintillantes de imagens phantasiosas; paradoxo inoffensivo, como o é, absolutamente falando, um milagre da Virgem de Lourdes ou da Senhora da Rocha. Mas, bem como o milagre, que só se inventa para fins mundanos, o paradoxo não deixa de ter inconvenientes se o transfundem no positivo, se o incorporam nas leis. Em tal caso, passam ambos, um a ser negocio dos sacerdotes do altar, outro a ser negocio dos sacerdotes da imprensa. Negociar, porém, com milagres ou com doutrinas é sempre mau. Como texto de orações *pro domo sua*, que incessantemente se reproduzem na republica das letras com variadas fórmas e côres variegadas, a propriedade litteraria tem certo valor: como dogma vale pouco mais ou menos o mesmo que os recentes dogmas do Vaticano. O que, po-

rém, é certo é que para defendê-lo não faltam, nem faltarão nunca os Ciceros. Achar um unico Hortensio que o combata, eis o que parece difficil.

Entre os milagres que voltam a habitar entre nós e o novo dogma juridico precursor dos novos dogmas theologicos ha, todavia, uma differença digna de notar-se. É que o milagre sabe para onde vai. A propriedade litteraria é que não sei se conhece para onde caminha. Conceber uma especie de propriedade que, conforme veremos, escapa á apreciação dos sentidos; pôr o objecto de um direito fóra do objectivo é attribuir ao vocabulo — propriedade — um valor por tal modo indefinivel, associar-lhe uma ideia tão nebulosa, que deixa atrás de si as nebulosidades da eschola hegeliana. De feito, nem o proprio Hegel concebe o direito de propriedade senão como uma acção da vontade sobre qualquer cousa, que por esse facto se torna minha, determinando-lhe a destinação substancial, ou que por indole não tinha [1]. Numa epocha em que os cortesãos das

---

[1] Die Person hat das Recht in jede *Sache* ihren Willen zu legen, welche dadurch die Meinige ist, zu ihrem substantiellen Zwecke, da sie eine solchen nicht in sich selbst hat, etc. *Sache*, em contraste com *Person*, exprime a cousa physica e que é capaz de ser possuida, e contrapõe-se a *Idee*, *Gedanken*.

multidões chamam como réus ao pretorio do cesarismo analphabeto e lutulento todos os principios, todas as maximas fundamentaes da sociedade, é perigoso introduzir na noção clara, precisa, inconcussa da propriedade um desses gongorismos das ideias abstrusas de que vivem os seus adversarios; é perigoso que das fendas da sepultura do antigo direito divino brote uma nova e singular especie desse mesmo direito, e que ao *per me reges regnant*, mal interpretado, suceda o *per me scriptores scribunt*.

Tinham passado outros dez annos sobre a minha impenitente incredulidade. Quasi esquecera o debate que o convenio celebrado com França sobre este assumpto suscitara na imprensa, debate em que a consciencia me fizera acceitar um papel talvez odioso; o de adversario, não da causa das letras, mas da causa da industria litteraria. No fim, porém, de tão largo periodo, uma publicação recente, feita em Paris por um compatricio nosso [1], veio avivar-me a recordação dessa lucta em que tive a honra de combater com uma das mais bellas e altas intelligencias que Portugal ha gerado, Almeida Garrett. Li com avidez o novo opusculo, que o auctor me enviara com expressões

---

[1] *Étude sur la propriété littéraire*, par F. Azevedo.

mais que benevolas. Era possivel que ahi surgisse para mim a luz, que por escrupulo, talvez excessivo, eu deixara ficar debaixo do meio alqueire na commissão do codigo civil. Infelizmente, porém, o opusculo não alumiou as trevas da minha impiedade.

Este escripto, vindo após tantos outros relativos ao assumpto, tende principalmente a propugnar uma ideia que me parece indubitavel, supposta a existencia de um direito originario de propriedade literaria. É a ideia da sua perpetuidade. Todas as legislações que consagram aquelle singular direito restringem-se, recusando-lhe uma condição inherente a qualquer propriedade absoluta. O auctor combate vantajosamente as razões que de ordinario se allegam para tornar incompleta uma especie de dominio que os seus defensores reputam o mais sagrado de todos. Não era difficil a tarefa. Já na carta precedente havia eu feito notar tão evidente absurdo. Indaga depois o auctor as causas por que os legisladores em todos os países estatuem o dominio temporario em relação á propriedade litteraria, e acha, como origem da contradicção, não sei que preoccupações; não sei que concessões ao socialismo. Permitta-me o auctor que substitua a sua hypothese por outra. Eu explicaria o facto presuppondo que no espirito desses le-

gisladores reinava a mesma incredulidade que reina no meu. As leis relativas ao assumpto afiguram-se-me leis de circumstancia ou de conveniencia. Numa epocha em que a imprensa exerce immensa influencia na opinião, igual ou superior á que a opinião exerce em todos os corpos do estado, uma doutrina, ou antes pretensão, a que, com raras excepções, subscrevem o commum dos escriptores e que defendem com a energia do proprio interesse, ha de forçosamente influir, não direi na consciencia, mas nos calculos e previsões dos homens publicos. Cede o legislador de mau grado; mas, de certo, não é ao socialismo que cede. Nas restricções, o que se revela é a sua repugnancia. Como que diz ao escriptor — «aproveita esta ficção de direito, e que a aproveitem os teus herdeiros. Os herdeiros dos teus herdeiros, esses ser-te-hão provavelmente desconhecidos e indifferentes: sê-lo-hão tambem para a lei que te favorece. Toma lá isso, e cala-te.» — D'ahi nasce, a meu ver, a antinomia; d'ahi o illogico; d'ahi a affirmação de um direito absoluto para depois se affirmar o transitorio delle.

Achar a negação da propriedade litteraria nas mesmas leis que a affirmam, e ver nisto uma transacção, uma condescendencia com o socialismo é, de feito, absolutamente infunda-

do. Ampliar a tal ponto a noção de propriedade, levá-la para regiões onde ella não cabe, imaginar, em summa, a realização do direito no ideal, na abstracção, é que, sob outro aspecto, pode dar vantagem ás doutrinas physiologicas do socialismo. A generalização, que não é senão uma fórmula do ideal, da abstracção, é a sua grande arma e a fonte principal dos seus erros. Porque não transigem com elle os legisladores ácerca de toda a outra propriedade? É porque toda a outra propriedade é tangivel, real, positiva, e por consequencia objecto possivel do direito de propriedade.

As leis de propriedade litteraria, consideradas correlativamente á legislação sobre os novos inventos, longe de conterem o menor vestigio das exaggerações do socialismo, não chegam sequer a respeitar um dos dogmas fundamentaes da eschola liberal, a igualdade civil. A ideia formulada, traduzida, representada no invento é manifestação perfeitamente analoga á da ideia formulada, traduzida, representada no livro. Para aproveitarem ao auctor e ao publico, a condição da reproducção é identica num e noutro. O invento pode ter até exigido mais trabalho, mais energia intelletual, mais sciencia do que o livro; e todavia, só por privilegio, isto é, por uma excepção do direito commum, alcançará ser propriedade, o

que radicalmente equivale a não o ser. Se, porém, o invento é mais humilde; se é apenas o melhoramento concebido pelo official mechanico em alfaia vulgar, a lei nem sequer o conhece, nem por privilegio entra na categoria da propriedade. Tudo isto faz lembrar o *desembargador ou fidalgo da minha casa* da velha Ordenação, em questões de adulterio. Propriedade completa na intensidade, e só incompleta na duração, para os *fidalgos da minha casa* das letras e das boas artes; propriedade apenas legal, determinada pela apreciação, ou, o que vale o mesmo, pelo arbitrio do governo, para uma especie de burguesia, para os homens que não escrevem, mas que fazem servir as sciencias de applicação aos progressos da civilização material; absolutamente não propriedade para as modestas manifestações dos entendimentos que dirigem e aperfeiçoam o trabalho vulgar e plebeu. De certo leis de tal indole não são socialistas: não chegam sequer a ser liberaes, não chegam sequer a ser mediocremente sensatas. Teem a sua razão de ser na soberania do alphabeto; não a teem na natureza humana.

Até certo ponto o auctor do opusculo reconhece isto mesmo. Na serie das consequencias inevitaveis que derivam de se attribuir á ideia formulada ou á fórmula da ideia, em abstra-

cto, a natureza objectiva da propriedade, foi logicamente muito além daquella em que os legisladores pararam; mas por fim parou tambem. E parou porque chegava a uma consequencia que demonstrava por absurdo quanto é vã a doutrina da propriedade litteraria. Depois de reconhecer que o invento, em relação ao direito, deve entrar ineluctavelmente na mesma categoria do livro, estabelece em favor do invento addicional uma theoria que, no seu systema, seria o privilegio da espoliação, embora tente palliá-lo. Desde que a ideia, completa ou incompleta, realizada por fórma nova, se converta em propriedade, ficará immovel ou quasi immovel o progresso da civilização. Parece isto obvio; mas o auctor do opusculo entende que não passa de um conjuncto de palavras ôcas. Na sua opinião, o progresso nada padece com a perpetuidade do dominio em qualquer invento. Basta que a perpetuidade pare diante do melhoramento. O melhoramento pode invadi-la sem que o direito seja offendido. Para isso ha uma condição extremamente simples. É a de se aperfeiçoar, de se corrigir *sem se copiar*. A condição não tem senão um defeito: o de ser theorica e practicamente impossivel. Aperfeiçoar, corrigir, ou melhorar significa manter a substancia ou o todo, e alterar o accidente ou a parte. Se a substancia

e os accidentes foram completamente substituidos; se as partes de que se compõe o todo foram totalmente subrogadas, não ha melhoramento: ha uma cousa nova, um invento novo. Melhorar e não copiar excluem-se invencivelmente. Quando, para regularizar os movimentos differenciaes, Watt e Evans inventaram os respectivos parallelogrammos, e applicaram a sua nova ideia ás machinas de vapor, copiaram-nas como existiam em tudo aquillo que não interessava a translação do movimento. A substituição da helice ás rodas, na navegação a vapor, não alterou senão numa pequena parte a mais perfeita construcção dos navios. Nestas, como em milhares de hypotheses analogas, não se comprehende por que modo, intentado o melhoramento, se evitaria a copia, isto é, a offensa da propriedade dos inventos.

Se isto é verdade; se é inevitavel que no aperfeiçoamento se reproduza o que se não altera na cousa aperfeiçoada, a doutrina do opusculo ou conduz á immobilidade no progresso, ou ha-de levar-nos a negar a propriedade litteraria que o auctor confessa não ser de indole diversa da propriedade dos inventos. Se, no livro, bem pensado e bem escripto, achei uma subdivisão, um artigo qualquer delle a que faltem esses predicados, não offendo direito algum em corrigi-lo e aprimorá-lo.

Removida, como impossivel, a condição com que se imaginou restringir-me a liberdade de melhorar, é para mim acto licito reproduzi-lo, depois de corrigida a parte defeituosa. Mas, em tal caso, onde ficou a propriedade litteraria? Que se diria daquelle que, possuindo um pequeno mas fertil campo contiguo a vasto predio rural em que andasse incorporada improductiva charneca, declarasse que desaggregava esta do predio, substituindo-a pelo seu campo, e que em virtude desse acto arbitrario, exigisse uma quantia avultada na renda total da herdade? A logica forçar-nos-hia a dar razão ao pretensor, se o direito de propriedade pudesse assimilar-se ao supposto direito de propriedade litteraria.

O auctor começando a defesa deste singular direito parece extasiar-se diante de uma phrase de Karr com aspirações a agudeza. Ha certa eschola litteraria, vulgar sobretudo em França, que, se não faz grande consumo de ideias, vive sempre com grande opulencia de phrases. Não são estes escriptores os menos ciosos dos seus suppostos direitos. Eis a phrase — «É evidente que a propriedade litteraria é uma propriedade» — . Em consciencia, a agudeza não tinha jus a grandes admirações. Nas aulas de logica a uma agudeza destas chamam os rapazes *petição de principio*: entre os ho-

mens feitos chama-se lhe puerilidade. A phrase vale o mesmo que valeria a seguinte: — «É evidente que a propriedade da quadratura do circulo é uma propriedade.»

No opusculo repete-se o argumento que por diversas maneiras se tem feito cem vezes, e que parece impossivel ainda se repita: «Ha — diz-se ahi — no direito do auctor, as condições essenciaes de qualquer propriedade, a extensão relativa e a extensão absoluta. Que difrença se dá entre o creador de uma casa e o creador de um livro?» — A resposta é simples e facil. — «Nenhuma.» — «Não tem o auctor do livro o mesmo direito que tem o da casa de dispor da sua obra?» — A resposta não é mais difficil, nem mais complexa. — «De certo.»

Paremos aqui.

Quer o direito de propriedade se realize unicamente, como creio, nos productos do trabalho intelligente do homem, quer se funde na faculdade que elle tem de apoderar-se dos objectos capazes de servirem á realização dos seus fins racionaes, é certo que a propriedade presuppõe sempre dous elementos, ou antes dous factores, materia e espirito, objecto actuado e intelligencia actuando, indispensaveis para a sua manifestação no mundo real. Esta condição é necessariamente commum a

toda a especie de propriedade: ao livro como á casa; á alfaia, como á terra individualizada; ao artefacto, como ao instrumento que ajudou a fabricá-lo. Para que a sociedade a proteja e os individuos a respeitem, cumpre que exista no positivo; que os sentidos possam transmittir a sua existencia ás consciencias para que estas guardem com relação a ella as respectivas noções do dever. Os direitos em abstracto, puros, existem no ideal, subjectivamente: em concreto, realizados, só podem existir no real, objectivamente. A propriedade é a realização de um direito: só pode dar-se no concreto, no existente, e não no possível, no ideal.

Os defensores da propriedade litteraria assentam a machina dos seus discursos numa ambiguidade. Esperam-na sempre quando elles figuram hypotheses; quando instituem comparações. A confusão do sentido natural com o metaphorico encerra toda a philosophia juridica da propriedade litteraria. Ás perguntas, intencionalmente fulminantes, que se fazem aos incredulos do direito divino dos escriptores, ficam dadas respostas tão simples como completas. Entre o creador de uma casa e de um livro (dizem) não há differença: um e outro teem igual direito a dispor da sua obra. Quem o duvída? Mas o que é um livro

no mesmo sentido natural em que empregaes a palavra *casa*, que aliás tem significações metaphoricas? Um *livro* é uma porção de parallelogrammos de papel dobrados e cosidos de certo modo, formando folhas e paginas que mechanicamente se cobrem de palavras escriptas. A operação, tambem puramente mechanica, pela qual se repetem, em mil ou duas mil porções iguaes de parallelogrammos identicos e identicamente unidos, as mesmas palavras escriptas, constitue o que chamamos uma edição, que é o complexo de mil ou dois mil *livros*. A propriedade do *livro* tem todos os caracteres da outra propriedade. O dono pode dispor dos exemplares a seu talante, como o ourives pode dispor de cem ou mil colheres de prata de certo feitio. O direito commum protege-a do mesmo modo: os tribunaes punem o roubo della como outro qualquer roubo. Os productores de *livros* estão perfeitamente equiparados aos demais productores.

A propriedade litteraria é isto? Não, por certo. Se o fosse, a expressão seria uma tautologia pueril. É cousa mais alta, mysteriosa, que se bamboleia no possível, que não habita na terra e que só desce a ella para auferir alguns lucros. Pura condescendencia com as fraquezas humanas. Busquemo-la, a ver se a encontramos entre os mortaes.

É preciso não esquecer nunca o principio de que na constituição da propriedade intervem sempre, em grau maior ou menor, a intelligencia. Supposta a theoria da apropriação, não me aproprio de qualquer cousa sem ter achado pelo raciocinio aquillo para que serve, sem lhe dar pela vontade um *destino e alma,* na phrase de Hegel [1]. Na theoria economica, a propriedade nasce sempre do trabalho associado á intelligencia para produzir um valor, quer a intelligencia e o trabalho sejam de um individuo, quer sejam de diversos; quer o valor seja de utilidade quer de troca. Assim, toda a propriedade contém em si um ou mais actos do espirito que veem incorporar-se, manifestar-se no objectivo, no real.

Que ha num escripto impresso, nisso a que chamamos *livro* sem figura de rhetorica, que não entre nesta regra commum; que tenha alguma cousa acima ou além dela?

Na edição de um escripto ha a ideia e a materia, como em todas as obras humanas: ha a multiplicação do objecto livro, como nos productos de uma fabrica de tecidos ha a multiplicidade das peças de fazenda do mesmo padrão.

---

[1] Ihrer Bestimmung und Seele meinen Willen erhtäl

Escuso de repetir o que disse na precedente carta. Não sou eu que rebaixo as inspirações do genio á altura dos productos da industria: são aquelles que as medem pela bitola da cousa mais positiva, mais vulgar, mais vezes apreciada pelo seu valor venal, a propriedade.

Acceitemos a comparação feita pelo auctor do opusculo entre os edificios e os livros. Nos edificios, como nos livros, ha a concepção geral e as concepções das particularidades, que veem do espirito, e ha a incorporação na materia, que vem do trabalho material. Estabelecer comparações entre o edificio, manifestação complexa da acção de dous factores, e o livro, quando se dá a esta palavra um sentido metaphorico para representar só um dos factores, isto é, as idéias concebidas por certa ordem e com certas fórmas subjectivas, traduzidas depois, por um acto material, no objectivo, é a meu ver um triste paralogismo. O que corresponderia ao exclusivo, a esta especie de estanco, de monopolio de ideias formuladas no entendimento e depois estampadas no papel, a que se chama propriedade litteraria, seria, no edifício, o estanco, o monopolio das linhas e proporções do prospecto, da combinação entre a distribuição das janellas e portas e a dos aposentos, da collocação dos corredores e esca-

das, do tamanho e communicações das quadras, dos pés direitos dos andares, das inclinações dos tectos, das mil combinações, em summa, com que o trabalho da intelligencia deu *alma e destino* à pedra, ao ferro, ao cimento, ás madeiras e aos demais elementos para a construcção de um edifício. Equiparado ao homem de letras, o que teria a reivindicar o edificador da casa seria o exclusivo, o monopolio sobre a combinação das suas ideias; teria o direito de obstar a que alguem fizesse outro predio urbano inteiramente irmão do seu, em toda a superficie do territorio que a lei de propriedade intellectual abrangesse.

O auctor do opusculo illude-se a si proprio applicando a factos identicos vocabulos diversos para assim parecerem factos distinctos. «A differença que ha — diz elle — entre as duas propriedades (a da casa e a do livro) é que uma *representa* um objecto unico e *palpavel;* ao passo que a outra *se manifesta ao publico* por milhares de exemplares.» Porque *representa* uma, e *manifesta* a outra? A verdade é que ambas *constituem* propriedade *palpavel*. A que proposito vem a ser a casa uma e os *livros* mil? Mil peças de chita irmã saídas de uma estamparia são tanto do fabricante, como os mil volumes de uma edição do editor ou do auctor, como a casa do edificador. O dono dos

volumes, como o do edificio, pode doá-los, trocá-los, vendê-los, legá-los, destrui-los; como o das peças de chita pode ajuntá-las num cubo ou num fardo, e alheá-las, como se alheia um prédio urbano ou rural, por qualquer especie de contracto. A lei reconhece e legitima todos esses actos de igual modo. A propriedade movel e a de raiz distinguem-se nos seus effeitos economicos e portanto no seu modo de ser civil, mas, na essencia, e em relação ao direito absoluto de propriedade, há entre ambas identidade perfeita.

Quanto mais cavamos nas profundezas da propriedade litteraria, mais a noção della, desse *quid divinum*, escapa á nossa comprehensão. Apertemos ainda a analyse dos factos; sigamos o escripto impresso nas suas ultimas evoluções. Commummente o producto total da venda de uma edição distribue-se em tres quotas proporcionaes, uma para as despesas da publicação, outra para recompensar o trabalho do editor, o juro do seu capital e do risco, as commisões que paga, etc., outra finalmente para o auctor. Que vendeu este? Alguma cousa que era produto do trabalho material dirigido pela intelligencia, como o era o trabalho do compositor, do impressor, do fabricante do papel, do fabricante de typos, em que e com que se imprimiu a obra. Sup-

ponhamos a edição esgotada, e o seu valor liquidado e distribuido. Todos os interessados houveram o producto do seu trabalho; mais ou menos. Questão de mercado, questão de concorrencia. Parece que a propriedade do producto desappareceu para todos, porque todos o venderam integralmente. Pois não é assim. O auctor, em cujo dominio, bem como no dos seus collaboradores, não resta o minimo vestigio dos mil, dos dous mil volumes completamente alienados; o auctor que vendeu o que ahi tinha, e o que tinha era o trabalho de escrever palavras e phrases, dispostas e ordenadas com certo e determinado intuito, conservou ainda, em virtude da sua propriedade litteraria, um dominio extrahido da cousa alienada. Não é o *jus in re;* não é o *jus in rem;* mas é um *jus* qualquer. Não se manifesta aos sentidos; não está em parte nenhuma na terra. É um fumozinho que se elevou do escripto impresso, que se adelgaçou, que se esvaíu no contingente, no possivel, no ideal, e que está lá.

> C'était l'ombre d'un cocher
> Avec l'ombre d'une brosse,
> Brossant l'ombre d'un carrosse.

Não é de espantar que nós os iconoclastas, os bagandas da propriedade litteraria não pos-

samos topar com ella neste mundo sublunar. Os seus defensores tambem não parecem muito adiantados sobre o assumpto. O auctor do opusculo fluctua a cada passo: a propriedade litteraria ora consiste na ideia formulada, ora só na fórma da ideia. Independentemente da noção da propriedade, que presuppõe sempre a acção do espirito sobre a materia, do ideal sobre o real, não como possivel, mas como existente, admittamo-la no subjectivo; supponhamo-la incorporea; supponhamos que o seu objecto não objecto é a concepção complexa das ideias antes e depois de manifestada, e de vendida a sua manifestação feita sobre o papel. Essa concepção formulou-se numa serie de vocabulos e phrases pensados e não escriptos. Cada vocabulo e cada phrase é o molde, a fórma de uma ideia simples ou complexa. A concepção disso a que metaphoricamente se chama uma obra, um escripto, um livro, nada mais é, pois, do que a juxtaposição, em tal ou tal ordem, das ideias revestidas das suas fórmas particulares que estão catalogadas no diccionario da lingua para uso commum. Ainda á luz da mais exaggerada doutrina da subjectividade, e admittindo que seja applicavel ás formas das ideias a theoria de Kant de que o direito de propriedade é o direito ao *uso exclusivo (Privatgebrauch)* de

qualquer cousa que originariamente era do dominio commum, é evidente que para se ter esse direito á totalidade, quer das ideias formuladas, quer só das respectivas fórmulas, é necessario que se tenha igualmente direito a cada uma dellas. D'onde se deduz que qualquer individuo que usar do termo ou da phrase que outrem já empregou rouba a propriedade alheia. Levar-se-ha até os apices da subtileza a defensão desta propriedade inaccessivel e inconcebivel, que vamos seguindo por entre os nevoeiros do ideal? Deixemo-la ir até lá. Supponhamos que ella consiste só no acto de ajunctar *successivamente* (o espirito não pode operar de outro modo) as ideias formuladas, e cujas fórmulas (palavras ou phrases) se acham colligidas no diccionario da lingua. A difficuldade continúa a subsistir e só muda de logar. Dez mil actos desses que serão necessarios para coordenar o *livro* (sentido metaphorico) não constituirão melhor direito do que os tres ou quatro. O direito não é questão de algarismos, nem se mede aos palmos. Quem sobre o papel repetir tres ou quatro phrases que succedam umas ás outras num livro, é um salteador de estrada. Taes são os absurdos a que a logica nos arrasta quando vamos collocar a propriedade na abstracção, no ideal.

O auctor do opusculo diz-nos que ficaram

para sempre celebres certas palavras de Lamartine, que transcreve. Triste celebridade. Quanto melhor fora que o altissimo poeta, em vez de se entreter com estas questões, se dedicasse a illustrar ainda mais o seu nome, dando á França um novo Jocelyn! — Ha homens que trabalham com as mãos — diz Lamartine — e ha homens que trabalham com o espirito. São differentes os resultados, mas é igual o jus de uns e de outros... Gasta certo individuo as forças em fecundar um campo: firmaes-lhe a posse delle para todo o sempre... Consome outro a vida inteira, descuidoso de si e dos seus, para opulentar o genero humano com alguma obra prima, ou com algum pensamento que vá transformar o mundo. Nasceu a obra prima: surgiu a ideia; apoderam-se dellas as intelligencias; aproveita-as a industria; negocei-as o commercio; convertem-se em riqueza... todos teem jus a ella, menos o seu creador... Isto não tem defesa.»

O que não tem defesa é que em tão poucas phrases se accumulem tantos desacertos. Em que obra humana que tenha um fim racional, e portanto um valor de utilidade ou de troca, se dá essa distincção completa do trabalho da intelligencia e do trabalho physico? Preponderará um ou outro; mas separá-los e omittir um delles, eis o que é impossivel. O que

não será facil é determinar as dóses, digamos assim, que a obra ha-de conter de cada um. Para fazer um livro (sentido metaphorico) ou hei-de escrevêlo ou hei-de dictá-lo. No mundo real é que elle não entra sem o exercicio dos meus orgãos. Por outro lado, o trabalho physico sem a direcção da intelligencia não é trabalho: chama-se movimento. O rolar da pedra pela ladeira, o correr do regato, a agitação desordenada do febricitante, o estorcer do epileptico, o andar e murmurar do somnambulo, nada disso é trabalho.—«Gasta as forças o individuo que fecunda o campo» —pondera o poeta francês. Mas quaes forças? As mesmas que gasta o que faz o livro; as do corpo e as do espirito. A charneca ou o paul não se convertem em vinha, em olival, em folhos de semeadura, em prados, sem a direcção intelligente do arroteador. Qual custaria a Matheus de Dombasle mais vigilias, mais cogitações, mais dispendio de forças intellectuaes; converter o solo ingrato de Roville em modelo admiravel de boa cultura, ou escrever os Annaes daquella granja exemplar? Porque não havia de ser exclusivo de Dombasle e dos seus herdeiros o applicar o systema de transformação e cultura de Roville a outro qualquer solo? Nada ha mais obviamente inexacto do que affirmar que o auctor

da obra prima litteraria é o unico que não tem direito a ella. Pois não vende a edição quando a publica, não a reimprimirá quantas vezes quiser? Não tem a vantagem de poder fazer nova edição melhorada que mate as edições chamadas contrafacções? Onde e como é elle excluido do direito de reimpressão? Agora pelo que toca a esse escriptor que consumiu a vida, esquecido de si e dos seus, só com o intuito de augmentar o thesouro commum do espirito humano, isso é poesia. Seria uma entidade capaz de nos subministrar um Jocelyn das letras: no mundo real é que duvido muito que exista. E se existe, o maior favor que lhe podem fazer é reproduzir-lhe o escripto. Mais depressa se realizarão os seus intuitos; os fins da sua incomparavel abnegação; do seu immenso sacrificio.

Confundir a evolução economica da propriedade movel com as condições da immovel, e depois argumentar desta para aquella e daquella para esta, é um dos eternos paralogismos dos defensores da propriedade litteraria. Na propriedade do campo que o individuo fecundou ha um capital incorporado, capital de trabalho intellectual e physico, que, associado com a terra e com a renovação annual do trabalho, ajuda este e as forças naturaes e gratuitas da terra e da atmosphera a serem

productivos. A renda representa a quota proporcional que no producto corresponde ao capital incorporado, e não a differença da qualidade da terra, como a pretende certa eschola de economistas ingleses. Os volumes, porém, de uma edição de qualquer obra são um producto completamente, forçadamente, movel e venal: não é possivel convertê-lo em capital immovel sem o transformar. Vendido o ultimo volume, o auctor pode inverter o preço da edição, no todo ou em parte, numa cousa immovel ou immobiliaria. É o que succede com outro qualquer producto que constitua uma propriedade movel. Mas o fabricante principal do livro (sentido natural) não se contenta com isto; quer gastar até o ultimo ceitil a sua quota do producto, e que todavia fique uma abstracção, a possibilidade de um acto, a reproducção contingente do livro (sentido figurado) constituindo uma propriedade analoga ao capital incorporado no baldio reduzido a solo productivo.

Dizer isto será socialismo? É possivel que eu tenha estado a fazer socialismo, como mr. Jourdain fazia prosa, sem o saber. O auctor do opusculo lança a suspeita dessa heresia politica sobre todos os que combatem com vigor o phantasma de uma propriedade que se reputa capaz de preço fóra da esphera da apre-

ciação, fóra do mundo real, onde, e só onde, se movem e actuam os direitos e os valores. Dir-se-hia que combater o absurdo era cousa defesa antes de surgir o socialismo, e que foi este que inventou a logica e a severa exposição dos factos. Não conheço o livro *Majorats Littéraires* de Proudhon, citado no opusculo, mas se este combateu ahi a propriedade litteraria, não será por isso que o senso commum o condemne ás gemonias. Não se me afigura que chamar socialista a quem discute, que impor um labéu mais ou menos affrontoso desfaça um argumento, nem que seja demonstração concludente e irresistivel o affirmar que taes ou taes theorias são más porque são socialistas, e que o socialismo é mau porque propaga essas theorias. As escholas socialistas (nem eu sei já quantas são hoje) teem doutrinas positivas e critica negativa. As doutrinas positivas parecem-me longos rosarios de despropositos: a critica negativa, embora frequentemente exaggerada, é a meu ver uma cousa séria. Ha ahi indicações de males profundos e dolorosos no corpo social, que fazem estremecer as consciencias; que fazem cogitar tristemente os espiritos liberaes e sinceros. Não são desses males, por certo, as leis de propriedade litteraria: são apenas uma fraqueza; são a subserviencia dos poderes

publicos a uma classe preponderante, mas em cujo gremio não é rara a pobreza, e ainda menos rara a necessidade de se rodear de gosos e esplendores, que muitas vezes accendem a imaginação e inspiram os arrojos do engenho. Entretanto os damnos que proveem ao mundo da doutrina da propriedade litteraria, não deixam de ter certa gravidade. O maior mal é que os livros frivolos, corruptores ou que representam pouco e facil trabalho são os que ella mais favoneia: o menor é o inconveniente moral de associar a uma cousa séria, ao complexo de direitos originarios do homem, uma esperteza sophistica. É por isso que me não permitte a consciencia, apesar do consenso dos legisladores, ver no réu de contrafacção um criminoso. Ha, todavia, na sua especulação o que quer que seja que repugna. Os sentimentos delicados não entram na esphera juridica, mas teem na sociedade seu preço e valia, e quem os menospreza faz mal. A usura não é hoje um delicto, porque os interesses legitimos do capital não se podem determinar *a priori*. A lei justa e sensata substituiu nesta parte a lei irreflectida. Mas, que homem digno e honrado deixaria de receber como offensa a qualificação de usurario?

Dos defensores de propriedade litteraria só conheço um que soubesse evitar a confusão

do ideal com o real. Foi Tommaseo[1]. O que pede para os escriptores é a immunidade, o *privilegio* de só elles poderem reimprimir as proprias obras. Eis o que é admissivel. Funda-se em razões de equidade, de conveniencia social, de merecida benevolencia. Se nem sempre os seus argumentos são concludentes, a maior parte delles são dignos de attenção. — «Não distingo — diz Tommaseo quasi no começo do seu opusculo — o pensamento da fórma que o reveste para affirmar que um é venal, outro não. A fórma é parte viva do pensamento em si; não é cousa commercial.» — Destroe assim pela base a philosophia juridica da propriedade litteraria. Pouco depois prosegue: — «Por certo que se o país pudesse recompensar com justiça os escriptos de merito por via de moderados estipendios, deixando livres para todos as reimpressões, seria esta a applicação mais nobre dos tributos. Mas onde ha dinheiro para isso? Onde se acharão os juizes? Para discernir os grandes dos mediocres (escriptores) seria preciso um congresso dos grandes, e que fossem, além disso, desapaixonados; um congresso de deuses.»

A doutrina verdadeira é a que Tommaseo indica, e que eu indiquei na precedente carta;

---

[1] Studii critici, tom. II, pag. 444 (Delle ristampe).

é a recompensa nacional dada ao escriptor que com um bom livro foi por qualquer modo util á patria. Mas o obice practico posto pelo critico italiano á realização da doutrina é igualmente verdadeiro. Os homens de letras teriam de aquilatar as obras uns dos outros, e o excesso de indulgencia, ou os excessos de severidade seriam inevitaveis. Em todos os países a classe dos homens de letras está sujeita, como as outras, talvez mais do que as outras, á violencia das paixões. As malevolencias que muitas vezes gera a lucta das ideias, os resentimentos que deixam enraizados no coração as feridas do amor proprio, a mútua hostilidade das escholas e dos corrilhos, as invejas roedoras; tudo, emfim, quanto pode viciar as apreciações humanas actuaria na apreciação do livro. O indefinido progresso da civilização trará porventura um estado de cousas em que se torne possivel a applicação da theoria. Por emquanto, sou o primeiro em reconhecer que ella é inexequivel.

Entretanto, se nem a recompensa publica é realizavel, nem a invenção de um direito absoluto e originario de propriedade litteraria é admissivel, ninguem, por certo, nega a utilidade de favorecer o trabalho litterario e scientifico, principal elemento do progresso social. Busquem-se os meios de o fazer. Outros lem-

brarão melhores alvitres, mas seja-me permittido propor o que me occorre.

Na minha opinião, o livro deve descer á categoria dos inventos. É esta a justiça, porque é a igualdade civil. Nessa categoria não ha o direito absoluto. A propriedade é ahi apenas legal, porque deriva do privilégio, da lei da excepção *(privata lex)*, e portanto existe com as condições e limites que ella lhe impõe. Nas doutrinas liberaes geralmente recebidas o privilegio só é legitimo quando se estriba na utilidade publica. É pois necessario que na propriedade creada pelo privilegio se dê essa caracteristica. Eis a condição impreterivel de todas as leis que declararem propriedade privada os inventos, as obras de arte e os livros. A apreciação para distinguir os uteis dos inuteis, os engenhosos dos insignificantes, os beneficos dos nocivos, é portanto inevitavel, e todavia, é justamente neste ponto que surge a mais grave difficuldade.

Como resolvê-la?

O supposto direito de propriedade litteraria domina em todos os países *civilizados;* quer dizer, em todos os países onde os que escrevem e imprimem constituem um poder irresistivel. Esse poder tem actuado nas relações internacionaes, como nas legislações. Os tractados sobre o assumpto prosperam a olhos vis-

tos. Nós proprios não pudémos esquivar-nos a celebrar um que pela natureza das cousas era a negação completa da reciprocidade que nelle se ostentava. Creio tê-lo demonstrado na carta a que estas ponderações servem de appendice. Quisera eu, porém, que este accesso de febre diplomatica se aproveitasse para fazer em favor dos homens de sciencia e de letras alguma cousa mais sensata e, sobretudo, mais moral do que uma imaginaria propriedade, que por via de regra dá maior favor ao livro nocivo ou, pelo menos, frivolo, que ao livro util e grave.

Na peninsula hispanica habitam duas nações irmãs que falam duas linguas irmãs. Navegadoras ambas, descobriram outr'ora a America e colonizaram-na em grande parte. As colonias portuguesas vieram a transformar-se no vasto e opulento imperio do Brasil; as hespanholas nas varias e turbulentas republicas que medeiam entre o Brasil e os Estados Unidos. Como as indoles, a religião, os costumes e as tradições juridicas das duas nações peninsulares se transmittiram ás suas colonias de outr'ora, assim as duas linguas são as linguas faladas e escriptas dessas amplas regiões, onde uma população, já numerosa, cresce rapidamente. Na Peninsula o português mediocremente instruido lê o livro castelhano

sem sentir mais vezes a necessidade de um diccionario bilingue do que sente a de consultar o do proprio idioma para conhecer a accepção de alguns vocabulos ou phrases dos escriptores vernaculos. Por muito tempo se reputou entre nós luxo litterario escusado um diccionario da lingua castelhana. Quantos não lêem jornaes e livros dos nossos vizinhos sem delle se aproveitarem, e ignorando até a sua existencia? O mesmo succede em Hespanha com as publicações portuguesas. Um hespanhol e um português, ambos com certo grau de educação, conversam horas inteiras, falando cada qual no seu proprio idioma, sem se desentenderem. Os mesmos phenomenos se reproduzem necessariamente na America. Podem fazer-se longas e eruditas dissertações sobre a indole diversa das duas linguas, sobre os elementos varios que intervieram na respectiva formação e desenvolvimento, sobre as suas distinctas primazias; mas os factos actuaes, positivos, practicos, observados por todos são estes.

Uma convenção entre os diversos estados onde domina qualquer das duas linguas resolveria a grande difficuldade e serviria para favorecer as manifestações superiores da intelligencia, quer nas letras e na sciencia pura, quer nas boas artes, quer nos inventos. Para isto

fora necessario que em todos elles se considerasse o exclusivo da reproducção como um direito positivo, instituido a favor do homem de letras, do artista, do inventor, mas tendo por principal motivo o progresso intellectual, moral e material da sociedade. A concessão do privilegio representaria então uma conveniencia social, que lhe daria solidos fundamentos. Em virtude do tractado, todo aquelle que obtivesse tal concessão na maioria dos países ligados por essa convenção, exceptuando o seu, teria direito de exigir immediatamente do seu governo o diploma que lhe assegurasse o respectivo privilegio.

Logo que o auctor ou inventor fizesse reconhecer pelo governo do proprio país o direito exclusivo de reproducção ou a propriedade legal do seu livro ou invento, em virtude das concessões obtidas, ella deveria ser mantida no resto dos estados contractantes, embora extranhos á concessão. As demais provisões do tractado, como por exemplo, o gratuito das concessões, o encargo imposto aos consules geraes de sollicitarem *ex officio* a expedição dos negocios desta especie em que interessassem os seus concidadãos, dando-se assim a esses negocios um caracter publico; tudo, em summa, que tendesse a torná-lo de facil e segura execução seria mais ou menos importan-

te; mas as bases do convenio consistiriam necessariamente naquellas disposições fundamentaes.

Com esta confederação, com essa especie de amphyctyonia consagrada a manter a religião do progresso, obter-se-hiam tres grandes resultados em relação às letras: 1.º, tornar quási impossiveis as apreciações apaixonadas e injustas, aliás quasi certas no systema das recompensas nacionais; 2.º, deixar neste assumpto á legislação de cada país confederado o seu caracter autonomo; porque, repudiado o principio do direito absoluto de propriedade, e adoptado o da propriedade legal, a duração e extensão do privilegio, a escolha dos corpos scientificos e litterarios ou a instituição de jurys, incumbidos de resolver os negocios de semelhante ordem ou de propor a sua resolução, as solemnidades necessarias para se obter a concessão, os meios de se realizar o exclusivo da reproducção, tudo ficaria a arbitrio dos legisladores de cada estado; 3.º, os livros frivolos ou deleterios, que o direito absoluto de propriedade protege tanto como os bons e uteis, e que infelizmente o mercado protege sem comparação mais, ficariam expostos sem defesa á especulação dos contrafactores, e na propria procura do mercado achariam para seus auctores o instrumento do castigo. Estas

tres considerações deviam bastar, creio eu, para mover o governo a entabolar negociações sobre essas bases com a Hespanha, com o Brasil e com as republicas da antiga America hespanhola, ou ao menos com as principaes dellas. Seria favorecer os homens de verdadeira sciencia ou de verdadeiro engenho, melhor do que confundindo gratuitamente nas leis com o direito absoluto de propriedade a singular invenção da propriedade litteraria absoluta.

CARTA

Á

ASSEMBLÉA GERAL DA ACADEMIA DAS SCIENCIAS

RECUSANDO O AUCTOR

A REELEIÇÃO DE VICE-PRESIDENTE

1856

Senhores. — Uma commissão vossa acaba de me fazer saber que me quisestes dar um novo testemunho de apreço, pedindo-me por intervenção della que volte ao vosso gremio, e reassuma o cargo de vice-presidente, de que me demitti na sessão de 31 de março.

Subsistindo ainda as causas que me inspiraram aquella resolução, era constrangido a resistir, não só aos desejos manifestados pela Academia, mas tambem aos impulsos do meu coração; era constrangido a deixar completo um desses asperos sacrificios, que, nas epochas de grande devassidão, e dadas certas circumstancias, ao homem de bem cumpre fazer, ao menos como um protesto de que no seu país não expiraram de todo as tradições moraes, e o sentimento da dignidade humana.

Resolvido a manter a demissão que dera da vice-presidencia da Academia, precisava comtudo de explicar o meu procedimento. Devia-o a esta corporação, de quem tenho recebido de-

monstrações de benevolencia taes, que o zelo, com que creio havê-la servido, está longe de me libertar duma grande divida de agradecimento. Em semelhante presupposto, pedi licença à commissão para me abster da resposta vocal, e para a dirigir por escripto ao illustre gremio, ao qual, depois da sua ultima reforma, tanto me ufano de ter pertencido.

É necessario que comece por uma advertencia indispensavel. Compellido a justificar-me perante os meus antigos collegas de desobedecer pela segunda vez á sua vontade, manifestada já unanimemente na sessão em que me demitti, e a mostrar que não podia, sem deshonrar-me, tolerar em submisso silencio os recentes actos do governo em relação á Academia, terei de examinar e julgar esses actos conforme as minhas ideias, e ajudado pela maior ou menor capacidade que Deus me deu para apreciar as cousas. Quem d'entre vós as aferir por outras ideias, e com mais subido grau de intelligencia, chegará, acaso, a conclusões diversas. Taes conclusões serão tão legitimas como as minhas; e dessa legitimidade derivará a do procedimento de cada um dos membros da Academia. Em materias de honra e dignidade não desejaria que alguem acceitasse a minha opinião sem a avaliar, nem eu acceitaria sem isso nenhum voto alheio, por

mais auctorizado que fosse, para me guiar por elle.

Que se me permitta resumir aqui o negocio que me forçou a tomar uma resolução extrema, resolução talvez a mais custosa que na minha vida me tenha imposto a voz da consciencia.

Eis os factos :

O secretario geral perpetuo da Academia recebera desta um voto de censura por falta voluntaria no cumprimento dos seus deveres. Irritado por aquella censura, elle reincidiu, recusando exercitar seu officio nas assembleias geraes e nas sessões do conselho administrativo, mas reservando as outras attribuições do cargo. A Academia não toleraria tão insolita resolução em qualquer socio que exercesse funcções gratuitas; menos a podia tolerar ao socio que era funccionario pago. Procurou chamá-lo á razão, e não foi escutada. Era, portanto, indispensavel completar a meia suspensão que o secretario impusera a si proprio. Fê-lo por votação unanime. Todavia não privou o empregado suspenso do seu vencimento, porque procedia sem paixão. Se obrara severamente fora a isso compellida pela necessidade de manter as leis e disciplina da corporação.

Seguia-se dar conta deste grave successo ao

governo pelo ministerio do reino. A Academia fê-lo tambem. A representação de 10 de julho de 1855 expunha lealmente o que havia occorrido, e pedia providencias decisivas que terminassem por uma vez os continuos embaraços que suscitava o secretario perpetuo. Á vista dos factos ponderados nessa representação, se o ministro quisesse respeitar um instituto que em todas as epochas foi tido na mais subida consideração pelos poderes publicos, e a quem elle devera a honra de ser admittido no seu seio, a unica resolução possivel era a aposentação do secretario. A sua provecta idade, os longos annos que exercera o secretariado, e os conflictos que diariamente se alevantam entre aquelle funccionario e o corpo academico, tornavam não só plausivel, mas tambem necessaria semelhante providencia. A perpetuidade do officio importava vantagens e encargos para o secretario: a aposentação conservava-lhe as primeiras, e libertava-o dos segundos. O corpo academico satisfazia-se com isto: comprava a paz com um sacrificio pecuniario, e podia dedicar aos trabalhos litterarios o tempo que consumia em cohibir um empregado absolutamente incorrigivel.

Alguns membros da Academia, em relações mais estreitas com o ministro do reino, parece

terem-no aconselhado a assim proceder. Ignoro o que a este respeito se passou. O que sei é que, por uma grosseria singular, a representação de 10 de julho ficou sem resposta ou decisão durante alguns meses, bem como o ficou a de 3 de dezembro, em que a Academia dirigia ao governo novas e vivas instancias sobre o assumpto.

Uma circumstancia digna de notar-se dava, porém, uma tendencia offensiva ao proceder do ministro.

Havia muito que circulavam boatos pouco honrosos para o caracter moral do secretario perpetuo. Falava-se ácerca de abusos practicados no exercicio das attribuições demasiado amplas que lhe facultavam os estatutos e regulamentos academicos. Nunca eu tinha dado credito a taes boatos : eleito, porém, vice-presidente da Academia, e achando-me por isso membro do conselho administrativo, conheci que esses boatos não careciam de fundamento. Membro como eu do conselho, o digno presidente da primeira classe tambem sabia das circumstancias que justificavam as suspeitas. Amigo pessoal e politico do ministro do reino, e havendo-se encarregado de sollicitar extra-officialmente uma resposta á representação de 10 de julho, falou-lhe com a lealdade e franqueza que o caracterizam, e ponderou-lhe as

particularidades que forçavam o governo, por seu proprio decoro, a tomar uma resolução accorde com os desejos da Academia. Evitava-se assim um escandalo, e que a deshonra viesse a caír algum dia sobre a cabeça encanecida dum homem de letras, consequencia que a necessidade de obstar para o futuro aos desconcertos passados mais tarde ou mais cedo havia de produzir. O ministro pareceu tomar em conta essas considerações amigaveis, e s. ex.ª o sr. presidente da primeira classe referiu numa reunião de academicos o que se passara. É por isso que cito aqui semelhante facto. Pela sua elevada jerarchia como par do reino, s. ex.ª tinha direito de esperar que as palavras do ministro houvessem sido graves e sinceras : como membro da maioria de uma das camaras tinha ainda maior direito a fazer ouvir os seus conselhos, visto que diante do país acceita um quinhão de responsabilidade moral pelos actos do poder. Não succedeu, porém, assim. Contra a razão, contra todas as indicações da decencia, o secretario perpetuo da Academia, suspenso por ella com justos fundamentos numa votação unanime, manchado por suspeitas pouco honrosas, conhecidas do ministro do reino, e que o ministro do reino tinha obrigação de verificar, se é que o individuo que lhas communicava não merecia

a sua plena confiança; o secretario perpetuo, que, collocando-se numa posição illegal, respondera com o desprezo ás advertencias moderadas da sua corporação, e se mostrava alheio ao sentimento do proprio dever; esse homem, para quem a Academia desejava, na sua immensa indulgencia, a obscuridade e a paz dos ultimos dias da vida, foi nomeado guarda-mór da Torre do Tombo, cargo importante, por que presuppõe, não só elevados dotes litterarios, mas tambem inconcussa probidade. Era a unica e definitiva resposa do governo ás respeitosas representações de 10 de julho e de 3 de dezembro, e aos conselhos prudentes e amigaveis de um homem que o ministro devera respeitar. Honrado com a confiança do supremo poder, vingado do desar que recebera, o successor de Gomes Eannes de Azurara, de Rui de Pina, de Damião de Goes, de João Pinto Ribeiro, de José de Seabra, de D. Francisco de S. Luiz, atirou á Academia com os seus diplomas de secretario e de socio. O governo tinha-lhe dado outro que para elle, e talvez para o mundo, era de maior valia.

Pelas minhas faces não roçaram esses diplomas; porque na sessão da vespera depusera perante a Academia o cargo de vice-presidente, convertido agora numa cruz de vili-

pendio com que os meus hombros não podiam: não roçaram pelas minhas faces, nem pelas dos numerosos membros desse respeitavel instituto, que na mesma sessão declararam estarem resolvidos a retirarem-se como eu, se a corporação a que pertenciam não fosse plenamente desaggravada de uma offensa immerecida.

Sei que houve quem dissesse que essa demissão voluntaria do secretario perpetuo, despachado pelo ministro na constancia da sua suspensão, importava um desaggravo para a Academia, como se a injuria do poder accumulada ao desprezo do agraciado equivalessem a uma reparação! Disse-se tambem, creio eu, que não havia lei para a aposentação do secretario perpetuo, como se não valessem nesta hypothese os principios geraes de justiça e as regras de administração; se não houvesse por um lado a perpetuidade do cargo e por outro a impossibilidade physica ou moral do individuo; e se, emfim, o governo, nimiamente escrupuloso, não pudesse obter sobre isso do parlamento qualquer declaração legislativa. Não qualificarei taes desculpas: só direi que deploro tamanha aberração d'espirito.

Havia, porém, no acto do governo uma circumstancia que particularmente feria a segunda classe. Sabe a Academia quão vasto e

difficil trabalho ella emprehendeu na publicação dos monumentos historicos do nosso país, e que a parte principalissima desse trabalho tem sido e deveria continuar a ser feita na Torre do Tombo. O ministro, collocando á frente daquelle estabelecimento o empregado suspenso pela Academia, fechava as portas do Archivo geral do reino, não só a mim, que mais particularmente estava encarregado da empresa, mas também a qualquer socio que houvesse de succeder-me; porque creio firmemente que todos elles teem bastante dignidade e amam assás a propria reputação, para nunca mais cruzarem os humbraes do archivo nacional emquanto o ex-secretario da Academia se achar á frente daquella repartição.

O governo pode entregar a quem quiser a guarda dos documentos do estado, e de outros em que se estriba a fortuna de muitas familias, conservados na Torre do Tombo. Livre é a sua acção administrativa; sua a responsabilidade perante o parlamento e perante o país. Sem o aggravo que lhe foi feito, a Academia nada teria com esse acto. Os membros, porém, da segunda classe e nomeadamente os da secção de historia, além da offensa commum, receberam outra mais grave; foram virtualmente expulsos do archivo publico. O governo condemnou-os á inacção; porque, no

actual estado dos conhecimentos humanos, nenhuns estudos serios sobre a historia de Portugal, sobre a sua jurisprudencia, e ainda sobre um certo numero de questões economicas e litterarias relativas ao nosso país se podem fazer dignamente sem o exame dos monumentos accumulados naquelle vasto repositorio, que hoje se acha ainda mais enriquecido pelos esforços, e até á custa da Academia. Ha perto de oitenta annos que todos os governos se teem mostrado sollicitos em favorecer taes estudos, e em facilitar aos membros da primeira sociedade litteraria do reino os meios de cultivarem as letras patrias. É o actual o primeiro que quebra essas tradições, e que os força pelos sentimentos mais nobres do homem, pelo pundonor, e ainda mais, pelo receio de comprometter a propria honra em qualquer extravio que possa occorrer de documentos publicos, a considerarem como vedado para elles o accesso da Torre do Tombo.

Este procedimento é na verdade inexplicavel. O ministro do reino, socio da Academia Real das Sciencias, homem de letras, e entendimento claro, avaliava bem quão doloroso devia ser para os seus consocios, não só a demonstração de desprezo, que o governo lhes dava, mas tambem o verem-se em parte banidos da republica das letras pela coacção mo-

ral. Entre elles ha amigos pessoaes e politicos do ministro, ha homens inoffensivos, exclusivamente dedicados á sciencia, ha individuos cujas propensões os impellem para trabalhos litterarios sem connexão com as indagações historicas; mas, infelizmente, em outros davam-se, além dessas, outras condições. O ministro sabia-o, calculava o alcance do que fazia, a consciencia não podia deixar de accusá-lo, e a pesar disso, não recuou diante de uma nomeação, deploravel em si, e evidentemente hostil á Academia.

Se a razão nos assegura que o ministro obrava mal deliberadamente, um facto significativo vem confirmar de mais directo modo a inducção do raciocinio. Se lançardes os olhos para as columnas do *Diario do Governo*, onde se lêem a cada passo os diplomas de nomeação dos empregados ainda mais obscuros, não busqueis lá o do novo guarda-mór da Torre do Tombo, porque não o haveis de encontrar. Sabeis o que é este silencio? É a voz da consciencia do ministro.

E depois, não ouvistes segredar pelos cantos não sei que intervenções da corôa neste deploravel negocio? A deslealdade e a inconstitucionalidade parece terem substituido a doutrina que faz responsaveis só os ministros. Acaso nesta quadra que vamos atravessando,

e que tantas vezes nos recorda as paginas mais tristes da historia do Baixo Imperio, deixou de acatar-se já, não direi a personificação de um supremo principio politico, impeccavel e sancto, mas, ao menos, a innocencia e a probidade dos dezoito annos, em que ainda todos cremos na justiça publica e na lealdade dos homens? Nem sequer uma fronte pura escapará ao lodo que para nós espadana do charco das paixões politicas? A calumnia, murmurada em voz baixa, ha-de negar-se a si propria. Bem o sei; porque sei que a certos individuos falta até o esforço das grandes covardias. Mas que me importa isso, se o murmurio da calumnia nem só por mim foi ouvido?

O que me parece evidente é que se praticou um acto mau com determinada intenção; que a injuria que recebestes foi friamente dirigida, e que, tanto por dignidade propria, como por dignidade da corporação a que tive a honra de presidir, não posso acceitar o vosso tão apreciavel convite.

Custa-me, e muito, pensá-lo assim. Accordes em geral numa só vontade, forcejavamos todos para restituir á Academia o seu primitivo esplendor. Pela minha parte não poupei incommodos e esforços de mais de um genero para que Portugal pudesse associar-se ao resto da Europa, de um modo digno de nós, no

empenho da publicação dos seus monumentos historicos. Se o alcancei ou não, emquanto m'o consentiram, di-lo-ha a Academia: o que eu sei dizer é que a nenhum outro país, nem ao nosso em casos analogos, foi tão pouco dispendioso tanto trabalho como o que se acha feito. Levo saudades desta empresa, porque era um documento de pundonor academico e de patriotismo. Outros a continuarão melhor algum dia, posto que não com maior zelo. Como sabeis, ahi fica impressa a legislação do berço da monarchia, e ficá-lo-ha igualmente conforme vos prometti, o primeiro fasciculo das antigas chronicas e memorias de Portugal, que neste momento se imprime. Estão colligidos e em parte promptos para entrarem no prelo muitos monumentos narrativos, toda a legislação patria até os fins do seculo XIII, os foraes primitivos do reino e o seu direito consuetudinario, além de muitos centenares de diplomas importantes do seculo VIII até o XI. Dos socios da segunda classe que entenderem ser-lhes licito continuar a pertencer ao quadro effectivo da Academia, os que se houverem de encarregar da empresa acharão sempre em mim boa vontade para lhes subministrar as especies de que carecerem relativas a esse assumpto.

Não me moveu á resolução que tomei, não

me move a mantê-la agora nenhum capricho pueril, nenhum sentimento de malevolencia para com pessoa alguma. Move-me a convicção de que cumpro os deveres de homem honesto que presa o proprio caracter. Não abandono sómente por estes deveres a honra de vos ajudar nos vossos encargos academicos; abandono os meus interesses privados, materiaes e litterarios. Para mim a carreira de historiador cessou, e o mais provavel é que cessasse definitivamente; porque quando uma vez nos afastamos de certa ordem de ideias, de certos estudos, que requerem sobretudo paciencia e constancia, é dificil e raro que voltemos depois a elles. Esses em que mais me comprazia ahi ficam truncados, incompletos. Se o poder se gloría com isso, que folgue: é gloria que ha de durar mais do que eu e do que elle.

Estareis lembrados do que vos disse depondo em vossas mãos a dignidade de que me havieis revestido por duas vezes, erro que, a meu ver, vos acarretou os dissabores do insulto official. Se o receio de um compromettimento de honra me não fechasse as portas da Torre do Tombo, fechava-m'as a minha situação especial. O accesso dos archivos do reino só pode ser franqueado ou pela benevolencia e confiança do seu chefe responsavel, ou por ordem expressa do governo. Como membro da Aca-

demia e para serviço publico poderia acceitar e até sollicitar essa ordem: como individuo particular nem tão insignificante mercê receberia dos homens que nos regem. Do chefe actual do archivo, desse é obvio que não posso desejar nem a confiança nem a benevolencia.

O sacrificio que impús a mim mesmo como simples cidadão abona a sinceridade do que faço como membro da Academia. Debaixo da affronta collectiva senti a aggressão individual contra o adversario politico; aggressão dissimulada, tortuosa, mesquinha, e todavia pungente, como cumpria que fosse vinda de quem vinha; porque os habeis são sobretudo os que sabem aproveitar bem e em todas as relações as conjuncturas propicias. Inutil á classe por inactividade forçada, a minha conservação na vice-presidencia não seria senão a origem de novos aggravos a uma corporação tão respeitavel como inoffensiva. Bastava esta consideração para me afastar da vice-presidencia da Academia.

Terminarei fazendo votos pela prosperidade desse instituto: para que haja de contribuir poderosamente para o progresso do espirito humano e para a gloria litteraria e scientifica da terra em que nasci. O que eu não sei é se isto vos será possivel numa epocha e

numa situação em que por caminhos tenebrosos se ferem os adversarios leaes, não no corpo, mas na alma; em que se calcula de antemão que a honestidade e o pundonor da propria victima a ageitarão á ferida: em que para punir as opiniões se mutilam ou atrophiam as intelligencias. É a grande differença que vai da decadencia das sociedades antigas á decadencia das sociedades actuaes. Os Sejanos de Tiberio, servidos pelo ferro e pelo veneno, accordes com o cesar numa só vontade, eram materialistas e grosseiros na satisfação dos seus odios. Hoje a falta de um Tiberio não incommoda os Sejanos modernos: ser-lhes-hia inutil o velho de Capréa. Teem horror ao sangue: são tolerantes, espiritualistas, delicados, subtis. Ou corrompem, ou assassinam o espirito. Não vai mais longe a sua tyrannia. Depois, os Sejanos d'outr'ora acompanhavam com rir feroz os gemidos dos martyres: os de hoje respondem ao grito que nos arranca a dor da angustia moral, com espremer duas lagrymas sobre as faces, e com murmurar queixumes, em voz sentida e flebil, contra os que calumniam as suas intenções mais innocentes e puras.

MOUSINHO DA SILVEIRA

OU

LA RÉVOLUTION PORTUGAISE

1856

La Providence, qui fait aux nations des origines et des destinées diverses, ouvre aussi à la justice et à la liberté plus d'une voie pour entrer dans les gouvernements.

GUIZOT, *Hist. des Origin. du Gouvern. Représ.*, Préface.

I

Vous me demandez, mon cher F..., quelques notes sur Mousinho da Silveira, sur ce personnage, qui n'a été ni agioteur, ni baron, ni noble, ni général, ni académicien, ni journaliste, et que cependant vous avez entendu vanter comme l'un des hommes les plus remarquables de notre époque, comme le plus remarquable, peut-être, de notre pays. Si je vous envoyais les notes réclamées, je ne pourrais vous dire que ce qu'il vous est loisible de lire dans sa biographie, écrite, si je ne me

trompe, par M. D'Almeida Garrett. Je ne connais, en effet, d'autres particularités sur sa vie, que celles qui sont consignées dans cet écrit. Mais ce que je puis, c'est essayer de vous faire comprendre, d'une manière peut-être plus claire et plus précise, pourquoi ceux qui voient les choses d'une certaine hauteur regardent Mousinho da Silveira comme un homme supérieur, je dirai plus, un génie. La raison en est que Mousinho fut un verbe, une idée faite chair : il a été la personnification d'un grand fait social, d'une révolution qui est sortie de sa tête, et que, bouleversant la société portugaise de fond en comble, a tué notre passé et créé notre avenir. Il a pris au sérieux la liberté du pays, et en l'asseyant sur des bases inébranlables, il a rendu impossible le rétablissement du despotisme, ou tout du moins d'un despotisme durable. Sur un petit théâtre, il a fait plus que Robert Peel en Angleterre; car la révolution de Mousinho ne fut pas seulement économique; elle fut aussi politique et sociale. Lui et D. Pedro, voilà, pendant la première moitié de ce siècle, sont les deux hommes publics du Portugal, qui ont laissé sur cette terre une empreinte à jamais ineffaçable.

L'un était la pensée, l'autre le cœur et le bras.

Avant l'époque oú le duc de Bragance prit en main les rênes d'un pouvoir contesté et choisit Mousinho pour ministre, les essais de gouvernement représentatif, chez nous, n'avaient abouti à rien, car les moyens qu'on employait pour l'obtenir étaient impuissants ou plutôt ridicules. Avant ces deux hommes, les institutions libérales en Portugal ressemblaient à ces arcs de triomphe qu'on bâtit, les jours de fête, avec des branches d'arbres touffues, qui tombent fanées au bout d'une semaine. Les deux robustes pionniers firent autrement. Sur un sol imbibé de sang ils passèrent la charrue et, retournant les racines des bruyères parasites, déposèrent au fond des sillons les germes d'institutions durables.

Entre nous soit dit, mon cher F..., avant et après les événements de 1831 á 1834, l'histoire du libéralisme en Portugal n'est qu'une comédie de mauvais goût, qui s'élève ou descend quelquefois (je ne sais trop quel est le mot propre) au ton du mélodrame. Du Shakespeare de bon aloi, ou n'en trouve qu'à cette époque, et, dans notre drame shakespearien, n'apparaissent que deux grandes et nobles figures : Mousinho et le fils de Jean VI. Le reste, et je le dis en toute humilité de cœur, ne vaut pas la peine qu'on en parle. Ce sont des financiers, des barons, des vicom-

tes, des comtes, des marquis de fraîche et même d'ancienne date, des commandeurs, des grands cordons, des conseillers, qui glapissent, qui se ruent, qui si pressent, qui se culbutent, qui se renversent et se relèvent, qui rongent cette maigre proie qu'on appelle le budget, ou qui crient au voleur quand ils ne peuvent pas prendre part à la curée.

J'écris à la hâte ces lignes, remplis probablement d'autant de fautes de français qu'il y a de billevesées dans la tête de nos hommes d'état. Je n'ai pas le temps de les corriger; il suffit que vous puissiez me comprendre. En vous faisant un résumé historique de la naissance et des progrés du système libéral dans ce pays, il est possible que le croquis devienne caricature : ce ne sera pas ma faute. Sous la plume de l'écrivain, la forme s'adapte, parfois à l'insu de l'auteur, à la nature du sujet. Je tâcherai de respecter les individus vivants, car la bienséance l'exige. Pour ce qui regarde les groupes, les coteries, les factions, les partis, je me moque de leurs colères! J'ai le courage de mes opinions, Dieu merci! Ce croquis vous fera apprécier dûment, je l'espère, ce que c'était que ce météore appelé Mousinho da Silveira; car il fût un météore, qui, apparu un moment dans les horizons politiques, a presque aussitôt dispa-

ru, en laissant après lui une trainée lumineuse, que toutes nos folies et toutes nos fautes n'ont put effacer du sol de la patrie.

Je commence un peu de loin; vous verrez que ce n'est pas inutile.

Imbus des idées libérales, que les livres et les journaux français ont, pendant um demi-siècle, inculquées partout dans l'esprit des hommes des classes moyennes, nos péres préparérent, dans des societés secrètes, une révolution libérale, qui éclata en 1820. A dire vrai, cette révolution répondait á de grands besoins sociaux et politiques. Le Portugal, ce vieux conquérant des plages maritimes de l'Afrique et de l'Asie, ce colonisateur d'une partie de l'Amerique, était devenu, à son tour, une colonie singulière dans son genre. Économiquement parlant, nous étions des colons du Brésil, où un gouvernement corrompu, les ministres de Jean VI, espèce de roi Réné affublé du chapeau crasseux de Louis XI, dépensaient sottement les impôts ou les volaient pour s'enrichir ou pour enrichir des parvenus sans mérite ou des nobles abâtardis. Politiquement parlant, nous étions des colons anglais. Notre armée était une armée anglaise, dont les soldats, étaient nés dans ce pays. Un général anglais nous gouvernait au moyen d'une régence servile, qui était cen-

sée représenter en Portugal le roi retenu à Rio-de-Janeiro. Ou avait même poussé l'impudence jusqu'au point d'imprimer ostensiblement au front de nos pères le sceau de la servitude, en mettant un diplomate anglais au nombre de ces régents de comédie. Un traité malheureux avait placé notre commerce à la remorque du commerce anglais, et notre industrie avait été absolument sacrifiée à l'industrie anglaise. Il ne nous manquait que d'être forcés à exprimer le peu d'idées que l'absolutisme regardait comme viables dans le baragouin celto-saxonormand, qu'on appelle la langue anglaise et dont, depuis deux cents ans, on s'efforce de faire un langage humain, un moule littéraire. Ce n'était pas l'action, ou, si on le veut, la pression qu'exerce une grande, riche et puissante nation sur un peuple pauvre, petit et faible, quand la marche des évènements et des siécles a établi entre les deux sociétés de rapports intimes. Celle-là, on la souffre, car elle est inévitable, fatale. Non, ce n'était pas cela. C'était une domination insolente et brutale; c'étaient la honte, la misère, l'abrutissement de l'esclave. Il fallait bien sortir de là ou mourir. Si les idées liberales n'eussent pas engendré la révolution de 1820, une autre mêche quelconque eût fait sauter la mine. Même exténués et moribonds,

les peuples, comme les individus, tressaillent toujours à l'aspect du trépas.

La révolution s'accomplit, et les besoins moraux les plus pressants du pays furent satisfaits. Le roi revint à Lisbonne, et la tache de colonie brésilienne s'effaça du front de la métropole. Cela amena plus tard l'émancipation du Brésil. Ce fut un mal pour nous peut-être, mais notre avilissement antérieur était pire. Du reste, le Brésil, en s'affranchissant, etait dans son droit. Le proconsul anglais, Carr-Beresford, s'en alla en Angleterre étriller ses grooms et ses chevaux de race, inspecter ses tonneaux de bière et défendre, au nom de je ne sais combien de statuts, les lièvres de ses *glens* des empiétements des braconniers. Les officiers anglais de Portugal suivirent le noble lord. On renvoya à Jean II, dans son cercueil, la charte de l'absolutisme, et à Jean III, également dans le sien, la bulle de l'inquisition. On brula de la cire et de l'huile à foison en des illuminations splendides, et l'on s'habilla de drap national horriblement grossier et passablement cher. Ce fut un feu croisé de banquets, de processions, de fusées, de discours, d'arcs-de-triomphe, de revues, de *Te Deum,* d'élections, d'articles de journaux, et coups de canon. Chaque jour amenait sa fête nouvelle; on en raffolait. C'était une pluie

battante d'hymnes, de sonnets, de chansons, de drames, de coupes d'habits, de formes de souliers libéraux. Les loges maçonniques se multipliaient: des sots y allaient en foule verser leur argent en l'honneur du *Suprême Architecte de l'Univers,* et les habiles y allaient aussi manger pieusement le susdit argent, toujours en l'honneur du susdit *Architecte.* C'était à en crever de plaisir et d'enthousiasme. Les cortès s'assemblèrent. On fit une constitution à peu près républicaine, mais parfaitement inapplicable au pays. On répéta, mot pour mot, traduits en portugais, ou peu s'en fallait, les discours les plus saillants du *Choix des Rapports,* ou les pages plus excentriques de Rousseau et de Bentham; ce que l'on faisait avec la probité littéraire la plus scrupuleuse à l'égard des idées, en n'omettant que le nom des auteurs. Le peuple était ébahi de se trouver si grand, si libre, si riche en droit théorique, car pour ce qui était de la réalité, c'est-à-dire les faits palpables, matériels de la vie économique, ils étaient restés à bien peu de chose, presque les mêmes.

Cela dura deux bonnes années. Tandis que les libéraux babillaient, l'absolutisme, qui s'était tû, pensait; et quoique, comme chacun sait, il ne soit point un très-fort penseur, il raisonna juste, car il en avait besoin.

La révolution, prise dans son ensemble, n'offrait qu'un côté sérieux. C'était ce qui avait quelque rapport avec ses causes les plus efficaces, ce qui était la conséquence de ces causes; l'affirmation de son idée negative. Il *n'*y avait plus d'anglais dans l'armée, *ni*, d'une manière ostensible, dans le gouvernement; le roi *n'*était plus au Brésil. L'inquisition, vieille mégère aux dents ébréchées, aux ongles brisés, qui ne faisait plus peur, quand on la tua, qu'à quelque femmelette assez sotte pour se croire sorcière, ou à quelque moine lascif assez fou pour afficher publiquement ses vices, avait cessé d'exister, c'est vrai; mais l'absolutisme pouvait, sans gêne, se passer de ses services. En laissant les anglais en Angleterre, le roi à Ajuda ou à Bemposta, et l'inquisition à la voirie, la réaction n'avait à rencontrer sur sa route aucune idée morale assez grande pour lui offrir un obstacle de quelque poids, aucuns intérêts matériels nouveaux créés, pour le peuple et parmi le peuple, qu'il fallût heurter. Quant à ces intérêts, la révolution n'avait songé qu'aux draps, et les draps étaient chose morte. Nos amis d'Angleterre nous avaient fourni du drap *national* meilleur et à plus bas prix. Le patriotisme *de re vestiaria* avait déjà déserté pour le camp anglais. Il ne restait rien à combattre que les

criailleries des beaux parleurs. Mais la réaction, en fermant les cortès et en mettant à leur place la censure et la police, en aurait aisément raison.

Voilà ce qu'on pensait et ce qui était d'un bon sens admirable.

Aussitôt que l'absolutisme trouva le fruit mur, il le détacha de l'arbre presque sans secousse. L'armée, qui avait fait la révolution, la défit. D'un coup le pied, l'on envoya la constitution rouler à la voirie où gîsait l'inquisition. Elles y restèrent paisiblement toutes les deux, côte à côte, dormant le sommeil du juste.

Le roi se trouva maître absolu du pays. Permettez-moi que je vous parle un peu de ce bon Jean VI, qui était, peut-être, le plus brave homme de son royaume. Quoiqu'il fût très laid, nos vieux libéraux, avec quelques grains de bon sens, en auraient fait l'un des plus beaux types de roi constitutionnel qui fût jamais. Philosophe et théologien à sa manière, les questions tant soit peu creuses et mystiques du droit divin et de la souveraineté populaire ne semblent lui avoir donné donc beaucoup de souci. Il n'était pas même en très-bonne odeur de sainteté auprés des véritables amis du trône et de l'autel. On l'accusait de pencher du côté des francs-maçons, ce qui peut

faire honneur à sa bonté, mais pas du tout à son intelligence. Il aimait ses sujets, qui le payaient de retour; ils les aimait presqu'autant que ses bonnes pièces d'or, qu'il encaissait avec une tendresse vraiment paternelle; presqu'autant que ses moines franciscains à la voix de Stentor, avec lesquels il psalmodiait, à Mafra, des *Oremus*. Les libéraux lui avaient ponctuellement payé je ne sais combien de millions de francs de sa dotation royale, et le chant des moines avait retenti, sans interruption, sous les voûtes du couvent-palais de Mafra. Il ne pouvait raisonnablement pas garder rancune à de si honnêtes gens. Du reste, ces démocrates de 1820, empesés, raides, à la cravate blanche, à l'habit noir, aux manières respectueuses et posées, prenant énormément de tabac, cuirassés de droit romain, et ne parlant des rois jadis qu'en faisant claquer devant leurs noms la formule sacrémentelle *le seigneur roi un tel*, ne pouvaient inspirer moulte crainte à Jean VI, qui avait toute cette finesse proverbiale des campagnards de la banlieue de Lisbonne, où il était né. Aprés la chûte de la constitution, quelques bonnes âmes voulaient, à toute force, qu'il tâtât un peu de la tyrannie; mais ce n'était pas un mêts de son goût; il préférait les poules grasses que ses compères, les cam-

pagnards de la banlieue, lui vendaient le plus cher possible, et que, bien assaisonnées, sa majesté se plaîsait à dépecer, sans couteau ni fourchette, de ses roayles mains. C'était sa cruauté à lui! On insista, croyant que, parcequ'il portait un chapeau troué et rapiécé comme Luiz XI, il devait porter aussi un cœur de tyran. Le roi riait dans sa barbe de cette étrange bévue. S'il portait ce chapeau, c'est qu'il ne voulait pas acheter un autre, car un chapeau n'est pas chose qu'on achète avec des mots. Il le portait aussi pour une autre raison, tout juste et absolument contraire aux désirs de ces bons messieurs les tyranneaux. De sa vie, il n'avait eu qu'une seule fois l'envie de faire le Néron. Ce fut à propos d'un superbe manteau de drap bleu tout neuf, qui lui avait coûté une douzaine au moins de belles et bonnes pièces d'or, et qu'on lui vola dans son carrosse, un jour qu'il s'était rendu à l'église patriarchale, pour entendre beugler des antiennes à je ne sais plus quel *basso* célèbre venu, tout exprès, dans ses états, pour chanter, moyennant un prix fabuleux, le nom du Seigneur. Sa colère lui avait fait mal; les idées de vengeance et de sang qui lui avaient trotté par la cervelle, en se trouvant volé, le remplissaient d'horreur. Or, s'il achetait un chapeau neuf, ne pourrait-on pas le lui voler

aussi, et ne pourrait-il pas lui, la colère l'emportant, envoyer, à propos d'un chapeau volé, quelque pauvre diable au gibet? C'est là ce qui lui faisait passer outre le chapitre des chapeaux neufs.

L'histoire du roi Jean VI finit comme finissent toutes les biographies: par la mort. Les libéraux en furent désolés. Je n'étais alors qu'un enfant; mais je garde encore bien vif le souvenir de cet événement. Mon père, libéral de vieille roche, ma mère, mon aïeule, toute la famille pleurait à chaudes larmes: je pleurais aussi, car j'étais né un peu poète et j'avais l'instinct de l'harmonie. Il est vrai que je n'y comprenais rien, car pour moi ces mots — «Le roi est mort!» — signifiaient tout bonnement que je ne verrais plus un gros et laid vieillard, à l'œil terne, aux joues basanées et flasques, au dos voûté, aux jambes enflées, enfoncé dans un carrosse et suivi d'un escadron de cavalerie. Si donc je pleurais, c'était pour l'ensemble; car, pour parler franchement, ne pouvant apprécier le moral du roi, son physique me faisait horriblement peur.

Le vieux dicton français *Le roi est mort, vive le roi!* a, quoiqu'on dise, un sens profond. C'est que la monarchie, élément et symbole de l'unité sociale, ne peut pas plus avoir une solution de continuité dans la succession

des temps, que s'éparpiller, dans sa vie d'actualité, aux mains de deux ou trois individus. La royauté, mon cher républicain, n'a pas de fissures. Les empereurs ne s'y glissent pas comme des chenilles: il faut qu'ils ouvrent une trouée bien large, en face de tout le monde et à beaux coups de canon, ce qui n'est pas facile, attendu que les vieilles royautés ont la peau et les os assez durs. C'est ce qu'on a compris à Lisbonne em 1825, mieux qu'à Paris en 1848: je vous en demande bien pardon.

Tout le monde cria donc: — «Le roi est mort, vive le roi!» — et tout le monde aussi tomba d'accord que le roi était D. Pedro, le fils ainé de Jean VI. Cela, du moins, semblait clair. Pour les uns D. Pedro signifiait l'espoir du gouvernement absolu, pour les autres le retour aux institutions libérales. Il fallait bien que quelqu'un se trompât. On envoya au Brésil une députaiton chargée de porter au prince la vieille couronne portugaise et les serments d'allégeance de son peuple. D. Pedro, en acceptant la couronne, dérouta les espérances de ceux qui avaient compté sur lui ou, du moins, sur son indifférence supposée touchant les affaires du Portugal, pour étayer, en son nom, l'édifice vermoulu du passé. Il octroya une charte à ses nouveaux sujets, charte qui avait sur la constitution démocrati-

que de 1822 la supériorité incontestable d'être possible; puis il abdiqua la couronne en faveur de sa fille la reine D. Maria.

En suite de ces actes là D. Pedro devint, comme de raison, de roi on ne peut plus légitime, furieusement illégitime.

Je ne sais si ce que je vais vous dire est un fait en France; chez nous, c'est la règle. Dans tous procès, il est d'usage que les parties fassent parvenir au juge chacune son factum extrajudiciaire, où elles exposent leur droit, et où l'on déclare avoir pleine et entière confiance dans les lumières, l'impartialité, la justice et les autres *incontestables* vertus du magistrat. La cause jugée, il faut bien que l'un des deux plaideurs reste sur le carreau. Alors, le moins dont le vaincu accuse le ci-devant intègre et savant personnage, c'est d'être un voleur ou un ignorant. Je trouve cela, sinon très philosophique, du moins très humain. En octroyant la charte, D. Pedro devint ex-légitime au même titre que le juge devient ex-intègre et ex-savant.

Ce fut un fait qui porta ses fruits.

La charte fut donc proclamée en Portugal. Les vieux libéraux reprirent leur cravate blanche, leur habit noir, leur tabatière, sans oublier de remettre également sous le bras leur digeste, leur *Choix de Rapports,* leur

Rousseau et leur Bentham. Les illuminations, les fusées, les arcs-de-triomphe, les journaux, les hymnes, les revues militaires, les francs-maçons, les banquets, les discours patriotiques tombèrent, comme une rosée bienfaisante, sur le sol aride de la patrie. Même, si j'en garde bon souvenir, le drap *national*, fabriqué ou non en Angleterre, grimpa en pantalons jusques aux hanches de ces messieurs. Le drame allégorique alla son train sur les théâtres, et l'ode patriotique remplaça le vieux sonnet; car on avait fait des progrès en littérature. Les deux chambres, qui avaient pris la place des cortès, s'ouvrirent. On parla, on déclama, on fit des rapports et d'autres choses qui avaient la prétention de ressembler à des lois. On se garda bien, cependant, de toucher à la vieille machine sociale. Tous les abus, toutes les institutions poudreuses, vermoulues, branlantes, qui servaient, tant bien que mal, de béquilles à la monarchie pure dans sa lourde marche gouvernementale, restèrent sur pied. L'absolutisme, qui, sous le soufflet de D. Pedro, était tombé á la renverse, se releva, secoua les basques de son habit de velours, rajusta sa perruque, se tâta le pouls, et trouva qu'en bonne conscience il y avait loin de cette rechute constitutionelle à une apoplexie foudroyante. Il dérogea une fois

encore à ses habitudes de non-penseur, et se mit à se creuser la tête comme le premier manant venu. La reflexion est la mère du bon conseil. Après deux années d'hymnes et de discours, on ne peut plus libéraux, les institutions représentatives s'en allèrent de nouveau, chassées, cette fois, un peu plus rudement, car le libéralisme voulut se défendre et il fut battu à plate couture. Comme dans les *Templiers* de Raynouard :

..... les chants avaient cessé,

car le bon roi Jean VI dormait dans son cercueil.

Il y eut des larmes mêlées de sang.

Je ne vous rapellerais pas ce qui se passa en Portugal pendant quatre années: l'Europe en a retenti. Ce fut admirable selon les uns ; se fut repoussant selon les autres. Chacun a ses gôuts. Quelques libéraux persécutés, traqués comme des bêtes fauves, allèrent se cramponner sur un rocher au milieu de l'océan. D'autres cherchèrent un asile en France, en Angleterre et en Belgique. Ils oublièrent un peu les sonnets et les odes; ils devinrent moins éloquents et plus taciturnes. L'air de l'exil est bon à quelque chose : ça retrempe les nerfs. D'ailleurs, pendant dix ans, la

mort et la vieillesse avaient éclairci les rangs des démocrates de 1820. Déjà la cravate noire empiétait scandaleusement sur la cravate blanche. La génération nouvelle surgissait grave et pensive, au milieu de ces bonnes gens á la face rebondie, á l'enthousiasme ronflant, grands admirateurs de la fausse liberté romaine, lents, ventrus, solenels, comme un ancien abbé de Alcobaça ou de Chairvaux. On attaqua les constitutionnels dans leur île : ils se défendirent bravement et repoussèrent l'assaut. Après cela, ils tâchèrent d'organiser une petite armée. L'émigration ne cessait pas. Des hommes hardis et dévoués allaient, á travers des périls innombrables, et luttant avec des difficultés presqu'insurmontables, se réunir á eux et grossir les rangs de cette armée naissante. En dépit de la vigilance du gouvernement de Lisbonne, les constitutionnels qui étaient restés en Portugal envoyaient á Terceira des secours et surtout des promesses. Dès lors, on songea á agrandir l'asile que la liberté avait trouvé au milieu des mers et oú, de prime abord, on avait pensé qu'elle trouverait sa tombe. On emporta de vive force quelques unes des autres îles des Açores. On trouva des ressources en hommes et en argent. La lutte devenait sérieuse. Ce fut au milieu de ces événements que D. Pedro, par

des causes bien connues, revint en Europe et prit en main la direction des affaires de la reine sa fille. Ce fut alors, aussi, qu'en organisant un ministère, le duc de Bragance jeta les yeux sur Mousinho et l'appela dans son conseil.

II

Si vous, mon cher F..., eussiez connu Mousinho da Silveira, vous l'auriez pris au premier abord pour un homme vulgaire. Il n'y avait, dans sa figure, dans son regard, rien qui dénonçât ce génie audacieux et bouillant, cette âme aux pensées mâles et énergiques, allant droit au but comme la balle á la cible. Ces pensées brisaient les obstacles, semaient la douleur à droite et à gauche, troublaient le bonheur de maintes familles, voire même de classes entières; mais elles étaient toujours réformatrices, fécondes, pleines d'avenir. Je n'ai connu personellement Mousinho que quelques années après son ministère aux Açores et à Porto. A cette époque, simples soldat à l'armée de D. Pedro, passablement ignorant, et dépassant à peine l'âge de vingt ans, je ne me souciais guère des ministres de

l'ex-empereur, ni de leurs ordonnances révolutionnaires. Pour moi, comme pour mes camarades, il n'y avait parmi tous ces gens qui nous menaient qu'un personnage pour lequel nous eussions une admiration sans bornes. C'était ce duc de Bragance, ce prince que, en tombant du trône, s'était relevé héros; c'était ce fils de Jean VI, le roi débonnaire, que le jour du combat nous voyons au milieu des balles qui pleuvaient, donnant des ordres avec sa voix vibrante, ou pointant un canon comme le plus habile artilleur; car, je vous le jure, mon cher républicain, cet ex-roi de Portugal, cet ex-empereur du Brésil, ce petit-fils de tant de rois savait se battre pour la liberté beaucoup mieux que bon nombre de libéraux et de démocrates de notre connaissance. Or Mousinho ne se battait pas, lui; c'était un *pékin,* qui barbouillait du papier, qui griffonnait des rapports et des décrets; sourd, gauche, très-peu soigné dans sa mise, n'ayant jamais senti l'odeur de la poudre, ni degusté le rack, et par dessus le marché un peu fou, à ce qu'on disait. Il est vrai qu'au bivouac et sous la tente dressée avec des branches de chêne et de marronnier recouvertes de paille, durant les longues veillées d'un hiver rigoureux, nous autres les soldats nous nous oublions quelquefois au point de parler

politique. Alors un vieux docteur de règiment en capote grise, à la barbe touffue, aux moustaches retroussées, se levait, fourrait la main gauche dans sa ceinture de cuir, tirait de sa poche la *Chronica* (journal officiel), et, en secouant par saccades sa giberne luisante, il lisait à haute voix quelque nouveau décret de démolition sociale accroché à un de ces rapports, caustiques et sérieux à la fois, pleins de fautes de grammaire, mais toujours graves dans leur but et donnant toujours à penser. Il y avait de vieux soudards, qui dérogeaient jusqu'au point d'épeler quelque Premier-Porto, où l'on rappelait, en style diablement faux et embrouillé, les lois dictatoriales déjà promulguées pour détruire l'ancienne organisation politique du royaume, en les mettant au rang de nos plus puissants moyens de triomphe. En écoutant ces fadaises, nous haussions les épaules de pitié, et nous regardions le bout de nos fusils, en frappant de la main sur nos gibernes. Ces décrets, ces rapports et ces longs articles nous inspiraient un souverain mépris. Une charge á baïonnette, ou une bonne douzaine de volées de bales étaient, á notre avis, des moyens infinement plus éfficaces que tout ce fatras de lois ridicules, faites pour un pays où nous ne possédions que trois ou quatre lieues car-

rées, et qu'il fallait conquérir sur des soldats aussi fanatiques dans leurs croyances que nous l'étions dans les nôtres. Et cependant c'était le rapport barbare de la loi ; c'étaient même, helas ! les bavardages du journaliste qui avaient raison. En effet, faites vous l'idée la plus exagérée que vous pourrez, du courage, du dévouement, de la discipline, de l'enthousiasme de ce petit corps d'armée dont le duc de Bragance était l'ame : sans un fort ébranlement moral du pays en sa faveur, elle eut pu accomplir les plus hauts faits d'armes, qu'elle n'aurait abouti qu'à se faire tailler en piéces. Si ce n'est en Chine, il ne sera jamais possible qu'une armée de moins de huit mille hommes fasse la conquête d'un royaume défendu par quatre vingt mille. Et quels soldats, bon Dieu, étaient ceux de l'armée royaliste ! Nous qui les avons *vus de prés,* nous savons ce qu'ils valaient. Leurs chefs, leurs officiers n'égalaient point les nôtres ; tant s'en faut ; mais les soldats nous surpassaient peut-être. Cependant ils se laissèrent battre presque toujours : et ces forces, disciplinées, superbement équipées, fanatisées par les prêtres et les moines, qui payaient de leur personne, et que j'ai vus moi-même deux ou trois fois, au milieu de la fusillade, les habits retroussées, le crucifix à la main,

les haranguant et leur montrant la victoire ou le ciel au bout de leurs efforts; ces forces s'amincissaient, s'éparpillaient, disparaissaient pendant que les nôtres grossissaient, s'élevant à la fin de la guerre civile jusqu'à soixante mille hommes. Ce fait, qui frappait les esprits, a donné carrière à des explications de tout genre. En général, les royalistes n'y ont vu que des trahisons; les libéraux que la grandeur de leurs exploits, que leur activité et leur courage. Pour chacun des événements partiels dont se compose l'Iliade de cette époque sanglante, on trouva des motifs, bons ou mauvais, tout juste suffisants pour satisfaire le court raisonnement des petits esprits. C'était une brigade, un régiment, une compagnie s'ébranlant ou ne s'ébranlant pas à propos; c'était un courrier arrivant ou n'arrivant pas en temps et lieu; c'était un général, un colonel, un capitaine imprudent ou peureux. Au dessus de tous ces motifs ou d'autres semblables planait la trahison des chefs: la trahison expliquait tout en dernier ressort. J'aime autant croire que le triomphe definitif des libéraux a eu des causes plus hautes et plus générales. Parmi ces causes les lois de Mousinho furent vraiment les plus éfficaces, car ces lois touchaient aux plus graves questions sociales. On abolit la dîme ecclésiastique et les

droits seigneuriaux : par là la propriété rurale et le travail agricole, la petite industrie et le petit commerce se trouvaient libérés des-deux tiers des impôts dont ils étaient grévés, et dont à peine un mince lambeau revenait au fisc. On sépara les fonctions judiciaires des fonctions administratives. On organisa les tribunaux de justice en harmonie avec la charte. On adopta le système administratif français, ce qui fut, disons le en passant, une erreur pratique, et une contre-sens politique. Les emplois publics devinrent personnels et non transmissibles par hérédité. La deuxième et troisième lignes de l'armée furent abolies. On laissa à tout le monde le droit d'enseigner ce qu'un chacun savait, sous certaines restrictions raisonnables, mais sans les entraves qu'en France, même après la révolution de juillet, on n'a jamais osé briser. On entama la vieille et anti-économique institution des majorats par la suppression de tous ceux dont le revenu ne dépassait pas la somme de mille francs. Les corporations de main-morte furent attaquées par la sécularisation d'un certain nombre de couvents, et dans le rapport de l'ordonnance que l'on rendit á ce sujet, l'on jeta des bases rationnelles pour la suppression totale, et cependant graduelle, des établissements de ce genre et des autres

corps ecclésiastiques non compris dans la véritable hiérarchie de l'eglise. Cette suppression, il est vrai, fut réalisée depuis avec une imprévoyance et une brutalité inouies et, ce que pis est, inutiles. L'impôt sur ventes et achats *(sisas)* fut limité aux transactions sur des biens fonds: encore dans ce cas fut-il réduit de moitié, et même de plus dans certaines hypothèses, car les *sisas* étaient assez variables en vertu du droit coutumier. On détruisit, enfin, quelques monopoles, tels que ceux de la fabrication du savon, de la vente à l'etranger du vin de Porto, etc. Ainsi le cabinet dont Mousinho était l'âme menait de front la révolution politique et la révolution économique. En effet, presque toutes les lois dictatoriales du duc de Bragance tenaient d'un côté à la première, et de l'autre à la seconde. Elles n'avaient pas autant le caractère d'une édification nouvelle, que celui d'une effrayante démolition. Mais la démolition, vu l'état du pays, était bien plus importante que l'organisation. Il faudrait avoir connu à fond la vieille masure où la nation s'abritait, pour savoir apprécier combien il y avait de force et d'audace, et surtout de bon sens dans ce travail gigantesque de déblai. Il fallait arracher la gorge du peuple aux griffes de l'absolutisme qui l'étreignaient. Pour y arriver, le plus sur

et le plus certain était de les couper, et chacune des ordonnances du duc de Bragance était un terrible coup de hache. Si elles pouvaient une fois devenir lois du pays, les anciennes institutions tomberaient aussitôt pour ne plus se relever.

Croyez-vous que le peuple ne comprit pas cela?

Quand je dis le peuple je n'entends pas parler de la populace, qui ne réfléchissait point; qui n'avait presque pas d'intérêts matériels ou moraux attachés aux mesures du cabinet Mousinho; qui journellement était prêchée, excitée, fanatisée par des prêtres et par des moines. Cette partie de la nation était alors ce qu'elle est aujourd'hui, ce qu'elle sera demain. Elle aimait à mendier aux portes des couvents et des abbayes, et à s'enrôler parmi la valetaille des *donatarios da corôa,* des *commendadores,* des *capitães-móres,* de tous ceux qui vivaient du produit des vieilles taxes, que les institutions et les lois rendaient légales, mais que la justice, la raison, et l'humanité rendaient illegitimes. Non, ce n'est pas de ces gens-là que je vous parle: j'en laisse le soin aux démocrates. Pour moi, le peuple est quelque chose de grave, d'intelligent, de laborieux; ce sont ceux qui possèdent et qui travaillent, depuis l'humble métayer, ou

le laboureur de son propre champ, jusqu'au grand propriétaire; depuis le colporteur et le boutiquier jusqu'au marchand en gros; depuis l'homme de métier jusqu'au fabricant. C'étaient ceux-ci que les lois Mousinho regardaient de plus près; c'était à eux qu'elles s'adressaient. Toutes les mesures du parti royaliste pour empêcher l'effet moral de ces ordonnances sur l'esprit des gens qu'elles favorisaient, étaient inutiles; les libéraux les faisaient circuler partout: on les lisait; on les commentait; on comparait leurs résultats nécessaires avec les lourdes charges qui écrasaient les classes laborieuses, et qui empêchaient tout progrès matériel; car, pour vous donner une idée de l'état de notre agriculture et de notre industrie il y a vingt ans, il suffira de vous dire que ce pays, qui maintenant exporte des céréales, des pommes de terre, de l'huile, de la viande, n'avait pas de quoi manger pendant deux ou trois mois de l'année, et se trouvait obligé d'acheter des subsistances à prix d'or; il vous suffira de savoir que dans ce pays, où vous voyez pulluler tant d'industries, surtout de petites industries, on ne tissait pas une pouce de cotonnade, et qu'on vendait le liége de nos chênes aux anglais, qui nous le renvoyaient façonné en bouchons. Ces faits résument et repré-

sentent notre histoire agricole et industrielle pendant les trente premières années du dix-neuvième siècle.

Les doctrines proclamées et développées dans les rapports et sanctionnées dans les ordonnances du cabinet Mousinho, la religion du bien-être matériel, du progrès économique, étaient le seul moyen que le parti libéral eut à opposer à l'habile emploi que le parti contraire faisait de l'ignorance et de la crédulité de la populace. On avait mis les intérêts du gouvernement absolu sous la sauvegarde des croyances religieuses; on avait accroché le salut des âmes au bout de la lance de l'étendard bleu et rouge: Mousinho mit le salut du corps des gens taillables et corvéables sous la bannière bleue et blanche. Les deux partis usaient de leur droit, mais avec des résultats divers. L'avantage apparent restait du côté rouge et bleu; l'avantage réel restait du côté bleu et blanc. Tout le monde assure qu'on aime son âme plus que son corps, et tout le monde ment ou se trompe. Peu de gens en tombant malades appellent le confesseur avant le médecin. Cette observation très simple et d'une exactitude admirable, comme presque toutes les vérités fécondes, faisait le fond de la politique de Mousinho. Voilà, ce me semble, ce qui explique, non pas absolument, je le sais,

mais en grande partie, ce manque d'énergie et d'ensemble, ces découragements profonds après des excès d'enthousiasme, ces tiraillements et ces hésitations qui travaillaient le parti royaliste, et qui l'ont perdu. L'idée progressive et l'espérance d'un meilleur avenir se trouvaient face à face avec l'idée de l'immobilité dans la gêne et avec le malaise général. Il y avait à l'armée absolutiste tant d'individus qui gagnaient à être battus, qu'il eut été vraiment étonnant que beaucoup d'entre eux n'eussent pas cherché de leur mieux à se faire battre. C'était la trahison, mais non celle des chefs: c'était la trahison des miliciens, des volontaires, voire même des *capitães de ordenanças,* marmottant tous bas, et dans un autre sens, le refrain de Béranger — «vivent nos amis; nos amis les ennemis» — après avoir crié à tue tête — «vive la religion; vive le roi.» — Il fallait bien que l'idée progressive triomphât, car c'était la loi historique. Cependant comme ceci est un fait qu'on ne mesure pas à l'aune; qui n'est ni blanc ni rouge; qu'on ne touche pas du doigt, presque personne n'y croyait alors, vu qu'il n'est pas donné à tout le monde, nommément à ceux qui admettent comme des oracles les plus grosses sottises, de croire à ces choses-lá.

Mais cet immense déblai d'institutions ver-

moulues fait par Mousinho a été surtout une œuvre d'avenir. La dîme, les droits seigneuriaux, l'organisation militaire du pays, la confusion de l'administratif et du judiciaire, les majorats, l'hérédité des emplois, la censure, la puissance du haut clergé et des ordres monastiques; toutes ces vieilles choses, qui arrêtaient la sève de la vie sociale, formaient les arcs-boutants du gouvernement absolu. Si quelques révolutionnaires en herbe jetaient à bas la voûte, on prenait les moëllons tombés et on la rebatissait du soir au matin. Ce fut ce qui arriva aux époques de 1820-3 et de 1826-8. En rasant tout, en brisant les pierres de l'édifice, en les mettant en poussière, et en jetant cette poussière au vent de Dieu, la réédification devenait impossible. La monarchie pure a vécu pendant plus de trois siècles, parce qu'elle s'harmonisait avec l'état de la société; parce qu'elle était entrée dans les mœurs. Pour renverser tout à fait cet Antée politique, il fallait bien lui ôter le sol de dessous les pieds. Le despotisme appuyé sur les baïonnettes, sur la force et sur la terreur, est possible aujourd'hui, comme il l'a été, comme il le sera, tant qu'il y aura sur la terre des armées permanentes, institution sans avenir, et qui évidemment commence à se détacher des sociétés comme les chairs cor-

rompues d'une plaie en voie de guérison. Mais le despotisme-moustache, s'il arrive, ne durera, juste, que le temps nécessaire pour épuiser sa violence. L'absolutisme, chose possible, chose viable avec certaines données sociales, et pourtant plus à craindre, il ne reviendra point chez nous, je vous l'assure. Il lui manque l'atmosphère pour respirer, car autour de lui est le vide que les lois de Mousinho on fait.

Pour vous donner une idée de la force que la royauté absolue puisait dans l'ancienne organisation sociale, il me suffira de faire un peu d'histoire, et de vous dire quelques mots touchant deux ou trois de ces vieilleries. Prenons la dïme. La dîme chez nous, comme partout, s'est établie peu à peu pendant les époques ténébreuses du moyen-âge. Aux XII et XIII siècles, elle prit le rang d'une institution; on la regarda comme de droit divin. C'était une erreur, vous le savez, mais ce n'était pas une chose absolument déraisonnable. Il fallait bien qu'on maintint le clergé, qu'on pourvut au matériel du culte, qu'on secourut les pauvres. Selon la doctrine d'Innocent III, voilà les trois causes finales de la dîme. Pendant les époques suivantes, les nobles, les courtisans, les moines convoitèrent un peu ce plat succulent, que le clergé hiérarchique et les pauvres devaient manger

tout-seuls. On imagina des expédients, on inventa des prétextes, et pour sanctionner ces expédients et ces prétextes on acheta de bulles au grand marché de Rome. Au bout de cinq siècles la dîme était devenue une chose à peu près séculière. Il est vrai qu'on garda, jusqu'à un certaint point, les apparences. C'était aux ordres religieux et militaires, et aux instituts monastiques que revenait la meilleure partie de cet impôt, qui se rapportait, non à la rente de la terre, mais au produit brut de la culture. De plus, les ordres militaires et les couvents avaient l'obligation de subvenir aux dépenses du culte dans les paroisses dont ils mangeaient la dîme. Et ils le faisaient avec une parcimonie admirable; je dirais presque touchante. Le bas clergé, les curés, pour ne pas mourir de faim, étaient obligés de se faire payer le service paroissial par leurs ouailles, ce qu'on appelait, et qu'on appelle encore, le *pied d'autel*. Au temps des apôtres on l'aurait appelé simonie; mais ces temps ne sont plus. Le ciel était devenu trop cher. Le haut clergé, les évêques et les chapitres n'y voyaient pas de mal: on leur avait fait la part du lion, et l'on avait respecté cette part, attendu que, si par leurs fonctions ils appartenaient à la vraie hiérarchie ecclésiastique, par leur position sociale

ils tenaient aux nobles et aux puissants. A la fin, cependant, même de ce côté, on trancha dans le vif. On inventa un patriarche de Lisbonne et une église patriarchale avec force *principaux*, monseigneurs, chanoines, etc., espèce de caricature de la cour papale, qui servait à égayer ce fameux loup-cervier appelé le roi Jean V, dont les dégâts parmi les vierges du Seigneur forment à peu près l'histoire de son règne. Au fond, l'église patriarchale n'était qu'un rang de nouveaux couverts mis à la table de la dîme, couverts destinés surtout aux cadets des nobles familles. En un mot, pour vous faire comprendre quelles bouchées on prenait depuis longtemps à cette table, il suffira de vous dire que d'une seule fois le roi Emmanuel attacha à l'ordre du Christ quatre cents paroisses; c'est-à-dire qu'il mit au régime broussaisien quatre cents pauvres curés pour engraisser quelques douzaines de commandeurs à l'égal de ces esturgeons et de ces lamproies mirifiques qu'on savourait avec délices aux banquets romains. Or Mousinho savait par cœur son catéchisme: il y avait lu parmi les commandements de l'église — «*tu paieras la dîme et les prémices à Dieu notre seigneur*». Alors il flaira de loin ces gros abbés mitrés et crossés, ces bénéficiers mariés, ou pire, ces commandeurs

des ordres militaires, braves gens, qui mangeaient, jouaient ou ronflaient sur les deux oreilles, se souciant fort peu de savoir si les infidèles, turcs ou algériens, faisaient ramer des chrétiens sur les bancs de leurs galères. Après avoir flairé, il lui vint à l'idée que ces messieurs n'étaient pas précisement le Dieu notre seigneur du catéchisme. Il devint colère. En sa qualité de fou (je crois avoir eu déjà l'honneur de vous prévenir que Mousinho était fou, á ce qu'on disait) il les envoya au diable, et, renversant d'un coup de pied la sainte table, il dit aux bonnes gens décimés: «*Gardez votre bien; car on vos vole*». Il amait à dire de ces bétisses-lá. On lui prouva que cette ripaille, qui durait depuis trois ou quatre siècles, était chose légale et pourtant légitime: il haussa les épaules. On l'appela assassin, hérétique, satan: il envoya derechef les tapageurs à tous les diables. Plus tard, quand l'ordonnance qui avait détruit ce grand abus, devint loi de droit et de fait pour tout le pays, il y eut encore par ci par là des âmes timorées d'honnêtes laboureurs qui empilèrent le dixième de leurs récoltes au bout d'un champ, et mettant une croix dessus y laissèrent pourrir la dîme du Seigneur. Ceci dura peu. En voyant que la foudre ne frappait ni la cave, ni le cellier de leurs voisins moins

srupuleux; que la santé de ceux-ci n'était pas pour cela moins florissante, ni leurs récoltes moins riches, ni leur bétail plus maigre, ils se ravisérent. Par le temps qui court, mon cher F..., si l'on vous a sali l'habit de quelqu'un de ces brimborions qu'on appele commanderies de Saint-Jacques, du Christ, ou d'autres, je ne vous conseille pas d'aller recueillir les pieux dépôts sur les terres qui payaient des dîmes à votre ordre. Hélàs! vous retourneriez les mains vides; car l'abomination de la désolation s'est nichée dans tous les coins de ce royaume, et l'on n'y pense plus à l'engraissement des commandeurs.

Maintenant, pour vous consoler, prenons les revenus de la couronne, les *Direitos Reaes*, comme on les appelait, par antiphrase, je pense. C'était quelque chose de plus absurde encore que la dîme. Imaginez-vous toutes les exactions, tout ce qe la rapacité fiscale du moyen-âge, tout ce que son ignorance des principes économiques avaient inventé pour frapper la propriété territoriale, pour pressurer le travail, pour se faire une part magnifique dans les profits commerciaux, et vous saurez ce que signifiaient avant 1832 ces mots de *Biens de la Couronne*, de *Droits Royaux*, de *Contributions des Foraes*, que vous aurez entendus bourdonner à vos oreilles dans les

conversations, et que vous aurez lus dans les journaux, oú il faut quelquefois en parler, car au bout de quatorze ans on a rétabli ce qu'il était possible de rétablir de toutes ces aburdités-lá. Les *Biens de la Couronne*, ou *Droits Royaux*, choses identiques en fait et en droit, se composaient des biens-fonds, qui étaient censés appartenir intégralement à l'État; des droits sur des fermes, possédées à bail emphytéotique, ou grévées de cens très lourds, comme, par exemple, le quart du produit brut, imposé sur les terres *(reguengos)* que par une fiction historique et légale on supposait avoir été destinées, à l'occasion de la conquête du pays sur les maures, à l'apanage du roi; des anciens octrois des villes; des amendes pour les délits, des milles sources, enfin, de revenu de notre vieux systême d'impôts, analogue à celui des autres contrées de l'Europe pendant le moyen-âge. Toutes ces exactions, presque innombrables dans ses variétés aux noms barbares, jetées inégalement sur le pays, frappant aveuglement sa vie économique, formaient un joli pâté propre à allumer l'appétit de tous les Falstaffs, de tous les Hudibras du bon vieux temps d'allonger sournoisement le bras, et de mettre sans bruit la main sur l'appétissant pâté, et de le percer du bout de l'ongle, et de tirer

à soi quelques miettes, et d'y retourner, et d'y engouffrer tous les doigts, et de tirer de nouveau à soi, et de répéter ce manège jusqu'à ce qu'il ne restât que quelques morceaux de croûte brulée. Ces messieurs qui faisaient ce beau travail s'appelaient nobles, s'appelaient évêques, s'appelaient abbés, s'appelaient juges, s'appelaient serviteurs du roi. Aussi le roi était-il censé distribuer tout ceci à ces braves gens; on l'écrivait du moins sur des parchemins, auxquels on apposait le sceau royal. On trouva un mot élastique, inépuisable, pour expliquer ces parchemins: — *les services*. Il est vrai qu'on payait des soldes aux nobles pour se battre (le peuple se battait gratis), des dîmes ou du moins des subventions aux prêtres pour dire des messes et chanter des oremus, des appointements aux juges pour faire pendre les assassins et les voleurs (de grand chemin), des honoraires aux serviteurs du roi pour ne rien faire; mais les *services* se dressaient toujours insatiables, impayables. Ils s'attachaient aux générations comme la chemise de Nessus á la la peau d'Hercule. Les *Droits Royaux* étaient partout, excepté aux mains du roi. La royauté était devenue mendiante. En conséquence elle tendit la main aux communes pour attraper quelque argent: les communes tempêtèrent.

On les apaisa par de belles paroles: on fit, même, une loi qui semblait rendre chose périssable ces récompenses éternelles: les communes payèrent. On mangea ce qu'elles avaient donné et on leur demanda de nouveaux subsides. Nouvelles criailleries: nouvelles promesses: nouvelles concessions de la bourgeoisie. On vécut ainsi pendant de longues années. Au milieu de tout ce brouhaha, ou établit peu à peu un autre système de finances basé sur des impôts généraux, tant directs qu'indirects, C'eut été un véritable progrès, si l'on en eut fini en même temps avec les anciennes redevances des hameaux et des villes. On n'en fit rien: les gens aux *services* ne voulaient pas démordre. Messires Hudibras et Falstaff veillaient à l'honneur de la noblesse, à ses prérogatives. Comme le peuple, cet enfant à dentition éternelle, pleurnichait toujours et quelquefois criait, on oublia peu à peu de convoquer les États Généraux *(Cortes)* et tout fut dit. On prouva la fable de l'âne, qui ne se souciait guère de choisir entre deux maîtres, car, disait l'âne, il ne porterait jamais deux bâts, n'était au fond qu'une ânerie. Le peuple les porta tous les deux jusqu'à nos jours sans se plaindre. Il était dûment baillonné et bâté, et on le disait tranquille.

Or Mousinho savait tout cela; un peu confusement, à la vérité; mais il le savait. C'était pour lui chose incompréhensible que l'immutabilité, l'éternité, l'infini des récompenses pour des services très contestables. En revanche, il comprenait très bien qu'il serait absolument impossible de relever l'agriculture du pays, languissante, arriérée, misérable, tant que dans la cour de chaque ferme, dans l'aire de chaque champ, sur le seuil de chaque cave on verrait les agents du commandeur ou de l'évêque, du chapitre ou de l'abbé, du *donatario* ou de l'*alcaide-mór* demandant l'un la dîme, l'autre le quart, l'autre le huitième du rendement total des céréales, du vin, du lin, de l'huile, de presque tous les produits de la terre; — tant qu'on verrait les dits agents, supputant ici combien de charretées de maïs le laboureur devait, en vertu d'un *foral* d'Aiphonse I, à un gros monsieur jouflu, joyeux compagnon, illustre fainéant, issu de nobles aïeux, mais qui certainement n'avait pas hérité la couronne du dit Alphonse I; là dénombrant une kirielle de redevances, aux noms hétéroclites et barbares, exigibles du hameau ou de la ferme; tant qu'on verrait encore, quand le pauvre cultivateur tombait épuisé, le cœur navré de douleur, sur les restes du fruit de son travail, venir l'exacteur

fiscal lui demander, au nom du roi vivant, des nouveaux dixièmes, et d'autres impôts dont était redevable tout ce qui ne lui avait pas été enlevé au nom des rois morts. Ce spectacle soulevait aussi la colère de Mousinho. Dominé par l'indignation, il ne savait plus se contenir. D'un coup de poing il fit voler en éclats la vieille machine à pressurer les laboureurs. Les droits royaux s'en allèrent. Tous ceux qui y vivaient attachés, comme les huîtres aux roches crevassées de la mer, tombèrent ventre à terre en criant: *au voleur!* Sa colère passée, Mousinho se contenta de répondre: «*Prenez garde, messieurs, que ce ne soit votre echo*». Et il passa outre: car il était pressé, le terrible démolisseur.

III

Il serait trop long, et presque impossible dans une lettre, de vous exposer en détail la portée de toutes les mesures du cabinet Mousinho, ou de vous faire connaître tous les vieux abus qu'elles déracinèrent, abus puissants, devant lesquels avaient jusqu'alors tremblé les révolutionnaires aux grands mots et aux pe-

tites oeuvres des deux époques libérales de 1820 et de 1826, et que quelques esprits chagrins opposent encore comme des beautés administratives aux sottises qu'on a faites depuis, et que suis loin de nier. Vous aurez entendu, par exemple, vanter l'ancienne organisation militaire du Portugal. C''est qu'il y a des gens, qui oublient vite. Cette organisation n'aurait en rien empêché l'anéantissement de notre indépendance, si la politique générale de l'Europe n'eut été intéressée à la soutenir. Il y avait, sans doute, quelque chose de bon dans l'idée de l'institution des *milicias* et des *ordenanças*, mais pas assez dans le fait pour compenser les maux qui découlaient de cette organisation militaire, dont l'étreinte embrassait toute la population mâle du pays. Si je vous faisais la description de ce que c'était un *capitão-mór*, c'est-à-dire le chef militaire de la troisième ligne dans chaque localité, vous en frémiriez. Dans ses mains existaient mille moyens d'opprimer une population de soldats, soldats pour souffrir des avanies, et pour acheter le repos par des présents, par des services indus, par le deshonneur même; mais non soldats pour se battre, car ils n'étaient armés que de piques et ne recevaient aucune instruction militaire sérieuse. Les *capitães-móres* étaient des pachas tur-

es, devant lesquels les villageois tremblaient. C'était l'oppression journalière organisée partout ; c'était un phantôme menaçant qui se dressait matin et soir au seuil de chaque porte, sur le toit de chaque famille.

Figurez-vous maintenant si tous ces *donatarios da corôa,* ces *commandeurs,* ces *alcaides-móres,* ces *capitães-móres,* ces opulents évêques, ces gros chanoines, ces abbés puissants, qui tous, plus ou moins, tenaient leurs richesses du bon plaisir du roi, c'est-à-dire de ses ministres, ne prêchaient point partout une obéissance sans bornes aux volontés royales ; s'ils ne mettaient pas en usage toutes leurs ressources matérielles et morales pour empêcher de crier ceux qui pouvaient en avoir envie. Ils eussent supporté toutes les injustices, toutes les tyrannies, la honte et le deshonneur, plutôt que de perdre les gros bénéfices de ces vieilles exactions, qu'on leur gardait et que le gouvernement pouvait leur ôter d'un jour à l'autre sans sortir de la légalité. Imaginez quelles tendances de basse servitude on devait imprimer aux populations ; comme les idées de dignité morale, de liberté, de justice, devaient être journellement calomniées, méprisées, conspuées. Une anecdote curieuse vous fera comprendre dans quelle fange on était tombé quand on arriva au mi-

lieu du dix-huitième siècle. Pendant l'interrogatoire des nobles qui tentèrent d'assassiner le roi Joseph, quand le tour du duc d'Aveiro fut venu, craignant les tortures de la question, il avoua que la cause du crime était la vengeance des Tavoras contre le roi, qui avait déshonoré leur famille. Les juges restèrent ébahis : cela passait leur croyance. Ils firent observer au prévenu que ce motif était absurd, monstrueux, impossible ; parce que, disaient-ils, dans ce cas, la tradition, le principe, le droit serait de se laisser déshonorer humblement, ou tout au plus d'abandonner le pays sans souffler un mot sur les royales fredaines. C'est, peut-être, la partie la plus horrible de cet horrible procès. Cela peint cette époque de décadence morale, pire cent fois que le relâchement actuel, et dont le retour est maintenant devenu impossible ; car, du moins, les agents de la pression gouvernementale, les agents de l'ordre (mot, qui, selon Mr. Guizot, est le prétexte de touts les tyrannies) ne sont plus en régle les riches, les nobles, les hommes d'influence morale, mais de pauvres diables, mal retribués, obscurs, qui maintes fois pressurent le peuple, mais qui ne se frottent pas volontiers à la richesse, à l'intelligence, au courage civil du citoyen qui connait son droit, et surtout à la presse.

Voilà le bon vieux temps, que vous aurez entendu vanter à des gens qui se tiennent pour sensés et qui vous auront gravement débité un millier de billevesées sur l'imprudence des reformes de D. Pedro, sur les ruines qu'on a amoncelées, sur les moyens de gouvernement qu'on a détruits. Tout ceci est souverainement bête; mais qu'importe? On fait le prudent, on fait le capable, on fait l'homme d'etat à bon marché. Et les badauds d'admirer et d'applaudir. Dieu en soit loué!

Entendons-nous, mon cher F... Je ne regarde point notre organisation actuelle comme un type de perfection. Loin de là. Mon défaut n'est point de m'extasier devant les hommes ni devant les choses de notre temps. Personne ne déteste plus cordialement que moi la manie qui nous possède d'imiter la France dans toutes ses idées de gouvernement, et dans toutes ses institutions. Je déplore profondément cette abdication honteuse de la raison nationale. Rien de plus contraire, je ne dis pas seulement à l'autonomie portuguaise, je dis aussi à l'autonomie péninsulaire, que cette espèce d'absolutisme hypocrite, affublé du manteau libéral, qu'on appelle centralisation, que les césars sans culottes de votre première révolution ont légué au césar, à la couronne de fer

appelé Buonaparte, et qu'il a perfectionné à l'usage de son despotisme moustache, pour le léguer, ensuite, à la restauration, et, à ce qu'il semble, à toutes les restaurations, et révolutions, et républiques, et monarchies, et empires, que vous avez faits et que vous avez défaits; que vous ferez et que vous déferez jusq'à la consommation des siècles. Ça peut vous convenir : mais ça ne nous va pas. J'aime le passé de mon pays, et ses traditions primitives. Je lui désire une manière d'être logique avec ses origines, parce que dans les formules sociales de chaque nation à son berceau tout vient naturellement; les institutions découlent des instincts de liberté innées dans le coeur de l'homme, de ses besoins matériels et moraux, que la force alors méprise et qu'elle réduit quelquefois au silence, mais que personne ne songe à sophistiquer. Il y a, à cette époque de la vie des peuples, beaucoup de choses incomplètes, barbares; il y a beaucoup d'absurdités de détail; mais, passez-moi le mot, la charpente de la société n'est jamais absurde. Ces époques sont en général trop grossières pour avoir les législateurs songe-creux, des faiseurs de systèmes, des jurisconsultes chargés d'embrouiller les usages simples du peuple. Je voudrais qu'on rattachât la liberté moderne à la liberté antique.

J'aime les choses anciennes; mais je n'aime pas les vieilleries. De ce que je sais que, en étudiant les institutions de notre moyen-âge on y decouvre presque tous les principes de liberté qu'on croit avoir découverts de nos jours; de ce que je vois là des garanties plus réelles, plus solides au fond que celles dont nous jouissons, il ne s'ensuit point que je méconnaisse l'expérience des siècles, les avantages de la civilisation et les vérités acquises aux sciences sociales. Puis, quel passé cherche-t'on pour lapider le présent et pour tuer l'avenir, comme si l'on pouvait le tuer? Ce qu'on veut entourer des respects dus à la tradition nationale, ce qu'on oppose à la corruption actuelle, n'est que de la corruption vieillie, laide, puante, quoique à demi voilée par l'ombre sainte des tombeaux, dorée par le soleil de milliers de jours: car le soleil teint la tour lézardée et croulante à l'égal de la pyramide compacte et éternelle. Je défie, qui que ce soit, de me prouver que les institutions que Mousinho a renversées aient existé avant le seizième siècle, ou que, dans le cas affirmatif, elles soient arrivées au commencement du dix-neuvième sans avoir été dénaturées, au point d'être devenues complètement méconnaissables; je le défie de me prouver qu'a cette epoque elles remplissaint en aucune façon leur

destination primitive ; de me prouver, enfin, que ce qu'on appelle des moyens de gouvernement était autre chose que des moyens d'absolutisme.

Y a-t-il une boutade de mauvaise humeur dans ce que je viens d'écrire? Peut-être. Mais notez bien ceci : je ne fais point allusion à ceux que des intérêts cruellement blessées, des affections froissées, des croyances acceptées comme une religion pendant la jeunesse, et qu'ils n'ont jamais discutées pendant l'age mûr, attachent immuablement aux souvenirs d'un passé trop moderne. Je m'explique l'amour âpre et colère avec lequel ils défendent leur foi politique. Je comprends leur haine profonde contre toutes les idées de liberté. Le malheur resserre les liens de nos affections, parce que dans l'intensité même de ces affections nous puisons du corage pour souffrir. Non, je ne fais pas d'allusion à ceux-ci : la foi ne discute point, ou si elle discute, elle ne veut jamais savoir quels sont les faits, ou ce que les faits prouvent; elle ne les accepte, que pour se prouver soi-même : autrement, elle les rejette ou les oublie. Ce qui me blesse c''est de voir les *capables* du parti libéral, les soi-disants sages, les hommes d'état au petit-pied foudroyer de leur sourire dédaigneux ces deux géants qui dorment dans

la tombe, et qu'on appele Mousinho et D. Pedro. C'est chose curieuse que de les entendre, amoncelant des tas de lieux communs pour nous prouver, aux applaudissements des sots, que la démolition de la vieille masure de l'absolutisme n'a été qu'une insigne folie. Puis ils vous analysent un article de telle loi qui n'est pas clair : ils vous citent une ordonnance où il manque un paragraphe dont l'absence dépare l'ensemble ; ils s'apitoient sur l'imperfection du style et du langage, sur le désordre des idées et sur je ne sais plus quels défauts, qui pullulent dans les rapports et dans les textes des lois de Mousinho. C'est à faire dresser les cheveux sur la tête. Après ces graves considérations, on conclut que tout ça ne vaut rien. C'était un vrai béotien que ce pauvre Mousinho ! Sont-ils pas savants ces messieurs ?

Quelle pitié !

Il faut le répéter : je ne vante pas le peu d'organisation positive qu'on trouve dans l'oeuvre de la dictature de D. Pedro; pas plus que ce qu'on a fait après elle. Ce que je vante c'est la démolition, car la démolition était la liberté, était le progrès, était la sureté des nouvelles institutions politiques, et pourtant

était virtuellement la possibilité d'une bonne organisation pour l'avenir. Si Mousinho eut gardé le pouvoir plus longtemps, son génie aurait compris que ce n'était pas avec des imitations bâtardes des institutions et des lois étrangères qu'on pouvait rajeunir ce peuple rappelé à la vie. Il aurait compris qu'il fallait étudier ses origines, ses moeurs, ses habitudes, ses institutions civiles, ses conditions économiques, ses traditions légitimes, et modifier tout cela, mais seulement modifier, par les vérités acquises irrévocablement aux sciences sociales, non parce qu'elles sont ou ne sont pas acceptées en France ou en Angleterre, mais parce qu'elles sont des vérités incontestables. Il n'a pas eu le temps de faire ceci. Les vieux libéraux à la cravate blanche, vieillerie qu'on avait oublié de démolir, frappaient en foule à la porte du ministère, pressés qu'ils étaient de jouir du pouvoir. Homme supérieur, il ne savait point se cramponner à un buffet de ministre, ou attacher son bonheur aux cartons d'un portefeuille. Il sortit, et ce fut pour ne jamais rentrer. Les liliputiens politiques craignaient, en marchant à côté de lui, que par mégarde il ne les écrasât sous son pied. On pouvait le calomnier; on pouvait le persécuter; on fit mieux: on l'oublia, et il disparut dans l'obscurité.

On dit qu'à son heure dernière Mousinho se souvint de ce qu'il avait fait pour le salut de son pays, et que, comme Camões, il mourut avec la conviction de sa gloire. Il avait raison : nous pouvons l'oublier ; mais l'histoire ne l'oubliera pas.

CARTA

AOS

ELEITORES DO CIRCULO DE CINTRA

1858

Senhores eleitores do circulo eleitoral de Cintra. — Acabaes de me dar uma demonstração de confiança, escolhendo-me para vosso procurador no parlamento: sinto que me não seja permittido acceitá-la.

Se tal escolha não foi uma daquellas inspirações que veem ao mesmo tempo ao espirito do grande numero, o que é altamente improvavel, porque o meu nome deve ser desconhecido para muitos de vós; se alguem, se pessoas preponderantes nesse circulo, pelo conceito que vos merecem, vos apresentaram a minha candidatura, andaram menos prudentemente, fazendo-o sem me consultarem, e promovendo uma eleição inutil.

Ha annos que os eleitores de um circulo da Beira, na sua muita benevolencia para comigo, pretenderam fazer-me a honra que me fizestes agora. Um delles, um dos mais nobres, mais puros e mais intelligentes caracteres dos muitos que conheço, sumidos, esquecidos, nessa

vasta granja da capital chamada — as provincias, encarregou-se de vir a Lisboa consultar-me. Respondi-lhe como a consciencia me disse que lhe devia responder, e o meu nome foi posto de parte. De Cintra a Lisboa é mais perto, e a communicação mais fácil, do que dos remotos e quasi impervios sertões da Beira.

Duas vezes nos comicios populares, muitas na imprensa tenho manifestado a minha intima convicção de que nenhum circulo eleitoral deve escolher para seu representante individuo que lhe não pertença; que por larga experiencia não tenha conhecido as suas necessidades e miserias, os seus recursos e esperanças; que não tenha com os que o elegeram communidade de interesses, interesses que variam, que se modificam, e até se contradizem, de provincia para provincia, de districto para districto, e ás vezes de concelho para concelho. Esta doutrina, posto que tenha vantagem no presente, reputo-a sobretudo importante pelo seu alcance, pelos seus resultados em relação ao futuro. É, no meu modo de ver, o ponto de Archimedes, um fulcro de alavanca, dado o qual as gerações que vierem depois de nós poderão lançar a sociedade num molde mais português e mais sensato do que o actual, inutilizando as copias, ao mesmo tempo servis e bastardas, de instituições peregrinas, que em meio século

teem dado sobejas provas na sua terra natal do que podem e do que valem para manterem a paz e a ordem publicas, e mais que uma honesta liberdade.

Durante meses, no decurso de dous annos, tive de vagar pelos districtos centraes e septemtrionaes do reino. Pude então observar amplamente quantas miserias, quanto abandono, quantos vexames pesam sobre os habitantes das provincias, principalmente dos districtos ruraes, como o vosso, que constituem a grande maioria do país. Vi com dor e tristeza definhados e moribundos os restos das instituições municipaes que o absolutismo nos deixara: vi com indignação essas solemnes mentiras a que impiamente chamamos instrucção primaria e educação religiosa: vi a agricultura, a verdadeira industria de Portugal, lidando inutilmente por desenvolver-se no meio da insufficiencia dos seus recursos; vi, em resultado dos erros economicos que pullulam na nossa legislação, a má organização da propriedade territorial e a desigualdade espantosa na distribuição das populações ruraes, procedida da mesma origem, e dando-nos ao sul do reino uma imagem das solidões sertanejas da America, e ao norte uma Irlanda em perspectiva: vi a injusta repartição e a peor applicação dos tributos e encargos: vi a falta

de segurança pessoal e real, especialmente nos campos, onde o homem é obrigado a confiar só em si e em Deus para a obter: vi um systema administrativo mau por si e pessimo em relação a Portugal, com uma jerarchia de funccionarios e uma distribuição de funcções que tornam remotas, complicadas, gravosas, e até impossiveis, a administração e a justiça para as classes populares, e incommodas e espoliadoras para as altas classes: vi, sobretudo, a falta da vida publica, a concentração do homem na vida individual e de familia, que é ao mesmo tempo causa e effeito da decadencia dos povos que se dizem livres: vi todos esperarem e temerem tudo do governo central; confiarem nelle, como se fosse a Providencia; maldizerem-no, como se fosse o principio mau: ideias completamente falsas, posto que bem desculpaveis num país de centralização; ideias que significam uma abdicação tremenda da consciencia de cidadão, e da actividade humana, e que são o symptoma infallivel de que os males publicos procedem, não da vontade deste ou daquelle individuo, da indole particular desta ou daquella instituição, mas sim do estado moral da sociedade e da indole em geral da sua organização.

E isto que vi perspicuamente, apesar de uma observação transitoria, vêem-no todos os dias,

palpam-no, e, o que mais é, padecem-no centenares de homens honestos e intelligentes que vivem obscuramente por essas villas e aldeias de Portugal. Como os seus vizinhos, elles são victimas da nossa absurda organização; disso a que por antiphrase chamamos administração e governo. É entre taes homens que os circulos deveriam escolher os seus representantes; é entre elles que os escolherão por certo no dia em que comprehenderem que o direito eleitoral é uma espada de dous gumes com que os cidadãos estão armados para se defenderem a si e a seus filhos, mas com que tambem podem assassinar-se e assassiná-los. Foi o que disse a todos aquelles, e não foram poucos, que durante a minha peregrinação pareceram confiar, senão no valor das minhas opiniões, ao menos na sinceridade dellas. Interrogado ácerca do lenitivo que suppunha possivel para os males que presenciava, indiquei sempre, não como remedio definitivo, mas como preparação para elle, como instrumento de uma reforma futura, a eleição exclusivamente local e os esforços constantes para obter, contra o interesse das facções, dos partidos e dos governos, a reducção dos grandes circulos a circulos de eleição singular, que um dia possam servir á restauração da vida municipal, da expressão verdadeira da vida publica do

país, e de garantia da descentralização administrativa, como a descentralização administrativa é a garantia da liberdade real.

Fortes tendencias para a eleição da localidade se manifestam já por muitas partes, e os governos e as parcialidades vêem-se constrangidos a transigir com esse instincto salvador. Se não me é licito gloriar-me de ter contribuido para elle se desenvolver, ser-me-ha licito, ao menos, applaudi-lo. É o primeiro passo no caminho do verdadeiro progresso social: cumpre não recuar.

Mas, pensando assim, como poderia eu, sem desmentir a minha consciencia e as minhas palavras; sem trahir a verdade, sem vos trahir a vós proprios, acceitar em silencio o vosso mandato? É honroso merecer a confiança dos nossos concidadãos, mas é mais honroso viver e morrer honrado.

Não haverá no meio de vós um proprietário, um lavrador, um advogado, um commerciante, qualquer individuo, que, ligado comvosco por interesses e padecimentos communs, tenha pensado na solução das questões sociaes, administrativas e economicas que vos importam; um homem de cuja probidade e bom juizo o tracto de muitos annos vos tenha certificado? Ha, sem duvida. Porque, pois, não haveis de escolhê-lo para vosso mandatario?

Os que não vêem como eu nesta ideia da representação exclusivamente local o primeiro elo de uma cadeia de transformações, que serão ao mesmo tempo adminstrativas e politicas, podem, sem desdouro, não só acceitar, mas até sollicitar os vossos votos. Ninguem deve aferir os seus actos livres senão pelas proprias opiniões, pelas doutrinas que tem propugnado. Aferir pelas minhas ideias o meu proceder é o que unicamente faço.

Recusando o vosso favor, nem por isso vo-lo agradeço menos; e a prova é que vo-lo retribuo com estes conselhos, que não serão bons, mas que evidentemente são desinteressados. Da confiança que mostrastes ter em mim deriva o meu direito a dar-vo-los.

Aconselho-vos, como acabaes de ver, uma cousa para a qual os estadistas de profissão olham com supremo desprezo, a eleição de campanario, só a eleição de campanario, a eleição de campanario, permitti-me a expressão, até á ferocidade.

Não sei se podereis soffrer o affrontoso ridiculo que anda associado á doutrina que vos inculco. Eu posso. Em mim este alto esforço é o habito que resulta de longo tracto. A aguda e graciosa invectiva de deputado de campanario tem cãs veneraveis. Conheço-a ha muitos annos. Além dos Pyrenéos andava já em

serviço dos ambiciosos, dos officiaes de politica ha bem meio seculo. Os nossos politicos encartados traduziram-na para seu uso. É que, assim como traduzem leis, traduzem o mais, posto que, se me é licito dizê-lo, o façam mal, muito mal, de ordinario.

Indubitavelmente este país trasborda de homens grandes, de profundos estadistas. Aqui o estadista nasce, como nasce o poeta; precede a eschola: dispensa-a, até. Sou o primeiro em confessá-lo. E a paixão dos homens grandes, dos profundos estadistas, é a salvação da patria: é a sua vocação. o seu destino, a sua suprema felicidade. Esses varões illustres pertencem, porém, ao país: é do país que devem ser deputados. Entendem-no elles assim, e parece-me que entendem bem. Em tal caso, eleja-os o país. Quando algum vos mendigar de porta em porta, e com o chapéu na mão, os vossos votos, respondei-lhe, como os eleitores dos diversos circulos do reino lhe responderiam, se o são juizo fosse uma cousa desmesuradamente vulgar:

«Somos uma pobre gente, que apenas conhecemos as nossas necessidades, e queremos por mandatario quem tambem as conheça e que nellas tenha parte; quem seja verdadeiro interprete dos nossos desejos, das nossas esperanças, dos nossos aggravos. Se os deputados

dos outros circulos procederem de uma escolha analoga, entendemos que as opiniões triumphantes no parlamento representarão a satisfação dos desejos, o complemento das esperanças, a reparação dos aggravos da verdadeira maioria nacional sem que isto obste a que se attenda aos interesses da minoria, que ahi se acharão representados e defendidos como se representa e defende uma causa propria. Na vulgaridade da nossa intelligencia, custa-nos a abandonar as superstições de nossos paes: cremos ainda na arithmetica, e que o país não é senão a somma das localidades. Homem do absoluto, das vastas concepções, se a vossa abnegação chega ao ponto de sollicitar a deputação do campanário, fazei com que vos elejam aquelles que vos conhecem de perto, que podem apreciar as vossas virtudes, o vosso caracter. Certamente vós habitaes nalguma parte. Se não quereis abater-vos tanto, arredae-vos da sombra do nosso presbyterio, que offusca o brilho do vosso grande nome. Sêde, como é razão que sejaes, deputado do país. Não temos para vos dar senão um mandato de campanario.»

A resposta dos eleitores aos estadistas parece-me que deveria ser esta.

A eleição de campanario é o symptoma e o preambulo de uma reacção descentraliza-

dora, a descentralização é a condição impreterivel da administração do país pelo país, e a administração do país pelo país é a realização material, palpavel, effectiva da liberdade na sua plenitude, sem anarchia, sem revoluções, de que não vem quasi nunca senão mal. Para obter este resultado, é necessario começar pelo principio; é necessario que a vida publica renasça.

Na verdade, a doutrina de que o excesso de acção administrativa, hoje accumulada, deve derivar em grande parte do centro para a circumferencia repugna aos partidos, e irrita-os. Sei isso, e sei porquê. Os partidos, sejam quaes forem as suas opiniões ou os seus interesses, ganham sempre com a centralização. Se não lhes dá maior numero de probabilidades de vencimento nas luctas do poder, concentra-as num ponto, simplifica-as, e obtido o poder, a centralização é o grande meio de o conservarem. Nunca esperem dos partidos essas tendencias. Seria o suicidio. D'ahi vem a sua incompetencia, a nenhuma auctoridade do seu voto nesta materia. É preciso que o país da realidade, o país dos casaes, das aldeias, das villas, das cidades, das provincias acabe com o país nominal, inventado nas secretarias, nos quarteis, nos clubs, nos jornaes, e constituido pelas diver-

sas camadas do funccionalismo que é, e do funccionalismo que quer e que ha de ser.

A centralização tem ido até as saturnaes. A jerarchia administrativa chegou já, por exemplo, a arrogar-se o direito de declarar suspensas ou em vigor as leis civis e criminaes do reino e a acção dos tribunaes. Lêde o artigo 357.º do codigo administrativo e estudae a sua jurisprudencia, que haveis de ficar edificados. Vêde se algum governo, se algum grande estadista, saído de qualquer parte, propôs a sua revogação. Não o espereis jámais.

O poder que pela immunidade do funccionario criminoso, que pelo monopolio na distribuição de todas as funcções retribuidas, que pela monstruosa invenção do contencioso administrativo, que pelas mais ou menos disfarçadas dictaduras, cuja necessidade elle mesmo cria, que por mil concessões arrancadas á fraqueza ou á condescendencia parlamentar, acha grandes facilidades para penetrar na esphera dos outros poderes, deve ir longe na propria esphera. E vai.

Quereis encontrar o governo central? Do berço á cova encontrae-lo por todas as phases da vossa vida, raramente para vos proteger, de contínuo para vos incommodar. Nada, a bem dizer, se move na vida collectiva

do povo, que não venha de cima o impulso, ou que pelo menos o governo se não associe a esse impulso. Entrae, por exemplo, no presbyterio da primeira aldeia que topardes. Vereis ahi um homem enchendo a pia de agua benta, apagando ou accendendo as velas, arrumando os ciriaes. É o governo central. O sacristão, exornado com o titulo pomposo de thesoureiro, é seu funccionario; é a mão delle estendida até ao gavetão das vestimentas. Esse personagem tem carta pela secretaria de estado.

Isto é impossivel que seja racional, sensato. Essa immensa tutela de milhões de homens por seis ou sete homens é forçosamente absurda. Deve haver um dia em que a sociedade, como os individuos, chegue á maioridade.

Não receeis que a descentralização seja a disgregação. O governo central ha-de e deve ter sempre uma acção poderosa na administração publica; ha-de e deve cingi-la; mas cumpre restringir-lhe a esphera dentro de justos limites, e os seus justos limites são aquelles em que a razão publica e as demonstrações da experiencia provarem que a sua acção é inevitavel. O ambito desta não deve dilatar-se mais.

A centralização, na cópia portuguesa, como

hoje existe e como a soffremos, é o fidei-commisso legado pelo absolutismo aos governos representativos, mas enriquecido, exaggerado; é, desculpae-me a phrase, o absolutismo liberal. A differença está nisto: d'antes os fructos que dá o predominio da centralização suppunha-se colhê-los um homem chamado rei: hoje colhem-nos seis ou sete homens chamados ministros. D'antes os cortesãos repartiam entre si esses fructos, e diziam ao rei que tudo era delle e para elle: hoje os ministros reservam-nos para si ou distribuem-nos pelos que lhes servem de voz, de braços, de mãos; pelo partido que os defende, e dizem depois que tudo é do país, pelo país, e para o país. E não mentem. O país de que falam é o seu país nominal; é a sua clientella, o seu funccionalismo; é o proprio governo; é a traducção moderna da phrase de Luiz XIV — *l'état c'est moi,* menos a sinceridade.

Não accuso alguem em particular; descrevo um facto geral; não sirvo, nem combato nenhum partido: pago-vos com a franqueza um pouco rude da minha linguagem a vossa benevolencia. Se accusasse, accusava-me tambem a mim, e talvez a vós. Ninguem está acima das paixões, dos preconceitos, das fórmulas, da indole da sua epocha. Nem sequer, e muito é, os estadistas o estão, se me é con-

cedido avaliar essas altas capacidades. A carne é fraca. Sejam quaes forem as nossas aspirações, as nossas theorias, e se quiserem, os nossos sonhos quanto ao futuro, vivemos no presente, e quando não nos abstemos da politica, enfileiramo-nos nos partidos, ás vezes, até, sem o querermos, sem o sabermos. Como tive a honra de vos fazer notar, a questão da liberdade na sua plenitude e na sua existencia real está fóra ou antes, acima dos partidos. Se, conforme creio, a eleição na qual quisestes que eu tivesse uma parte honorifica manifesta as vossas propensões para manter o ministerio actual, não se deduz do que vos digo a necessidade de mostrar propensões contrarias. Por hora não se tracta senão de adoptar um principio, uma regra, cujas consequencias verdadeiramente importantes virão mais tarde. Não importa, em relação a essas consequencias, que escolhaes neste ou naquelle partido : o que importa é que escolhaes d'entre vós ; o que importa é que os circulos ruraes não obriguem algum homem grande a consumir dez minutos em procurar no mappa do reino a situação relativa do districto que representa, e muitas horas em soletrar os nomes romanos, gothicos, mouriscos, barbaros, que nesse mappa designam rios, montes, logarejos, aldeias, freguesias, concelhos, em que

nunca ouviu falar. Pelos recostos das vossas pintorescas montanhas, pelos vossos valles frondosos, pelas quintas e granjas mais remotas, no campo ou nas povoações, deve habitar algum amigo do ministerio que mereça os vossos votos. Dae-lh'os, se entendeis que os homens que estão no poder são menos maus do que os seus adversarios.

Não me consentindo a brevidade do tempo e a urgencia de outras occupações expor-vos todos os motivos por que dou tanta importancia á doutrina eleitoral que submetto á vossa consideração, não tenho direito a insistir em que a sigaes com a inabalavel firmeza com que intimamente creio que a deverieis seguir. Nessa hypothese, se vos apresentarem candidaturas de individuos extranhos ao vosso circulo, cujo caracter não possaes avaliar por vós mesmos, consenti em que vos lembre um arbitrio para não serdes ludibriados. Consultae aquelles que pessoalmente os conhecerem, mas só aquelles, que, pagando tributos, e não disfructando-os, viverem no meio de vós, ha longos annos, do producto do seu trabalho ou da sua propriedade, e que gosarem de solida reputação de intelligencia e de probidade. Como homens de bem, e como tendo interesses analogos aos vossos e confundidos com os vossos, elles não

podem enganar-vos. Escolhei o que elles escolherem; rejeitae o que elles rejeitarem. Vença qual partido vencer, tereis ao menos um procurador honesto; porque todos os partidos teem no seu seio gente honrada. Escusado é dizer-vos o que nisso haveis de ganhar.

Depois, quando alguem, que accidentalmente se ache no meio de vós, sem casa, sem bens, sem familia, sem industria destinada a augmentar com vantagem propria a riqueza commum, e só porque o seu talher na mesa do tributo ficou posto para esse lado, se mostrar demasiado sollicito em nobilitar o vosso voto pela escolha de algum celebre estadista, em que talvez nunca ouvistes falar, ou em livrar-vos de elegerdes algum mau cidadão, cujas malfeitorias escutaes da sua bôca pela primeira vez, voltae-lhe as costas. Padre, militar, magistrado, funccionario civil, seja quem for, esse homem que tanto se agita, afflicto pela vossa honra eleitoral, pelos vossos acertos ou desacertos politicos, pode ser um partidario ardente e desinteressado; mas é mais provavel que seja um hypocrita, um miseravel, que já tenha na algibeira o preço do vosso ludibrio, ou que, por serviços abjectos, espere obter, ou dos que são governo, ou dos que querem fazer o immenso sacri-

ficio de o serem, a realização de ambições que a consciencia lhe não legitima, e ácerca das quaes só podeis saber uma cousa: é que as haveis de pagar.

Permitti-me, senhores eleitores, que termine esta carta, já demasiado extensa, reiterando-vos os protestos da minha gratidão pela vossa bondade para comigo, e assegurando-vos que, se me fallece ambição para acceitar os vossos votos contradizendo as minhas opiniões, sobeja-me avareza para buscar não perder jámais um ceitil da vossa estima.

MANIFESTO

DA

ASSOCIAÇÃO POPULAR PROMOTORA DA EDUCAÇÃO

DO

SEXO FEMININO

AO

PARTIDO LIBERAL PORTUGUÈS

1858

Muitos cidadãos de Lisboa pertencentes ás diversas fracções do partido liberal, movidos por um sentimento de perigo commum, tendo-se congregado para deliberarem sobre o modo de obviar a esse perigo, que reputam mais ou menos grave, mais ou menos imminente, mais indubitavel, resolveram constituir uma associação, que, crescendo e dilatando-se pelo reino, possa combatê-lo com vantagem. O laço principal desta associação consiste na unidade de esforços para annullar, sem saír da estricta legalidade, as tentativas de reacção anti-liberal, cuja manifestação mais importante é o empenho de transviar a educação popular, entregando-a a congregações religiosas, não só estrangeiras, mas tambem regidas por principios oppostos ás instituições do estado.

A Associação, desejando firmar bem a sua bandeira, e habilitar o país para a favorecer, ou para a condemnar, ordenou que em seu nome se publicasse o presente escripto, onde

amplamente se expusessem os motivos da sua existencia e o alvo em que põe a mira.

Os acontecimentos de 1848, que agitaram a Europa, deram origem a exaggerações e desconsertos, que, ferindo não só os interesses ligados á manutenção do passado, o que pouco importava, mas tambem, o que era mais grave,os interesses das numerosissimas classes que unicamente vêem o progresso no lento e prudente desenvolvimento das ideias e das instituições representativas, produziram tremores que, podendo justificar-se a principio, não tardaram a ultrapassar os limites do justo e a precipitar-se num systema de reacção, que se confundiu com o dos partidos anterior e absolutamente adversos á liberdade legitima e honesta, procedimento não menos absurdo que o daquelles que se haviam declarado inimigos da sociedade.

No meio do estampido das revoluções, das peripecias dos thronos e das gentes, das luctas e das desgraças publicas, algumas nações, ancoradas no porto das instituições liberaes, e forcejando pacificamente para obterem o progresso pelos meios que subministra o governo parlamentar, haviam-se abstido de se associarem ao movimento revolucionario da Europa, visto que disso não careciam para assegurar os seus destinos futuros. Tal fora

a Inglaterra, a civilizadora do mundo, esse país modelo, essa terra da nobre raça anglo-saxonia, defensora natural dos povos livres menos poderosos: taes haviam sido Portugal e a Belgica. Outras, por um accordo generoso entre o soberano e os subditos, souberam tirar da grande agitação europêa só as consequencias justas, e vieram associar-se, emfim, pacificamente ao gremio das sociedades livres. Tal foi o Piemonte, tão moderado nos dias prosperos, como tinha sido nobre nos da adversidade, e que a Providencia collocou nos pendores dos Alpes e dos Apeninos como pharol e ultima esperança da Italia.

Ha annos que estas nações respondem triumphalmente com a eloquencia dos factos ás accusações da reacção contra a liberdade: ha annos que apontam a povos que se reputavam mais allumiados do que ellas e que só sabemos terem sido ou mais imprudentes ou mais infelizes, a lei moral do futuro, as condições impreteriveis de vitalidade para as instituições representativas; isto é, a moderação e a firmeza. Foragidos de todos os países, que no seio dellas teem vindo reclinar a cabeça e respirar a atmosphera da liberdade, voltando algum dia á patria não esquecerão as salutares lições que receberam, e amestrarão os menos experientes para não confundirem

o desacato do direito com o direito, a revolta com a resistencia legitima, a licença com a liberdade.

Protesto vivo contra a reacção, a fórma da existencia politica destas nações deveria ser profundamente odiosa aos que sonham na restauração do passado. Absorvê-las, affeiçoá-las pelo proprio pensamento, desmentir a sua muda linguagem, era para a reacção um postulado importante. Na Grã-Bretanha a empresa seria impossivel. Do mar das Hebridas ao canal da Mancha, a luz da liberdade que fulgura no céu da Inglaterra é demasiado intensa. A reacção ficaria deslumbrada passando alem da penumbra do continente. Mas a Grã-Bretanha, physicamente insulada, podia sê-lo moralmente se lhe destruissem as affinidades continentaes que ainda conserva.

No Piemonte a reacção apresentou-se audaz, e a lucta foi renhida; mas a firmeza moderada dos poderes constitucionaes tem bastado para a reprimir. Não evitou a Belgica ser convertida em campo de batalha, posto que o partido liberal alevantasse energicamente a luva que se lhe atirava ás faces. A prudencia, porém, de um monarcha verdadeiramente constitucional, grande pelos dotes da intelligencia, mas ainda maior pela sabedoria que dá a longa experiencia, impediu até agora que o fogo,

nem sempre latente, se convertesse em assolador incendio.

Portugal não podia fugir á sorte commum. Ha annos que os annuncios da procella assomavam nos horizontes; que nuvens fugitivas offuscavam os ares. Não faltou quem o advertisse; mas a advertencia passou despercebida. Debalde em publicações assás conhecidas se chamou a attenção do país para certas tendencias que se manifestavam: debalde a imprensa periodica mais de uma vez as assignalou tambem. Foi necessario para o espirito publico despertar, que essas tendencias assustadoras se convertessem em actos demasiado positivos e palpaveis, e que, com o pretexto de se crearem os meios de dirigir melhor a educação publica, se fizesse uma grave injustiça á moralidade e á intelligencia nacionaes, introduzindo-se em Portugal mestras estrangeiras, pertencentes a uma corporação do sexo feminino, que, conservando a sua organização actual, é incompativel com as leis e instituições do país.

Deste despertar da attenção publica nasceu esta Associação. Não foi o pensamento de um ou de alguns homens que a creou. Foi uma ideia que brotara ao mesmo tempo no commum dos espiritos: uma destas illuminações subitas que o povo tem ás vezes na hora dos

grandes perigos. O que se chama de ordinario o instincto do povo não é senão um raciocinio; mas raciocinio obvio, simples, claro, accessivel a todos os entendimentos, e irresistivel para a consciencia de todos. A reacção ameaçava a liberdade, não só no presente, mas também no futuro; dava um dos passos mais importantes para a conquista, senão da sociedade que é, ao menos da sociedade que ha-de ser. E o partido liberal uniu-se e marchou ao encontro do inimigo no terreno em que elle lhe apresentava o combate.

De certo que nem todas as pessoas envolvidas nesta deploravel manifestação dos planos reaccionarios podem com justiça ser taxadas de favorecerem de proposito deliberado os intentos da reacção. Não tendo provavelmente estudado a historia dos progressos desta na Europa, dos seus esforços e artificios, dos seus triumphos e dos seus desastres nos ultimos trinta ou quarenta annos, deixaram-se embaír pela sua linguagem devota, pelos seus ademanes modestos, pelo seu apparente zêlo da moral e da ordem publica. Ignoravam quantas vezes ella tem soltado rugidos de colera e de ameaça; quantas vezes se tem trahido a si propria, e revelado o seu intimo pensamento: ignoravam como certos homens, cujo caracter religioso e austero, e cuja moderação

de opiniões politicas estão acima de qualquer suspeita, teem julgado o partido cujas tendencias esta Associação é destinada a combater, e que por toda a parte se manifestam principalmente no desvelado affinco com que esse partido procura apoderar-se dos animos feminis e de affeiçoar aos seus intuitos as gerações novas. Cremos que eram nobres e puras as intenções das pessoas sinceramente liberaes que, sem o saberem, sem o quererem, ampararam com o seu nome, com a sua bolsa, e com a sua influencia o pensamento da reacção, ou della se tornaram instrumentos. Mas nem a respeitabilidade do seu caracter as tornaria infalliveis, ainda em materias nas quaes fossem mais competentes, nem essa respeitabilidade pode obrigar-nos a submetter-lhes o nosso alvedrio, a nossa intelligencia e a livre manifestação das proprias convicções. O nosso unico dever para com ellas é uma justiça indulgente; é não accusar as suas intenções, que não o merecem, nem reputar irremissivel o seu erro.

A essas pessoas só pediriamos, quando certos resentimentos infundados chegassem a acalmar, que reflectissem num phenomeno que teem diante dos olhos; que, digamos assim, as rodeia por todos os lados, e que é de uma significação indubitavel e immensa. Depois de

terem reflectido, pedir-lhes-hiamos sómente que seguissem, não o que lhes dictasse o peor dos conselheiros, o amor proprio offendido, mas a voz intima de uma honesta consciencia.

Existe em Portugal um partido numeroso, dirigido por homens intelligentes, que ha vinte e cinco annos está organizado e disciplinado; partido moralmente tão legitimo como o partido liberal, mas que professa francamente o seu amor exclusivo ao passado, e cujos escriptores, usando dos fóros de cidadãos de um país livre, affirmam ha vinte e cinco annos perante Deus e o mundo o direito de o não serem, ou, para melhor dizer, o direito de não se lhes tolerar que o sejam. Na grande questão que agita o país, e que nós cremos importar uma grave manifestação do pensamento reaccionario, ninguem mais do que esse partido tem mostrado zêlo ardente pela educação peregrina, e por tanto lançado com mais violencia o stigma de incapacidade moral e intellectual sobre as pessoas do sexo feminino nascidas nesta terra que possam dedicar-se ao magisterio. No symbolo daquelle partido, uma adoração supersticiosa da nacionalidade figurara entre os seus artigos fundamentaes por vinte e cinco annos; e quando, não esta ou aquella mulher, mas a mulher portuguesa, em geral, é vilipendiada, amaldi-

çoada, condemnada na sua capacidade moral e intellectual de mãe (porque a educadora é verdadeira mãe da infancia que lhe é confiada), esse partido apaga aquelle artigo fundamental do velho symbolo, e sauda a invasão estrangeira! E não a sauda só; declara-a a táboa de salvação das novas gerações. Não acha que apoderarem-se de orphãos adoptados pela patria seis mulheres e dous ou tres frades estrangeiros seja um facto insignificante ou indifferente. É que os homens eminentes desse partido teem estudado a historia. No seio delle não ha uma voz que se alevante para protestar contra a suppressão da mais exaggerada sentença do seu credo; não ha quem não marche alegremente ao combate. No meio das profundas fileiras do lazarismo, ou do jesuitismo, ou do ultramontanismo ou como quiserem chamar-lhe, os vultos liberaes apenas raramente se descortinam, perdidos entre a multidão dos combatentes que detestam a liberdade. Seria o partido que sempre se mostrou tão leal, tão francamente e, não duvidamos dizê-lo, tão nobremente reaccionario, porque pode haver nobreza até no erro e no mal; seria esse partido assás insensato para fazer sacrificios taes, se não estivesse empenhado nisso o seu dogma supremo, a reacção? Valeria para elle a pena de se agitar, colerico e impaciente, por causa

de seis mulheres e dous frades, e de combater com tanto azedume os que repellem essa importação estrangeira: elles, os homens da nacionalidade exaggerada? Se tal facto não disser nada aos transviados do campo liberal, então só nos resta deplorar a sua irremediavel cegueira.

Ha tres seculos que tambem dous frades de um instituto novo, chamado a Companhia de Jesus, entravam sózinhos em Portugal. Um delles abandonava logo este país para atravessar o oceano e ir embrenhar-se entre as gentilidades da Asia. Ficou o outro. Foi o que bastou para nucleo de uma associação, que em breve dominou tudo. A mocidade é amiga de novidades. Mancebos saídos do seio das mais nobres familias, outros nascidos entre o povo e entre a burguesia correram a alistar-se no gremio nascente, ao passo que os reforços estrangeiros chegavam pouco a pouco. Vinham, dizia-se, moralizar o país e instruí-lo pela religião. Homens de estado conspicuos, a universidade de Coimbra, a parte mais illustrada da sociedade era-lhes adversa, e fazia sinistras predicções, que o tempo se encarregou de justificar. O poder estava, porém, nas mãos do fanatismo, da hypocrisia, e sobretudo da imbecilidade intellectual. A liberdade da palavra, a liberdade do pensamento escripto, a li-

berdade de associação não existiam. Ponderavam-se os fins tão uteis do sancto instituto, o bem que tinha feito fóra do país, como por toda a parte o acolhiam. As reluctancias, estereis porque sem nexo, esmoreceram e calaram-se. A instituição estrangeira venceu, enraizou-se, dilatou-se e dominou. A historia politica, social e litteraria do país durante duzentos annos está ahi para responder aos que perguntarem quaes foram os resultados da influencia incontrastavel dos jesuitas.

Este exemplo memoravel e de triste recordação domestica deve ser inutil para nós? As apprehensões actuaes serão menos justificadas do que as dos homens instruidos, sisudos, e experientes do meado do seculo XVI? Ha quem diga que sim; ha quem pense que a historia serve só para pasto de uma curiosidade vã; quem supponha que as leis da humanidade não são sempre as mesmas; que onde se derem causas identicas não se hão-de repetir os mesmos effeitos. Deploremos a intelligencia dos que assim pensam. Dizem-nos que o espirito das congregações religiosas é diverso do que foi; que ellas não exercerão a perniciosa influencia que exerceram noutras epochas, ao passo que podem ser grandemente uteis á illustração e á moralidade. Affirmam-nos que é preciso retemperar os antigos instrumentos

de religiosidade para os oppor á irreligião do indifferentismo que invadiu as sociedades, e para fortificar o elemento christão, unico que pode combater com vantagem os delirios das novas escholas que põem em questão a propriedade e a familia, principios vitaes da existencia civil. A educação, dizem-nos, está fóra da esphera dos partidos: educae e instruí só por educar e instruir, e não cureis de saber qual será o destino politico das novas gerações. Ensinae-lhes os elementos da instrucção geral, a religião e a moral, de modo que depois se adaptem a todas as fórmas de governo, a todas as situações da sociedade.

Diz-se isto, escreve-se, proclama-se. Os que assim falam são os reaccionarios occultos, os transfugas do campo liberal, e tambem aquelles que devemos considerar como suas victimas, os que se deixam illudir pelos sophismas desses homens de trevas, que não tendo a nobre ousadia de declarar lealmente que abandonaram os seus estandartes, calumniam a liberdade para a trahirem sem trahirem os proprios intuitos, e sem sacrificarem os proventos que lhes resultam da sua supposta permanencia nas fileiras em que andavam alistados. Comparada com a linguagem destes, a dos reaccionarios puros é nobre, porque é franca e sincera. O mal, na sua opinião, não

consiste nas aberrações do liberalismo; consiste no proprio liberalismo. As doutrinas liberaes conduzem logicamente, forçadamente, os povos aos desvarios anarchicos, á negação absoluta da ordem social. É preciso restaurar o passado nas fórmas mais absolutas, nas maximas extremas da igreja e do estado; expungir todos os axiomas, todas as ideias de progresso civil e politico dos ultimos dez ou doze lustros, todas as instituições d'ahi derivadas. Os progressos materiaes deste seculo são acceitaveis: nada mais. O molde social novo cumpre quebrá-lo, repondo as sociedades no antigo, unico em que podem salvar-se.

Entre este partido e o nosso está dicto tudo. Somos radicalmente adversarios. Podemos combater sem mutuamente nos desprezarmos; podemos ser mais ou menos violentos na lucta, sem que, em regra, em principio nos accusemos de deslealdade. Não é esse partido, que nos obriga a defender esta Associação, e a expor na imprensa os motivos da sua existencia, a sua indole, o pensamento que dirige todos os seus actos. As accusações d'ali vindas serão o seu maior titulo para grangear a confiança do partido sinceramente liberal; porque os dous campos estão estremados e circumscriptos. O que importa é precaver-nos contra o mal que lavra nos propris arraiaes; contra os inimigos

que nos querem introduzir nelles como alliados. O fim dos nossos esforços deve ser repellir doutrinas que se vão pedir emprestadas ás theorias dos adversarios para se nos darem como ideias progressivas; deve ser repellir taes doutrinas principalmente nas suas applicações practicas.

Dizem-nos que estamos numa epocha de progresso, e não podemos retrogradar; que a publicidade, a discussão, a liberdade bastam para preservar a sociedade das aggressões da reacção. São phrases ôcas sem valor, nem alcance na questão que deu origem a esta Associação, porque não determinam nenhum facto especial. De certo que o genero humano progride no seculo presente; porque o progresso é uma condição impreterivel da sua existencia: progride neste seculo, como progrediu em todos desde as mais remotas eras. Nem os tempos tormentosos das invasões dos barbaros deixaram de ser uma epocha de progresso. Demonstra-o a historia. Mas tem esse grande facto do genero humano impedido que, num ou noutro país, domine a tyrannia depois da liberdade; que os fóros do homem tenham sido desprezados; que as nações tenham sido individualmente opprimidas, desmoralizadas, barbarizadas, dissolvidas, anniquiladas como entidades politicas? Concluir do progresso constante da

civilização geral que um povo não pode retrogradar, e que portanto não deve premunir-se contra a reacção que o aggride, é aconselhar ao homem que se não previna contra as causas ordinarias da morte, porque a raça humana tem por condição a perpetuidade.

A liberdade do pensamento, a discussão, a publicidade, as garantias, em summa, de um país livre bastam á defesa da sociedade. Mas então porque se acha extranho que pensemos livremente, que discutamos, que nos associemos, que usemos dentro da estricta legalidade, desses meios que as instituições facultam aos cidadãos para afastarmos um perigo que cremos serio e imminente? Porque a injuria, a colera, a calumnia? Dir-se-hia, ao ver os sanctos furores que se alevantam em regiões mais que suspeitas, que os nossos temores não são tão infundados, as nossas prevenções tão inuteis como se affirma, e que o perigo é verdadeiro e real.

A reacção não pode vencer-nos: cruzemos os braços! Como se julgaria o homem, que numa praça sitiada, mas defendida por centenares de canhões e por uma guarnição numerosa e aguerrida, clamasse aos soldados no momento do ataque: — «Não assesteis a artilharia: não marcheis para as muralhas; confiae na efficacia dos nossos recursos; cruzae os braços, por-

que a praça é inexpugnavel.» — Este homem não chegaria a ser reputado traidor: te-lo-hiam apenas por mentecapto.

Dizem-nos que a aggressão não existe; que a importação de um instituto estrangeiro, repugnante pela sua indole, pela sua regra, ás instituições do país, não é um symptoma, e mais do que um symptoma, um acto de reacção organizada. Examinemos esse facto em si: procuremos a sua causa.

Uma calamidade publica determinou subitamente na capital do reino a existencia de um grande numero de orphãos, que foram perfilhados pela compaixão publica. Sem aquella calamidade, esses individuos teriam recebido a educação no seio das suas familias, ou nos estabelecimentos de educação já existentes, e a sociedade não teria visto nisso um grande mal. Eram os estabelecimentos publicos e privados, já instituidos no reino, e destinados á educação da infancia e da puericia, radicalmente incapazes de preencher o seu fim? Onde estão as provas? Cumpria crear um estabelecimento de educação diversamente organizado? Se assim era, as pessoas que tinham dirigido, mantido, protegido parte dos já existentes, o parlamento e o governo que mantinham e dirigiam outra parte, todos se haviam enganado, ou enganavam o país. Em perto de um

milhão de mulheres portuguesas, não havia cinco ou seis que se pudessem encarregar da sancta e nobre missão de serem as mães adoptivas dos orphãos tutelados pela commiseração publica? A sciencia da educação inspira — a Deus por metade ao coração da mulher, porque o destino providencial desta é a maternidade: a outra metade dão-lh'a as tradições domesticas, as recordações dos primeiros annos, o ensino dos livros e dos mestres e a observação da sociedade. Tinha-se Deus esquecido de nós? A mulher portuguesa ignorava, porventura, esses delicados affectos, essa arte instinctiva, com que o espirito feminil attrahe para o bem a infancia desprevenida, e lhe suavisa as asperezas inevitaveis do primeiro ensino? Dir-se-hia, acaso, que o typo da mulher mãe e mestra não existia em Portugal, ou existia em regiões tão elevadas, e por excepção tão singular, que descobrir no país quem pudesse desempenhar as graves funcções de educadora seria um problema insoluvel? Se assim fosse, a familia não existiria entre nós senão por excepção, porque, a primeira e impreterivel qualidade da mãe de familia é possuir o instincto e os dotes de educadora. Onde se não dá essa condição, a familia não passa de uma juxtaposição de pessoas. Acreditar que esta fosse a nossa situação; que poderia ser a

situação de algum povo, seria presuppor um absurdo. Não se partiu, de certo, de semelhante hypothese para a introducção em Portugal das irmãs de caridade francesas. E se assim foi, digam-nos que meios empregaram para verificar a existencia de tão monstruoso facto?

Foi essa introducção apenas um capricho, uma puerilidade? Capricho, leveza pueril, poderia ter-se reputado, se a indignação, manifestada desde logo pelo sentimento nacional ferido, houvera ensinado a prudencia. Mas o sentimento publico só despertou coleras indiscretas e declamações apaixonadas. Isto prova que o facto não nascera de irreflexão; que fora calculado, discutido, apreciado, nos seus motivos e nas suas consequencias. Buscava-se o bem ou o mal; mas buscava-se alguma cousa importante. Podiam as pessoas que figuravam naquelle empenho não medir o seu alcance; mas atrás dellas estava decerto quem o medisse, e que talvez guardasse para si previsões e esperanças que não lhes revelava.

Nasceria o facto do desejo de dar a conhecer ao país systemas e methodos mais perfeitos de educação physica e intellectual? Cremos que se devem estudar os systemas de educação estrangeira, e adoptar aquillo que nelles for verdadeiramente util e applicavel a Portugal.

Mas para isto não bastam nem servem algumas irmãs de caridade francesas collocadas á frente de um asylo-eschola. Suppondo que a França fosse o país classico da pedagogia, o que é mais que duvidoso [1], seria das escholas normaes de mestras que alumnas nossas poderiam trazer a Portugal os aperfeiçoamentos de que carecessemos, ou alumnas dessas escholas vir introduzi-los, não num asylo-eschola, mas numa eschola normal.

A lei francesa de 15 de março de 1850, promulgada no meio do terror do socialismo, lei organica do artigo constitucional que proclamava a liberdade do ensino, permittiu ás congregações religiosas o magisterio sem a habilitação das escholas publicas. Queria-se oppor o ensino clerical ao do professorado secular, que, na escala inferior, tendia, conforme se affirmava, para as ideias socialistas.

---

[1] O artigo 48.º da lei de 15 de março de 1850, que hoje rege a instrucção publica em França, prescreve que nas escholas primarias do sexo feminino se ensinem os trabalhos de agulha. Segundo o commentador Rendu, esta disposição da lei é uma *feliz innovação*. Saibam as mestras portuguesas que os legisladores franceses descobriram em 1850 que as meninas devem aprender a coser, a bordar, etc. As irmãs de caridade introduzidas em Portugal em 1858 foram de certo educadas antes de 1850. Saberão ellas fazer uma camisa? Cremos que é licito perguntá-lo.

O titulo de capacidade das irmãs de caridade francesas para o magisterio está nas prescripções dessa lei de reacção fundada no medo, prescripções que, aliás, qualificam do mesmo modo os individuos de ambos os sexos pertencentes a quaesquer outras congregações religiosas. Especialmente, as irmãs de caridade não teem habilitação alguma official como educadoras: teem apenas as provisões geraes da sua regra; mas nem essa regra indica systema algum de ensino, nem temos meio nenhum de verificar a bondade dos que seguem, se alguns seguem, a não ser a auctoridade da congregação lazarista, e as vagas affirmativas dos partidarios da educação clerical.

Que se pode esperar das congregações religiosas como instrumentos da educação? A circular do ministro de instrucção publica em França, de 19 de agosto de 1850, diz: — «Pelo que respeita á creação de mestras, as escholas normaes e os cursos normaes que existem teem feito serviços assás positivos para não se poder duvidar de que os recursos para manter essas escholas sejam facilmente votados» — e o commentador da lei de 15 de março, Rendu, accrescenta: — «A utilidade destas escholas normaes é tanto mais apreciada quanto é certo que em quasi todos os departamentos ha falta de mestras, falta provada pela experiencia

diaria.» — O governo, portanto, que procurou entregar quanto fosse possivel a educação ao clero, appella especialmente para os antigos institutos seculares, e põe nelles a sua esperança de poder subministrar á França mestras habeis, ao passo que um dos homens mais competentes na materia nos revela que ellas faltam em quasi todos os districtos administrativos do imperio. Mas que fazem essas vinte ou trinta congregações a quem se tiram todas as restricções no ensino, e que devem salvar as gerações futuras da impia educação secular? A regra de S. Vicente de Paulo não excluiu o patriotismo. Enviando a este país inhospito e barbaro seis irmãs de caridade habilitadas para educadoras, o geral dos lazaristas privou a França dos seus serviços e trahiu o proprio dever, senão para com Deus, de certo para com a patria.

O que, porém, na realidade a circular do ministro e as palavras de Mr. Rendu provam é que o progresso da educação em intensidade e em extensão não ha-de nem póde vir de se entregar o magisterio ás corporações religiosas, cuja impotencia no meio da liberdade de ensino que se lhes concedeu, sem garantias sequer para a sociedade, os factos estão demonstrando. Pode e ha-de vir de institutos seculares liberal e fortemente organizados.

A civilização gradual e crescente das sociedades pela educação popular é uma das primeiras questões do governo, e não uma intriga de sacristia. Se ha países onde as paixões politicas a reduzissem a essas dimensões, deploremos os seus destinos, mas abstenhamo-nos de os imitar.

Assim, considerada pelo lado pedagogico, a introducção das irmãs de caridade francesas não correspondeu a nenhuma ideia de progresso; não satisfez a nenhuma necessidade da educação popular. Fugir-se-ha desta questão suprema para a de simples caridade? Dir-se-ha que o estabelecimento que serviu de pretexto á introducção desses frades e dessas mulheres não é propriamente um instituto de ensino, mas de beneficencia? Todos os absurdos se podem dizer quando se defende uma ruim causa, mas, em tal caso, porque excluir a mulher portuguesa? Porque reputá-la incapaz de carinho, de aceio, de religião, de moralidade? É licito, porém, admittir-se que o asylo entregue ao lazarismo seja apenas um abrigo para a indigencia material? As casas de asylo são essencialmente institntos de educação. O mais superficial exame da sua indole o está provando. Se os homens da reacção ignoram até isso, citar-lhes-hemos uma auctoridade insuspeita para elles, a do actual

governo francês. O decreto do imperador Napoleão de 21 de março de 1855 diz: — «As casas de asylo, quer publicas, quer livres, são institutos de educação», — e a circular de Mr. de Fourtoul de 18 de maio do mesmo anno declara-as — «casas de educação primeiro que tudo.» — De certo não seriam nem o senso commum, nem a opinião que prevalece em França que auctorizariam os fautores da educação lazarista a considerar o asylo confiado ás irmãs de caridade como simples instituto de beneficencia.

Se accusar as mulheres de um país em peso de falta de capacidade natural para a educação da infancia, equivale a negar a possibilidade da existencia da familia, e portanto da sociedade, proposição de tal modo absurda que por si propria se refuta; se manifestações inequivocas nos provam que a introducção das irmãs de caridade francesas não foi um acto de capricho ou de inconsideração; se nem as doutrinas nem os factos relativos a tão grave assumpto legitimam aquella importação estrangeira no interesse do progresso do ensino, que resta para a explicar senão um pensamento de reacção social, pensamento que se tem, em asumptos analogos, manifestado na Belgica e no Piemonte, e que triumpha por outras partes?

Mas o que quer esta reacção? Para onde caminha? Até onde vai? É o sentimento christão que se pretende avivar, restaurando por elle a moral positiva e practica? É a fé amortecida no animo das multidões, que por um impulso sublime de caridade se lhes quer restituir em toda a sua benefica energia, como guia, consolação e esperança, no meio das miserias da vida? Não é nada disso. Se o fosse, esta Associação, justamente porque é composta de liberaes sinceros, de homens de ordem, de justiça e de paz, seria tambem reaccionaria. A reacção é o catholicismo posto ao serviço dos interesses mundanos; é uma parte importante do clero que se deixa assoldadar pelo absolutismo com a esperança de que, fazendo retroceder os povos até o estado social que precedeu a liberdade, poderá um dia recuar ainda mais longe e restabelecer a supremacia clerical sobre o poder civil. É, por outro lado, o absolutismo, que, servindo-se dessa parte do clero e da poderosa arma da religião, procura restaurar o proprio predominio, persuadido de que, depois de obtido o triumpho, conterá o seu perigoso alliado pelos mesmos meios que outr'ora empregou para o domar, a resistencia energica ás suas pretenções, e a participação generosa nos proventos dos abusos, violencias, espoliações,

e vexames com que por seculos flagellou a humanidade. A reacção é o abraço refalsado de dous poderes que se hostilizaram, que se perseguiram, que alternadamente se esmagaram muitas vezes durante seculos, e cuja paz nos ultimos tempos era apenas uma tregua que tacitamente ajustara a corrupção. O direito divino da monarchia absoluta e a supremacia do chefe da igreja sobre os monarchas são duas ideias que repugnam entre si; que ainda hoje mutuamente se condemnam na região das theorias, como durante sete seculos os seus representantes se tinham amaldiçoado, injuriado, despedaçado mutuamente, em nome de dous principios contradictorios, que se diziam ambos emanados do céu. O absolutismo e o ultramontanismo, dando um abraço fraterno, demittiram a historia. A desgraça aconselhava-lhes a união. Guardaram para tempos mais prosperos os odios mutuos, filhos de mutuos aggravos, e no vacuo que lhes deixava nos corações aquelle antigo sentimento ficou mais á larga o rancor contra a liberdade. Na lucta gigante que emprehenderam, para fazer retroceder a torrente impetuosa das gerações e das ideias, empregam a arte e a dissimulação onde lhes falta a força; a força onde a arte e a dissimulação se escusam. Onde e quando cumpre, o absolutismo pros-

titue e compromette a monarchia em serviço do recente alliado; o ultramontanismo prostitue e compromette a religião em vantagem do seu implacavel adversario de outr'ora. Os defensores do throno absoluto somem cuidadosamente debaixo dos degraus delle os processos, as sentenças, as providencias, as leis, com que, unanimes, os tribunaes catholicos e os soberanos da Europa fulminaram e anniquilaram a sociedade dos jesuitas, como um gremio de homens corruptos e criminosos: o jesuitismo esconde nos recessos mais escusos das casas-professas as vastas bibliothecas da litteratura do regicidio, os volumes pulverulentos de Bellarmino, de Suares, d'Escobar, de Molina, de Juvenci, de Busenbáum, de Lecroix, de Mazotta, e dos outros escriptores, dos bons tempos da companhia de Jesus. A sancta alliança pode não ser duradoura, porque as reservas casuisticas estão atrás della; mas é intima e forte. Abonam-na os custosos sacrificios feitos pelos dous alliados sobre o altar da concordia.

Um homem de estado dos maiores da Europa, o maior talvez do seu país, cujos destinos dirigiu largos annos, tão probo e moderado como escriptor, quanto o foi na vida publica, descreveu com rapidos traços, num livro recentissimo, o caracter da reacção cle-

rical e absolutista a que impiamente foi sacrificado o sentimento religioso que renascia em França. «O mal que ainda dura — diz Mr. Guizot — apesar de tantas procellas e de tanta luz vertida, é a guerra declarada por uma porção consideravel da igreja catholica de França á sociedade francesa actual, aos seus principios, á sua organização politica e civil, ás suas origens e ás suas vocações... Em nenhum tempo houve guerra de tal natureza mais desarrazoada e inopportuna... O movimento que reconduzia a França para o christianismo era sincero e mais grave do que parecia... Entregue a si, e sustentado pela influencia de um clero que só se preocupasse de renovar a fé e a vida christã, aquelle movimento teria grandes probabilidades de se propagar, e de restituir á religião o seu legitimo imperio. Mas, em vez de se conservarem nesta lata esphera, muitos membros do clero catholico e seus cegos partidarios desceram a questões mundanas, e mostraram-se mais ardentes em repor no antigo molde a sociedade francesa, com o intuito de restituir á igreja a anterior situação, do que em reformar e dirigir moralmente os espiritos[1].»

---

[1] *Mémoires*, tom. 1.º, pag. 272 (1858).

Esta sentença fulminada por uma altissima intelligencia, por um nobre caracter, collocado por muitos annos numa posição sem igual para ajuizar com segurança das tendencias e fins de todas as parcialidades do seu país; esta affirmativa tremenda de um homem de bem assentado na borda do tumulo, é tão verdadeira, como triste para nós os que, sem intenções reservadas, amamos o catholicismo, como crença de nossos paes, como religião unica na constancia e unidade de doutrina, e cujos dogmas, precisos, indubitaveis, completos, se teem conservado immutaveis por mais de dezoito seculos, desde os tempos apostolicos até agora, no meio das heresias, das variações, das superstições, nascidas hoje para se desmentirem, se alterarem ou desapparecerem ámanhã. O facto descripto pelo grande historiador da civilização repete-se em Portugal. Perverteram-se aqui como lá as tendencias christãs, que se manifestaram depois dos graves acontecimentos de 1833, para se ir tentando gradualmente a restauração de certas formulas sociaes e politicas, de certos abusos escandalosos condemnados e destruidos irrevogavelmente. Faz-se guerra á sociedade portuguesa actual, aos seus principios, á sua organização politica e civil, ás suas origens e ás suas vocações. Faz-se intervir a religião

em questões mundanas, e pensa-se mais em repor no antigo molde a sociedade portuguesa do que em reformar e dirigir moralmente os espiritos.

A corrupção de uma parte preponderante do clero, a sua participação nas rapinas, nas violencias, nas extorções fiscaes dos antigos tempos, a sua devassidão, o seu luxo, e por fim os seus esforços insensatos a favor do absolutismo, levados até a cooperação armada, fizeram com que elle se achasse debaixo das ruinas do edificio que a liberdade desmoronou no dia assignalado pela justiça de Deus. O partido liberal não desejava encontrar lá o clero; mas tambem não perguntou quem tinha ido abrigar a cabeça debaixo do tecto maldicto. Confundem facilmente os espiritos vulgares a ideia com a manifestação, a doutrina com o homem. O povo confundiu até certo ponto o altar com o ministro, e confundiu-o justamente, porque por muitos annos a porção coorrupta do clero fizera escudo do altar. O sentimento religioso esmorecera. A mocidade intelligente ousou então pedir paz para o innocente, perdão para o culpado, respeito para a cruz. Uma parte dos vencedores riram-se, e todavia a supplica era sincera. Ouviu-a Deus. No fim de tempos o sentimento christão dominava no liberalismo. A littera-

tura de quinze annos, e a imprensa periodica desta epocha ahi estão para responder por nós quando o futuro tiver de julgar a reacção e a liberdade. Os espiritos mais nobres e mais illustrados do partido do progresso social comprehendiam, emfim, uma verdade simples, que as paixões haviam offuscado; comprehendiam que o christianismo e a liberdade eram a prolação do evangelho; eram dous irmãos que os maus tinham inimizado, e que cumpria reconciliar. De todas as obras do progresso, a mais grave, a mais fecunda, a mais civilizadora era esta. Mas, incorrigivel aqui, como em França, como por toda a parte, o velho partido da corrupção na igreja, que fizera já uma vez paz com o absolutismo, porque o absolutismo tinha ouro, tinha grandezas, tinha esplendores para o saciar, apertou mais energicamente os laços que o ligavam a elle. Aterrava-o a ideia de que a religião pudesse erguer-se pura e illesa do seio das revoluções sociaes. Rendia pouco uma religião assim. Correi as publicações chamadas religiosas feitas neste país ha vinte e cinco annos; vereis que as suas tendoencias, as suas manifestações de sympathia são, talvez sem excepção, para o ultramontanismo, isto é, para o despotismo na igreja e para a monarchia de direito divino, isto é, para o despotismo na sociedade. Excluem-se

os dous principios em theoria; excluiram-se por seculos nos factos: mas que importa isso aos grandes incredulos chamados os defensores da religião? Se gosarem dous dias neste mundo, que lhes importam os males futuros dos povos? Que lhes importa que d'aqui a cem annos a thiara role no lodo aos pés do throno dos reis, ou que as corôas se revolvam no pó aos pés do solio pontifical?

D'ahi veio a guerra implacavel e tenaz feita á liberdade. Onde esta se debilitou pelo excesso temporario de vida, até degenerar em licença e em ameaça á sociedade, a reacção, que fora até então vencida, venceu a final. E tão completamente venceu, que já nos horizontes apparecem, como consequencias inevitaveis dessa victoria, os primeiros signaes da lucta entre o sacerdocio e o imperio, ou antes, entre os dous despotismos, que, por força da propria indole, são obrigados a aggredir-se desde que se equilibram. Nos países onde a liberdade é forte, porque é moderada, como na Belgica, no Piemonte e em Portugal, o definitivo triumpho será mais difficil para os reaccionarios, se o partido liberal, sejam quaes forem as suas dissenções intestinas, não caír nas exaggerações politicas, e se conservar unido em frente da reacção.

Por muito tempo foi esta apreciada mal en-

tre nós, porque as suas manifestações eram desconnexas, intermittentes, Appareceram, desappareceram, renovaram-se certas imitações peregrinas, certas confrarias e associações do sexo feminino, nas quaes um singular perfume de mysticismo se accommoda aos habitos e costumes luxuarios que dá a opulencia. A devoção é ahi diversão de certas classes, a quem o berço e a fortuna habilitaram para se esquivarem á dura comminação do trabalho imposta no Genesis. Publicações devotas e quasi romanticas, traduzidas do francês, e onde nem sempre a pureza severa da crença catholica é respeitada, feitas com a elegancia typographica dos prelos franceses vieram expulsar do mercado aristocratico o antigo livro de rezas português, grosseiro na fórma, rude no aspecto, singelo na phrase. A reacção civiliza-se. Alguns dos verdadeiros amigos do altar e do throno, que refugiados em Paris, vertiam ou architectavam, em lingua proximamente portuguesa, essas maravilhas do mysticismo francês, já foram recompensados por prelados nossos dos seus serviços á boa causa politica e á causa religiosa. Aquelles varões apostolicos não recusaram o amplexo fraterno á Igreja lusitana arrependida. Esperemos que os mais colericos e pertinazes não continuem a negar

ao arrependimento o osculo de paz. O povo não esqueceu á reacção: a caridade desta estende-se a todos e a tudo. Trovejando contra a sociedade moderna, missionarios analphabetos sobem aos pulpitos dos povoados e dos campos, e ora se occultam, ora resurgem como fogos fatuos. Os milagres tinham militado no campo da reacção em França, na Allemanha, e na Italia: não podiamos por isso dispensá-los. Os milagres, porém, entre nós foram de mau gosto: os fabricantes eram inexpertos, e a impiedade da sciencia inutilizou a obra[1]. Reconheceu-se que eram soldados de pouco prestimo. Mas a agencia da associação francesa da propagação da fé fazia alistamento de tropas mais solidas; e se inferirmos da verba total da contribuição paga por Portugal àquelle instituto, attendendo á exiguidade da quota,

---

[1] A maravilha da Serva de Deus, que fazia milagres de dysuria, adornados pelas cores do prisma, incommodou a policia de Lisboa. Recolhida ao hospital a sancta mulher, os facultativos descobriram com facilidade a origem da maravilha. O negocio supitou-se para evitar o escandalo. Entretanto a auctoridade do districto de Coimbra, applicava a um sancto vivo, que começava a disparar milagres naquelle districto, o celebre distico:

De par le roi, défense á Dieu
De faire miracles dans ce lieu.

não se podem calcular os seus adeptos neste país em menos de quatorze ou quinze mil individuos[1]. O nexo apparente que une esta vasta associação é a contribuição para as missões francesas e a leitura dos *Annaes da Propagação da Fé,* tecido de embustes, já desmascarado por um missionario, o padre Gabet, e por outros escriptores. Os *Annaes,* especie de Carlos-Magno da reacção, servem para manter com patranhas a confiança dos adeptos na influencia da associação, na grandeza dos seus recursos, e no zêlo dos seus missionarios, mas ainda mais lhe devem servir para calcular as forças de que pode dispor em cada país, e para manter sem custo por toda a parte uma jerarchia de agentes, cujos serviços utilize nas occasiões opportunas, como, por exemplo, em grangear assignaturas a favor de alguma tentativa reaccionaria.

Estes meios, sem exceptuar os proprios milagres, e além delles outros, taes como os trabalhos occultos da sociedade cujos gremios se denominam *capellas,* especie de maçonaria ao divino, de ha muito organizada, ou como as

---

[1] A quota dos membros da associação da propagação da fé não excede a 480 réis annuaes, e o producto destas quotas remettidas para França tem subido alguns annos a 8:000$000 réis.

invectivas diarias de certa parte da imprensa ignobil e da imprensa politica, dirigidas contra as instituições liberaes, e ainda alguns desabafos, mais ou menos violentos, na imprensa litteraria, a proposito deste seculo ferreo, que não desconjuncta no potro, não pendura no patibulo, não esquarteja nem queima ninguem pelos erros ou acertos da sua intelligencia; tudo isso eram e são manifestações da reacção que vai lavrando; mas o partido liberal podia e devia tolerá-las, embora nem sempre fossem alheias á sancção do codigo penal. Era ao governo que pertencia submetter esses factos á apreciação dos tribunaes; e todavia, não queremos invectivá-lo pelo seu desleixo ou indolencia nesta parte. Se ha alguma circumstancia em que aos magistrados se deva perdoar a frouxidão no cumprimento de leis, ás vezes demasiado severas, é quando a applicação dessas leis pode comprometter aos olhos da consciencia publica a doutrina evangelica e liberal da tolerancia. Mas ao lado destas diversas manifestações ostensivamente desconnexas, e mais ou menos particulares, appareceram outras de maior gravidade, porque mostravam que o mal havia invadido tambem as regiões officiaes. Uma das primeiras em data e em ponderação foi o convenio de 21 de outubro de 1848, monumento de subserviencia,

onde o plenipotenciario português tolerava que o ministro do governo papal escrevesse a insolente qualificação de *odiosa* em relação à uma lei vigente do reino; onde se pactuava um compromisso vergonhoso ácerca do arcebispo de Goa, que se houvera com valor repellindo as doutrinas subversivas e as espoliações brutaes dos agentes da Propaganda na sua provincia do oriente; onde a curia ousava fixar, não só congruas a membros da jerarchia ecclesiastica da igreja portuguesa, mas até a remuneração de simples funccionarios; onde se estatuia a manutenção de corporações religiosas e a faculdade de novas profissões, em contraposição ás leis do reino; onde, finalmente, se consentia que o nuncio chamasse *escandalo* a annunciar-se a venda dos bens nacionaes, que tinham pertencido ás corporações de mão morta, acceitando-se a validade das doutrinas ultramontanas a tal respeito, e conculcando-se a auctoridade legitima do poder civil. Neste acto, porém, a reacção não medira bem a extensão dos seus recursos. O governo viu-se constrangido a enganar o parlamento, escondendo-lhe as condições mais repugnantes desta deploravel negociação [1].

---

[1] No relatorio feito ás cortes pelo ministro dos negocios estrangeiros em 1849 vem o texto mutilado do

Entretanto a curia romana e com ella o partido reaccionario tinham dado um grande passo; tinham feito amaldiçoar os principios que haviam presidido á grande revolução social de 1834, por um governo cuja legitimidade moral e, portanto, cuja força derivavam justamente do predominio desses principios. Seguir com prudencia a victoria é de general habil. O arcebispo de Goa foi compellido a condemnar perante o papa tudo quanto dissera e fizera na India em defesa dos seus irrefragaveis direitos metropoliticos, comprando por esse preço a coadjutoria e futura successão da mitra de Braga. Estatuira-se que se creasse uma delegação de nunciatura em todas as camaras ecclesiasticas, e esta novidade realizou-se, ao menos em parte. Os proventos moraes da bulla da cruzada, das dispensas de Roma, e de outras concessões igualmente importantes caíram como chuva benefica sobre o solo arido de Portugal. Os proventos materiaes, esses caíram cá e em Roma, mas com a devida selecção de favorecidos. O ultramontanismo ganhara muito, e as cousas ficavam

---

convenio de 21 de outubro de 1848, d'onde foi transcripto para a *Collecção de Tractados* do sr. Borges de Castro (tom. 7, pag. 221). O texto por integra appareceu no jornal *O Paiz*, em agosto de 1851.

encaminhadas para novos triumphos; mas era preciso contar com um elemento indispensavel, o tempo. Era preciso deixar funccionar o mysticismo francês, as confrarias romantico-religiosas, a imprensa temente a Deus, os milagres, os padres emigrados, a associação da propagação da fé: era preciso augmentar o producto bruto da bulla da cruzada, e o producto liquido das sanações e dispensas; a reacção bem sabia para quê [1]. Era preciso, sobretudo, ir viciando, gangrenando systematicamente o partido liberal, adquirindo nelle patronos e agentes occultos, illudindo os bons e inexpertos com as esperanças da restauração da moralidade, e comprando os ambiciosos, que estavam neste campo só porque não estavam no outro, com o prospecto de uma victoria definitiva, que, restabelecendo os vexames e espoliações do povo, e as sinecuras e esplendores que a revolução de 1833 tinha destruido, pudesse amplamente satisfazer tanto as grandes como as pequenas cubiças. Quando todo

---

[1] Nas especulações de exportação da bulla da cruzada o nimio zêlo dos corretores trahiu-se imprudentemente no confessionario, annos depois, o que obrigou o sr. Seabra, sendo ministro dos negocios ecclesiasticos e de justiça, a tomar severas providencias para reduzir aquelle commercio aos seus limites naturaes.

este conjuncto de elementos deleterios tivesse produzido sufficiente effeito, então poder-se-hia arrojar a mascara, e não se passar, como em 1849, pela humilhação de calar diante do parlamento as vantagens adquiridas.

Uma tentativa que por muito tempo ficou occulta, apesar do seu bom resultado, deu á reacção, tempo depois, a medida dos progressos que havia feito nas regiões officiaes. A audacia dessa tentativa, pura e exclusivamente ultramontana, está indicando que era uma experiencia. Acertando o golpe, a reacção clerical tirava d'ahi duas vantagens; obter uma nova victoria, e obte-la no mesmo terreno onde sempre fora repellida pelo seu recente alliado, o absolutismo, quando o absolutismo era o poder civil. Ficava assim este advertido de que no dia do commum triumpho, se tal dia tivesse de raiar, lhe cumpria ser mais docil para com as pretensões do ultramontanismo. Achava-se vaga a diocese de Aveiro, não existia alli cabido, a nomeação do vigario capitular devolvia-se, por isso, ao metropolitano, o arcebispo de Braga. Appareceu então uma bulla pontificia auctorizando o metropolita *como delegado da sé apostolica* para fazer aquella nomeação. Uma tal bulla, que constituia um attentado contra o direito canonico recebido no reino, que offendia

por mais de um modo as liberdades da igreja portuguesa, que vilipendiava a primeira, a mais illustre metropole do reino, apresentada ao governo na epocha do absolutismo, teria dado em resultado a saída do nuncio de Lisboa dentro de quarenta e oito horas; no governo liberal teve a confirmação régia, o *placet*. *Placet* a derogação virtual do direito ecclesiastico; *placet* a quebra dos fóros da igreja portuguesa; *placet* a affronta do soberano protector e defensor dessa igreja; *placet* a confissão de que Roma triumphou emfim numa lucta de sete seculos. Politicamente, o governo que sanccionou semelhante escandalo, era responsavel por elle; moralmente não. Não ha responsabilidade desta especie onde não existe a faculdade de apreciação.

Coincidindo com este facto, facto gravissimo, não tanto pelo seu objecto como pela sua significação, caminhava-se nas trevas para se realizar outro de igual significação, mas cuja importancia material era sem comparação maior. Falamos da concordata sobre o nosso padroado do Oriente. É um facto assás recente e assás estrondoso para estar na memoria de todos. Na imprensa e no parlamento fez-se conhecer de modo innegavel a monstruosidade dessa convenção desastrosa. Nunca o ultramontanismo havia obtido mais

decisivas vantagens. Repetir aqui as ponderações que opportunamente se fizeram a este respeito fora escusado. O que importa agora é notar com certa individuação o que nas discussões que então se alevantaram e que induziram a camara dos deputados a inutilizar a concordata, rejeitando algumas das suas provisões mais escandalosas, não se fez sentir senão accidentalmente, isto é, a influencia que tinha na politica geral da Europa aquella nova e mais audaz tentativa da reacção ultramontana. O pensamento da concordata reduzia-se, na sua expressão mais simples, a deixar subsistir na incerteza o exercicio do nosso direito de padroado nas igrejas catholicas da India, e a privar-nos desse direito nas regiões transgangeticas, especialmente na China. Na India, as luctas do clero português com o clero ultramontano perturbavam a paz publica no terriorio inglês, e as decisões dos tribunaes ingleses, quando questões dessa ordem eram levadas perante elles, decididas sempre a nosso favor e conforme a justiça, não podiam obstar á repetição das desordens, que a associação da propagação da fé de Paris e Lyão e a Propaganda de Roma indirectamente alimentavam e alimentam com toda a especie de auxilios que enviam aos seus agentes naquellas partes. Na India, a conser-

vação do *statu quo* era uma vantagem para a reacção, porque as turbulencias que suscita a contenda teem tres resultados importantes: disfructar o partido ultramontano, por pouco ou por muito tempo, os bens e rendimentos de igrejas numerosas e em grande parte opulentas, incommodar uma nação liberal e catholica no exercicio de um direito que com justiça se lhe não pode disputar, e manter mais um elemento de desordem nos estados indicos da Grã-Bretanha liberal e protestante. Na China, a questão revestia-se de outras circumstancias, e tomava diversa fórma. Ahi era necessario destruir a influencia moral dos nossos bispos e missionarios; influencia antiga, radicada e até acceita na propria côrte de Pekin, onde mais de uma vez esses bispos e missionarios tinham sido revestidos de cargos importantes na jerarchia dos funccionarios civis. A nossa influencia na China não podia de certo ser util ao anglicanismo; mas era-o sem duvida aos interesses materiaes da Inglaterra. Nação pequena e por consequencia inhabilitada para disputar preponderancia e preferencias politicas naquella vasta e populosa região, que se acaba de abrir ao commercio e ás combinações diplomaticas dos estados da Europa, não podia a influencia moral que alli houvessemos de exercer por meio da reli-

gião ser adversa aos intuitos commerciaes e politicos da Inglaterra. A alliança sincera de Portugal com a patria de Nelson e de Wellington é indestructivel, porque procede, não só das tradições historicas e da analogia de instiuições politicas, mas tambem da força das circumstancias actuaes. A origem dessa intima alliança tem a data escripta no mais grandioso monumento do país. A Batalha recorda-nos que ha um pacto perpetuo assellado com sangue entre Portugal e a Inglaterra. Quando o povo português deixar de ser o irmão e o amigo do povo inglês, tem que derribar primeiro o templo de Sancta Maria da Victoria, e de lá, de cima das suas ruinas, sobre os ossos de D. João I, o arauto da discordia tem a annunciar ao mundo que esse velho pacto expirou. Ha perto de quatro seculos, nos campos de Aljubarrota e em frente dos esquadrões franceses e castelhanos, a invencivel infantaria inglesa jurava com os cavalleiros portugueses que esta terra seria livre, e uns e outros cumpriam heroicamente o seu voto. Nesta epocha, porém, de actividade, de industria, de trabalho liga-nos aos alliados do mestre d'Avis, do rei mais nobre e mais português da nosso historia, não só as reminiscencias do passado, mas tambem os interesses materiaes do presente. A Inglaterra é a con-

sumidora dos nossos productos; nós, os consumidores de uma pequena parte da immensa producção industrial inglesa: nós levamos ao mercado de vinte e sete milhões de individuos a melhor parte do que nos sobeja da nossa producção agricola; elles entregam num mercado de quatro milhões de homens em productos da sua industria ou em metaes preciosos o equivalente do que nos convém vender-lhes. A nossa vida economica tem uma relação tão intima com a vida economica da Grã-Bretanha, que não se comprehende sequer como se poderiam hostilizar os interesses dos dous povos na extremidade da Asia, ainda suppondo que coubesse nas nossas forças contrastar alli o poder colossal da Inglaterra.

Assim a reacção sabia que as influencias religiosas, influencias mais efficazes naquellas regiões remotas do que geralmente se cuida, não as podia empregar em damno da Grã-Bretanha, da sua mortal inimiga, se o nosso direito de padroado nas igrejas catholicas da China fosse respeitado. Espoliava-nos, pois, desse direito, com a acquiescencia dos seus adeptos em Portugal, emquanto centenares de lazaristas, de jesuitas e não sabemos de que outras congregações italianas e francesas velejavam para o oriente ao lado das esquadras britannicas que iam abrir aquelle immenso

mercado ás especulações da Europa. Se o governo de Inglaterra não comprehendeu então o que significava a espoliação do padroado do Oriente feita ao seu antigo alliado, o povo inglês ficará algum dia sabendo á sua custa a connexão que esse negocio tinha com os seus futuros interesses.

Taes foram os mais notaveis factos dos que ha muito denunciavam a obra reaccionaria nas regiões do poder. Essas tendencias ultramontanas e anti-liberaes teem tal permanencia, constituem uma serie de actos tão logicos e concatenados entre si, através de todas as modificações de homens e partidos proprias do governo representativo, que se torna facil chegar a uma triste illação. É que esses factos não procederam das diversas administrações que teem succedido umas ás outras no decurso de dez ou doze annos. A culpa real dos individuos a quem cabe a responsabilidade politica de tantos erros e vergonhas é unicamente a de terem ambicionado ou de terem acceitado funccções superiores á sua capacidade. A ideia, o intuito inflexivel e fatal residia e reside forçosamente em funccionarios menos elevados, porém mais permanentes, ou em influencias occultas, que actuam constantemente na gerencia dos negocios publicos, e que reproduzem ahi de modo mais serio as outras

manifestações, na apparencia irregulares e desconnexas, da reacção.

É destes precedentes que principalmente deriva a gravidade do facto da introducção das irmãs de caridade francesas em Portugal, introducção que, segundo já mostrámos e continuaremos a mostrar, não se pode reputar alheia á conspiração organizada neste país contra a liberdade; que não é, que não pode ser senão uma nova phase della. Nada mais logico da parte dos reaccionarios do que, ao passo que aggrediam a sociedade actual, começarem a preparar o terreno para futuras victorias apoderando-se da educação. Havia tempos que se dera principio á empresa inspirando a pessoas piedosas e collocadas em alta jerarchia o desejo de sollicitarem do governo, não a permissão de augmentar e organizar melhor o instituto português das irmãs de caridade, porque este apenas serviria para satisfazer aos preceitos de utilidade practica da regra de S. Vicente de Paulo, mas sim a admissão de irmãs de caridade francesas, instrumentos cegos dos lazaristas, muitos dos quaes pouco depois se dirigiam ao Oriente para recolher o fructo da expulsão do clero português de uma parte das nossas igrejas da Asia. O mais difficultoso do negocio era que essas pobres mulheres deviam, em conformi-

dade com a disciplina da ordem, ser acompanhadas de alguns daquelles membros da congregação das missões que se não tinham reputado necessarios para combater em regiões longinquas o nome português e os direitos da corôa de Portugal, país que aliás a côrte de Roma declarava officialmente schismatico, numa especie de circular aos vigarios apostolicos da India [1], na mesma conjunctura em que, por intervenção do seu nuncio em Lisboa, negociava comnosco a famosa concordata que tinha por fim principal hostilizar o predominio da Inglaterra na Asia. Diz-se que houve resistencias á nova pretensão, mas cedeu-se por fim a poderosas influencias, e as irmãs de caridade francesas, acompanhadas dos seus mentores, não tardaram em chegar a Portugal, em parte para tomarem conta do novo asylo de orphãos que se creara, em parte com o pretexto do serviço dos hospitaes. A reacção ganhara outra victoria, na apparencia mais obscura, mas a mais importante de todas nos seus resultados.

Temendo, todavia, a irritação publica, o partido ultramontano appellava para a imprensa,

---

[1] Veja-se a circular da congregação *De Propaganda Fide* de 4 de junho de 1857, a p. 75 do *Additamento ás Reflexões sobre o padroado portuguez no Oriente.*

não só para a imprensa ignobil e para a imprensa politica, mas tambem para a litteraria. Apotheoses das irmãs de caridade e dos lazaristas franceses precediam e acompanhavam a sua entrada no reino, e essas apotheoses, espalhadas pelas columnas dos jornaes, tomavam ás vezes a fórma de livro, e apresentavam-se ao mundo com pretensões de estylo e de philosophia. Ahi o liberalismo, verberado despiedadamente, era confundido e anniquilado. Ponderavam-se os serviços das irmãs de caridade nos tumultos de Paris e nos arraiaes da Criméa, e dessas premissas concluia-se, com logica admiravel, que ninguem era mais apto do que ellas para educar a infancia e regenerar a mulher em Portugal. Taes escriptos não passavam de um tecido de puerilidades; mas provavam ao menos, pela data em que começaram a apparecer, e pela epocha em que se espalharam debaixo de outra fórma, que, se á reacção faltavam recursos intellectuaes para tornar plausiveis as suas doutrinas, não lhe falleciam bons desejos de as inculcar.

Apesar de ter esse lado ridiculo, a questão não perdia nem a sua importancia nem a sua gravidade. Certas associações, compostas de pessoas respeitaveis pela pureza das suas intenções, mas altamente incompetentes para

apreciarem o valor dos factos á luz dos grandes interesses sociaes, tinham experimentado subitamente, synchronicamente, e em logares do reino assás remotos entre si, um sentimento, uma convicção profunda e irresistivel da urgentissima necessidade da introducção do lazarismo em Portugal. Se não suppusermos quasi um milagre, como acreditar na espontaneidade desta inspiração simultanea? Evidentemente na penumbra dessas diversas associações havia uma entidade, uma ideia, um designio, que as illudia e as inspirava. E o que podia ser, senão a reacção, já em tantas questões e por tantos modos manifestada?

Não é a esta Associação que pertence accusar, nem pedir a responsabilidade das diversas administrações que serviram de doceis instrumentos ao partido ultramontano. Essa responsabilidade vem de longe. Temos fé nas instituições. Incumbe ao parlamento manter a fiel execução das leis do reino; pertence-lhe a manutenção dos principios politicos que o regem. Não nos associámos para o substituir. O partido liberal o que faz é preparar-se para uma lucta a que foi longamente provocado, e que as instituições lhe permittem acceitar. Se os parlamentos passados, se o parlamento presente teem até hoje

julgado opportuno oppor apenas resistencia passiva ás entrepresas da reacção, é possivel que amanhã se erga tremendo e inexoravel para punir mais de um culpado. Como cidadãos, os membros desta Associação são tambem juizes dos representantes do país na imprensa e juncto da urna; mas como corporação, os seus deveres e os seus direitos estão limitados, circumscriptos pelos fins que se propuseram. A reacção está illudida, se pensa, com os seus clamores, fazer-nos ultrapassar esta meta.

Entretanto a historia é do dominio commum, e os factos consumados são do dominio da historia. As leis do reino e o instituto das irmãs de caridade francesas são antinomicos, antinomicos na letra, e ainda mais no espirito. Antes de deferir ás supplicas em que se pedia que as leis fossem infringidas, o governo consultou alguns prelados. Era uma exorbitancia. O governo não tinha que consultar senão o codigo dos seus deveres, que inprudentemente rasgou á vista das informoções dos bispos. Deploramos o procedimento do poder executivo: não deploramos menos que as consultas dos prelados fossem publicadas, porque nos doe que o clero hierarchico, que os legitimos pastores possam subministrar á malevolencia suspeitas de fraqueza diante de in-

fluencias mundanas. Dizendo ao governo que as irmãs de caridade francesas não vinham estabelecer um instituto regular, os prelados não previam que os factos haviam em breve de desmenti-los. Affirmando que os membros da congregação da missão, visto prestarem obediencia ao ordinario, e delle receberem jurisdicção quanto aos actos externos do officio sacerdotal, podiam ser admittidos neste país, ultrapassavam os limites da sua competencia, invadiam as attribuições do procurador geral da corôa, e enredavam-se a si e ao governo num sophisma cujas consequencias tambem não previam. A questão não era se os lazaristas reconheciam a auctoridade do diocesano. Fazem-no assim hoje, porque sempre o fizeram. Impõe-lhes o cumprimento desse dever a propria regra [1]; e se tanto bastasse, poderiam admittir-se no reino os jesuitas, cujo instituto igualmente os obriga a reconhecer a jurisdicção diocesana [2]. A questão era se a base dos estatutos dos lazaristas e da congre-

---

[1] *Constitutiones Communes Congreg. Miss.* cap. 5.º, § 1.º, e cap. 11.º, §§ 4.º e 5.º.

[2] Cum ingressi fuerint loca ea, in quibus Ordinarii resident, eos quam primúm adeant, suamque operam illis submissè offerant, et facultatem ad exercenda societatis ministeria modestè ac religiosè petant. *Institutum societ. Jesu*, vol. I, pag. 376.

gação do sexo feminino, que elles dirigem, é ou não a obediencia cega, illimitada, absoluta, a um chefe para nós estrangeiro; se os individuos que professam esses estatutos podem entender a sujeição dos diocesanos de outro modo que não seja até o ponto em que ella se não ache em collisão com a vontade, ou simplesmente com os intuitos do geral, que para elles deve ser como um Deus na terra[1]. A questão era se a lei que aboliu em Portugal os regulares, e entre elles a congregação da missão, não é offendida quando se admittem neste país, para nelle permanecerem, homens que publicamente se proclamam membros de uma sociedade abolida, que publicamente usam dos trajos e de todos os signaes externos da sua ordem, e que assim affirmam a existencia de uma sociedade que a lei nega. O direito natural e a constituição do estado dizem que a manifestação do pensamento é livre, livres todas as acções que não penetram na esphera da livre acção dos outros, que a lei civil é destinada a garantir;

---

[1] Non solum quoad ejus voluntatem nobis notificatam, sed etiam quoad ejus intentionem. *Const. Com. Congreg. Mission.*, cap. 5.º, § 2.º, — tenebit pro certo voluntatem Dei sibi significari per voluntatem superioris. Ibid, § 4.º.

e a existencia dos lazaristas no meio de nós é uma affirmação publica de que são licitos pactos de escravidão mental contrarios ao direito natural e aos nossos principios constitutivos. O estrangeiro que vem viver no meio desta sociedade tem jus á sua protecção, mas tem tambem a obrigação de a reconhecer e de a respeitar. No foro intimo, na vida domestica, estrangeiros e portugueses podem ser jesuitas, mormons, lazaristas, ou o que bem lhes parecer: o foro intimo e a vida domestica são sanctuarios onde os poderes publicos não penetram. Mas essa condição fundamental da existencia de um povo livre não auctoriza ninguem para saír á rua, proclamando com as suas declarações officiaes, com os seus actos, e até com os seus trajos, que o direito natural não é imprescriptivel, que a constituição e as leis não teem validade moral. A providencia legislativa que supprimiu as corporações regulares não aboliu só os gremios compostos de um certo numero de individuos: aboliu a instituição, aboliu os estatutos, aboliu as regras. Quem se acingir publicamente a esses estatutos, a essas regras, seja um, sejam mil, está em contravenção com a lei.

Nem se diga que um ou muitos membros de congregações religiosas podem ter neces-

sidade de vir a este país sem que o poder publico haja de lhes tolher a entrada, ou de os obrigar a saírem antes de concluirem os negocios que os compelliram a habitar temporariamente entre nós. De certo, nenhum governo de nação civilizada procederia de tal modo; mas o primeiro cuidado desses individuos, se forem prudentes e honestos, será absterem-se de contrastar por manifestações externas as leis e os costumes da nação cujos hospedes são. Se procedessem de diversa maneira, o executivo, que tem o dever e o direito de exercer vigilancia sobre a ordem publica e sobre a execução das leis, teria o dever e o direito de os cohibir ou de os expulsar do país.

Pode, porém, a existencia de lazaristas e de irmãs de caridade francesas em Portugal considerar-se como um facto accidental e temporario? Os prelados, nas consultas que dirigiram ao governo sobre este assumpto, buscavam attenuar, sem effectivamente o conseguirem, os graves inconvenientes da entrada simultanea dos lazaristas e das irmãs de caridade, o que indica não julgarem possivel a separação dos dous factos. E de feito, é geralmente sabido que essa entrada se negociou primeiro com o geral dos lazaristas; que elle veio a este país tractar do assumpto;

que delle partiu a permissão da vinda daquellas mulheres. Emfim, o prelado de Lisboa dizia expressamente na sua consulta, que as irmãs de caridade francesas estão sujeitas ao geral da congregação da missão. Os defensores do lazarismo asseveram, portanto, com fundamento, que os dous institutos são inseparaveis. A existencia, a permanencia, a perpetuidade dos lazaristas em Portugal são consectarios forçados da existencia, da permanencia, da perpetuidade da congregação lazarista do sexo feminino. Assim a questão simplifica-se. Reduz-se a uma pergunta: — A admissão e a residencia em Portugal das irmãs de caridade do instituto francês é accidental e temporaria, ou importa o estabelecimento de um instituto permanente?

Se é uma residencia accidental e temporaria, onde estão as vossas magnificas promessas de regeneração moral para esta terra, onde a educação para a infancia, a conversão para a degenerada mulher portuguesa, a luz para nós todos, povo de ignorantes, de impios, de barbaros? É com seis mulheres que haveis de fazer essas maravilhas? Ou quereis que o geral da congregação da missão despovoe successivamente a França das irmãs de caridade e dos seus directores para nos restituir a luz da fé, a pureza dos costumes, a educação

christã, que, segundo parece, os successores dos apostolos, os successores dos discipulos, os representantes dos doutores primitivos, os pastores, em summa, de instituição divina deixaram perder, e que são, conforme dizeis, incapazes de restaurar? Não; vós não quereis collocar o chefe do lazarismo na dura collisão de arriscar a patria a novas invasões de impiedade, para dedicar os inexgotaveis thesouros do seu amor do proximo a gente peregrina e rude, que talvez não lh'o agradeça. Não; vós quereis plantar entre nós ao mesmo tempo ambos os institutos de S. Vicente de Paulo; quereis edificar para os séculos. É a modestia que vos obriga a envolver no mysterio os vossos generosos designios. A salvação das gerações futuras merece-vos tanta sollicitude como a das gerações presentes.

Um facto decisivo demonstra que isto é assim, e que os prelados comprometteram a propria veracidade affirmando o contrario. Entre nós existia uma congregação de irmãs de caridade sujeitas á auctoridade diocesana e só a ella, em conformidade das leis do reino. O titulo da sua instituição era legitimo, viviam em commum, tinham habito proprio, bens proprios. Era uma casa regular no rigor do termo. Esta congregação desappareceu. Nem a auctoridade civil nem a ecclesiastica

podiam aboli-la. Só a lei o podia, e não a aboliu. Dissolveu-se, extinguiu-se por si? Então a fazenda nacional deve ter tomado posse da casa da rua de Sancta Martha e dos poucos bens a ella annexos. Não aconteceu nada disso. Foi só que transformaram a congregação portuguesa em congregação francesa, e incorporaram aquellas pobres mulheres com as recem-vindas. Commetteram simplesmente um crime[1]. Que é que fizeram, que é o que constituiram, senão uma casa regular? É ou não é essa casa sujeita ao geral dos lazaristas franceses? A lei qualifica de rebellião o acto de se reconhecer em qualquer corporação religiosa um prelado maior que não seja bispo diocesano, e impõe aos contraventores a pena da sua rebeldia. O crime é aqui aggravado pela circumstancia de ser esse prelado um estrangeiro. A reacção amotinou-se contra as leis; estamos em plena revolução. A epocha de 1832 a 1834 foi condemnada, e amaldiçoado o nome do grande principe que a fez surgir. Velhos soldados do duque de Bragança, sois já poucos para defender as suas cinzas; sois ainda sobejos para morrer ao pé dellas. Soldados de Mindelo, rodeae o tumulo do imperador!

---

[1] Vide decreto de 9 de agosto de 1833.

A capital deste país, remido para a liberdade ha vinte e cinco annos á custa de torrentes de sangue, presenciou com assombro um espectaculo digno dos bons tempos da tyrannia. Quando em carruagens esplendidas passavam, commodamente reclinados, os confrades daquelles que, no Extremo Oriente, andam occupados em apagar os vestigios dos nossos martyres; quando, ao lado delles, se viam essas pobres mulheres enviadas de Paris para instrumentos dos planos de ultramontanismo, o lodo das ruas espadanando debaixo das suas carruagens ia salpicar a estamenha monastica, o grosseiro crucifixo de metal de outras mulheres, que perpassavam com a fronte inclinada para o chão, com as faces retinctas na pallidez que ahi tinha imprimido o longo padecer de longas miserias. Eram as irmãs de caridade portuguesas, declaradas schismaticas pelo synedrio da rua de S. Lazaro em Paris, como a sua patria era declarada schismatica pela congregação da Propaganda, não sabemos de que rua de Roma. As irmãs portuguesas estavam irregulares: tinham obedecido aos bispos apenas instituidos por Christo, e não ao geral dos lazaristas creado por ninguem menos do que por Urbano VIII: tinham apenas seguido á risca por trinta ou quarenta annos os preceitos da

caridade evangelica; mas não tinham chegado a comprehender todos os aperfeiçoamentos do evangelho, que as cartas patentes de Luiz XIV haviam em 1658 revelado á França[1]. Vacillavam quási á borda do atheismo. Era por isto que o zêlo com que haviam sido instituidas esfriara em quasi todos os animos devotos: era por isto que, á porta dos palacios sumptuosos, raramente o lacaio grosseiro lhes atirava ao regaço alguma esmola mesquinha. As economias da devoção era necessario enthesourá-las para tornar commodas as carruagens que tinham de servir aos verdadeiros agentes da exaltação da fé. Vinha a ser o mesmo que enthesourá-las no céu.

O povo soltou um gemido de dor e de indignação olhando para suas irmãs; porque as mulheres macilentas que passavam a pé, ao lado das carruagens dos lazaristas, eram irmãs do povo. Do alto da tribuna respondeu-lhe a injuria. Houve quem receasse que o gemer se convertesse em rugido. Enganavam-se. O povo é paciente, porque é christão, e porque tem a força. Calumniaram-no então. Affirmaram que elle insultara as mulheres estrangeiras. A regra de S. Vicente de Paulo diz: «Se

---

[1] O instituto das irmãs de caridade foi auctorizado em França em 1658.

a congregação ou qualquer das pessoas a ella sujeitas for persegida ou calumniada, absternos-hemos cuidadosamente de tirar disso a menor vingança, de maldizermos o offensor, e até do minimo queixume.» Conseguintemente o lazarismo foi a casa da policia, denunciou intenções, e pediu vingança. A policia saíu, correu, espreitou, inquiriu e veio, desconsolada e triste, declarar ao lazarismo que mentia. A policia tornava-se evidentemente impia. Era deploravel. Os adeptos consolaram-se com um grande e honrado triumpho que haviam entretanto obtido. A auctoridade ecclesiastica descera ao humilde retiro das mulheres macilentas, e com gesto severo impusera-lhes o dever de vestirem o novo trajo que chegara de França. Era a salvação. Obedeceram caladas. Aquelle escapulario, que bebera tantas vezes o suor da agonia na fronte do moribundo encostada ao peito da mulher do evangelho; aquella vestidura, cuja fimbria tinham regado tantas lagrymas de creancinhas abraçadas aos joelhos da mulher macilenta, ao pé da enxerga da mãe expirante; aquella estamenha, thesouro das pobres enfermeiras dos desvalidos, porque lhes era esperança no céu e mortalha na terra, disseram-lhes que a despissem, porque sem certos trajos franceses não havia irmãs de caridade. Trinta ou qua-

renta annos de privações, de insomnias, de abnegação, de preces, de lagrymas, tudo isso vão e mentido diante de Deus. Não sabemos se aquelles velhos habitos se venderam vantajosamente para a congregação. Sabemos só que o homem do povo, quando os for encontrar no mercado dos andrajos, deve salvá-los, guardando-os como uma memoria sancta entre as memorias dos seus, sob pena de ser ingrato.

As pobres mulheres do evangelho tinham tido o seu pretorio, a sua chlamyde coccinea e a sua corôa de espinhos. Ignoramos se, antes disso, lhes haviam apontado para as carruagens esplendidas do lazarismo, e repetido em voz baixa as palavras de um livro chamado a Biblia, de que é possivel terem noticia certos defensores da religião: *Hæ omnia tibi dabo, si cadens adoraveris me.*

As leis, os poderes publicos, a auctoridade administrativa, tudo curva a cabeça, tudo se esconde para deixar desembaraçado o caminho á reacção, que no seu impeto revolucionário passa radiosa. Vilipendiado o direito canonico recebido nestes reinos, em que se estriba a jurisdicção immediata dos prelados diocesanos nas respectivas dioceses, violadas as leis que manteem esse direito e punem como criminosos d'estado os seus infractores,

abrogadas pela vontade privada as condições legaes com que as irmãs de caridade existiam entre nós como corporação reconhecida, restava escarnecer das leis, que regem a educação publica, e que não são, na sua essencia, senão a expressão das doutrinas dominantes nas leis analogas de uma grande parte dos países civilisados. As leis e regulamentos de instrucção publica exigem habilitação para o magistério, tanto publico como livre, e fixam as condições, as formas dessa habilitação. Os governos relaxados que ha muito dirigem os negocios do país haviam tolerado abusos na educação privada, que, sem deixarem de ser perniciosos, não tinham, todavia, inconvenientes politicos. No relatorio dos fins de 1856 o commissario geral dos estudos em Lisboa assignalava esses abusos, e pedia a sua repressão: «Os mestres e mestras das casas de asylo da infancia desvalida — dizia elle — exercem alli o magisterio sem previo exame feito perante esta commissão. Quem os pode exemptar dessa obrigação? Ninguem: a lei é clara e terminante. E não virá d'aqui em grande parte o nenhum progresso de taes escholas? Creio que sim.» Inquieto com as manifestações do desgosto publico, o governo ordenava em setembro de 1858 áquelle zeloso funccionario que visitasse as escholas do

asylo dos orphãos da Ajuda, dos asylos da infancia desvalida[1] e do hospicio de Sancta Martha, e que pusesse ahi em vigor as leis e regulamentos d'instrucção publica. Devia terminar o exame, que aliás era obrigação do seu cargo, por um relatorio em que propusesse as providencias que excedessem a sua alçada, e fossem precisas para se verificar o exacto cumprimento da lei. Fez-se o exame: os abusos existiam; o relatorio não podia deixar de ser accorde com as instantes representações feitas pelo commissario dous annos antes. Se o mal era profundo até ahi por falta de sufficientes habilitações litterarias nos mestres e mestras das casas de asylo, os inconvenientes actuaes, ainda abstrahindo de todas as considerações politicas, eram sem comparação maiores. As irmãs de caridade não só careciam de habilitações legaes, mas tinham até sido exemptas de concurso. Chegavam de Paris para ensinar a ler e escrever português: vinham explicar á infancia as ver-

---

[1] Nestes asylos, de que o commissario dos estudos se queixava em 1856, os logares do magisterio eram providos por concurso na fórma dos respectivos estatutos approvados pelo governo. Em 1858, porém, as mestras já haviam sido substituidas por irmãs de caridade francesas por mero arbitrio das pessoas que os dirigiam.

dades fundamentaes da religião numa lingua que lhes era extranha, quando é sabido que na doutrina catholica uma palavra trocada, uma phrase inexactamente empregada podem converter um dogma numa heresia. No excesso do abuso associava-se o perigoso ridiculo, o illegal ao inconveniente. O relatorio do habil funccionario fez de certo sentir ao governo toda a extensão do mal. O commissario dos estudos seria indigno das funcções que exercitava, trahiria ignobilmente a sua consciencia, se, pondo de parte as doutrinas de legalidade que invocava dous annos antes, não ordenasse, dentro da esphera das suas attribuições, remedio a tantos desconcertos, e não sollicitasse do governo as providencias que ultrapassavam a sua jurisdicção. Por certo ordenou: por certo pediu. E todavia a situação monstruosa e illegal dos estabelecimentos da Ajuda e de Sancta Martha não mudou. Os preceitos do commissario dos estudos não foram respeitados, a lei não se cumpriu, e o governo, que a mandara executar rigorosamente, abaixou a cabeça em profundo silencio. Como explicar phenomenos taes, senão pela vontade energica da reacção, preponderante já, posto que occulta, na esphera dos poderes politicos?

É diante dos factos que temos ponderado;

é diante de signaes tão evidentes, de manifestações tão positivas de uma vasta conspiração contra a liberdade; é quando as descargas cerradas da reacção fuzilam na imprensa periodica, nos livros, nas associações, na secretaria, na tribuna, nas regiões diplomaticas, nas alturas da jerarchia civil e da jerarchia ecclesiastica, nos pulpitos das aldeias e nas escholas da infancia, que a insipiencia e a perfidia nos accusam de combater contra seis mulheres e dous frades! Quando apontamos para as leis rasgadas, para os principios postergados, para os canones e para as liberdades da igreja nacional vilipendiados, para a mulher portuguesa insultada e calumniada, accusam-nos de rancorosos e de violentos! A violencia está da nossa parte. A Europa indigna-se, porque o fanatismo rouba um filho a seu pae para o educar numa religião, embora verdadeira, em que este não crê. A nós não nos é permittida a indignação quando aos que dormem debaixo da terra, feridos pelo flagello de Deus, se lhes entregam os filhos, que elles não podem defender, a quem affeiçoe aquelles espiritos innocentes aos intuitos da reacção ultramontana e absolutista; aos intuitos desses mesmos homens, cuja audacia fanatica a Europa solemnemente acaba de condemnar. Não nos é licito oppormo-nos a que as no-

vas gerações se eduquem no odio dos principios que regem a terra patria, e pelos quaes a geração presente padeceu e combateu longamente. Não valerão, porventura, nada os principios, quando se tracta da innocencia desamparada, depois que sobre os labios frios dos seus naturaes defensores se estampou o sêllo da morte?

No meio de tantos delirios, uma das cousas que repugnam mais á razão, á consciencia e á verdadeira piedade, é a blasphemia que se encobre debaixo do diluvio de phrases com que se exaltam, sobre as ruinas da jerarchia ecclesiastica e da divina missão dos pastores, essas congregações de ambos os sexos nascidas ha dous dias, jesuitas, lazaristas, irmãs de caridade, e não sabemos que mais invenções modernas do ultramontanismo, desconhecidas durante quinze seculos da igreja. O bispo, o parocho, aquelles que o Salvador instituiu para ensinarem a lei e a salvação; aquelles que o Divino Mestre julgou sufficientes para manterem a pureza da fé, para serem o sol da terra e a luz do mundo, são declarados inhabeis ou insufficientes para exercerem as funcções que exclusivamente lhes foram commettidas, e muitos delles não hesitam em subscrever ao pensamento impio, escondido como o aspide nos morraçaes da al-

garavia devota. A congregação tende irresistivelmente a supprimir o episcopado e a ordem inferior dos pastores, como uma inutilidade. Do mesmo modo que demitte a historia, a reacção demitte a igreja. Se escapa aquelle que nós todos reconhecemos como o primeiro entre os seus irmãos, como o metropolita dos metropolitas, como o chefe espiritual do catholicismo, é para o converterem num despota; para precipitarem o reino de Deus das alturas do céu no abysmo da terra; para collocarem a tiara, nas relações temporaes, acima do poder civil: para, emfim, resolverem de modo definitivo o tremendo problema proposto por Gregorio VII á sociedade christã.

A estes intuitos a existencia ou, pelo menos, a auctoridade da ordem superior e da ordem inferior do clero legitimo ha de ser sempre um obstaculo, senão insuperavel, ao menos altamente incommodo. Sempre ha de haver uma parte delle que saiba a sua origem, que creia na sua missão divina, e que ouse protestar contra o despotismo da curia romana. Se a influencia dos chefes das congregações sobrepujar a dos prelados, não resta a estes senão uma energica e legitima resistencia, a não quererem a desauctoração do proprio caracter e a dissolução da igreja. Aquelles chefes, porém, cujos subditos devem ser

diante delles como o cadaver, como o baculo na mão do cego, como a lima na mão do obreiro, e cujo despotismo, não podendo estribar-se no céu, foi buscar a sanctificação em Roma; esses, decerto, nunca hão-de protestar contra a applicação á sociedade christã e á sociedade civil de um principio que é a essencia do proprio poder.

O antigo monachato, na singeleza da sua origem, nem era um perigo para as instituições sociaes, nem seria uma ameaça para a liberdade. O monachato, como elle nos apparece nos primeiros seculos christãos, representava os profundos desenganos, o cansaço e o tedio do viver civil. O monge, desposando a solidão, firmava um acto de divorcio com a sociedade. Esta não seria nem tolerante nem justa, se perguntasse ao que se collocava além della, que nada lhe pedia, nem impunha, nem offerecia, nem acceitava, qual era a norma da sua existencia. O mosteiro nos desvios selvaticos devia ser um sanctuario talvez ainda mais immune que a familia. Nesses tempos, nem sequer existia nexo entre cenobio e cenobio, embora entre elles houvesse uma regra commum. Para adquirir o alimento pelo trabalho e o céu pelo sacrificio não era preciso transportar para o deserto o mechanismo de uma organização complicada, nem vestir a

cogula ao despotismo. Um chefe electivo mantinha em cada gremio a disciplina indispensavel para a quietação de todos. Nas relações puramente espirituaes, esses homens pois nem sequer imaginavam que o sacerdocio devesse associar-se com o ermo; e se abandonavam a sociedade civil, não deixavam por isso de acceitar e reconhecer a igreja. Nunca se persuadiram de que a instituição divina dos pastores fosse insufficiente para apascentar o rebanho. Na sinceridade do seu coração não suspeitavam, sequer, que viriam tempos, em que os homens achassem incompleto o christianismo, e quisessem aperfeiçoar a jerarchia e o governo da igreja, immutaveis na essencia, como a sua doutrina.

Os institutos monasticos dilataram-se, prosperaram, degeneraram regressando ao mundo social, decaíram e pereceram, ou vegetam apenas num triste crepusculo. O liberalismo olha-os com suspeitas que os factos justificam. Entretanto a sua condemnação completa não se escreveu ainda. Talvez um dia, quando a liberdade for por toda a parte uma condição impreterivel da civilização e da existencia das nações christãs, o monachato resurja na sua primitiva pureza. Ha dores para as quaes a vida civil não tem balsamo, desalentos para que não tem conforto, desesperanças para que

não tem illusões, amarguras que não cabem nella. Além das suas fronteiras, dos seus asylos para os infortunios vulgares, porque se não deixará construir um refugio de preces e de lagrymas para as miserias incuraveis, e para as situações insoluveis e extremas?

Mas que ha commum entre isto e as congregações modernas, que se organizam pelo ideal do despotismo, e que, regidas por esse principio, tão odioso e brutal como energico, penetram no amago da sociedade como o ferro do machado no cerne do roble? Quando ellas pedirem ao povo o coração da mulher para o dirigir, e a debil intelligencia da infancia para a affeiçoar, o povo, se não for insensato, ha de forçosamente replicar-lhes: — «Para que pedis isso? Vindes do despotismo: não podeis senão arrastá-los para o despotismo: para o despotismo da igreja, e para o despotismo do estado.»

A introducção das irmãs de caridade francesas não é senão o prodromo do restabelecimento das congregações, que, longe de buscarem os ermos, só teem em mira apoderar-se da sociedade. A reacção sabe que ás vezes é melhor ir de roda para chegar mais depressa.

Num documento official allegaram-se os serviços das irmãs de caridade francesas no

Oriente, principalmente nos arraiaes da Criméa, para legitimar a admissão daquelle instituto no reino, quando o principal fim ostensivo dessa admissão era o gravissimo negocio da educação da infancia. Vinha a ser a melhor allegação, sendo pessima. Naquelle documento demittia-se a logica, e convertia-se a enfermaria em eschola normal. A reacção, tão astuta de ordinario, tem suas puerilidades. A capacidade das irmãs de caridade francesas para o magisterio talvez ainda venha a inserir-se como dogma no cathecismo. Por emquanto está sujeita á discussão. A regra de S. Vicente de Paulo não encerra em si a demonstração de tal capacidade, e os factos ainda tambem não a demonstraram. Ensinar não é synonymo de ensinar bem. Permittam-nos, pois, que entretanto duvidemos da virtude pedagogica dessa regra, virtude que seria mais um milagre dos officiaes deste genero de producto, porque não resulta de nenhuma das suas disposições positivas. A caridade poderá, talvez, só por si fazer uma boa enfermeira; o que de certo não faz é uma boa mestra.

O instituto das irmãs de caridade cerca-se de uma auréola facticia, porque é um instrumento de reacção. Admitti que a dedicação, aliás louvavel, dessas mulheres seja um ti-

tulo que supra a sciencia, que inutilize a intervenção do estado na educação, e diante do qual devam ceder os principios, as leis, os regulamentos, e achar-vos-heis em breve nas regiões do jesuitismo. Que vale a historia, mais ou menos exaggerada, dos sacrificios, do zêlo, da constancia das irmãs de caridade ao lado dos sacrificios, do zêlo, da constancia dos jesuitas, não neste ou naquelle país da Europa, mas no mundo conhecido? Depois, o jesuitismo tem titulos de sciencia bem diversos do que podem invocar as irmãs de caridade e a ordem que as dirige. Entregae, portanto, a educação e a instrucção, não só da puericia, mas tambem da mocidade, á companhia de Jesus.

Lá chegaremos, se não estivermos precavidos contra os sophistas.

O furor dimissorio da reacção não pára, nem na historia, nem na jerarchia christã, nem nos canones da logica: vai até a Providencia e até o Evangelho. Que ha particular e exclusivo na regra de S. Vicente de Paulo para produzir os resultados beneficos daquella associação como está constituida em França? A força impulsiva da vontade absoluta de um só homem é na verdade um elemento efficaz, posto que vulgar. O despotismo produz ás vezes o bem, ainda que em regra só produza

males. Mas os effeitos dessa organização, innegavelmente poderosa, acabam ahi. O resto operam-no a indole da mulher e a luz immortal do Evangelho. Quem ha que não visse, ao menos alguma vez, na obscuridade da vida domestica, uma irmã de caridade assentada á beira do leito da dor ou da ultima agonia? Onde está a mulher está a irmã de caridade. O seu espirito adeja em volta do padecer humano, para se precipitar nelle, como a mariposa á roda da luz. É o seu instincto, a sua indole, o seu destino. O amor, a amizade, a affeição filial ou fraterna, a maternidade escondem aos olhos dos outros e a seus proprios olhos as tendencias irresistiveis que a arrastam para levar um affecto aonde quer que sôa um gemido. Acima de todos os votos que se lhe podem ou pedir ou impor em nome do céu, ella tem dous, escriptos lá dentro, que a seguem do berço ao tumulo, a piedade e a paixão do sacrificio. Impellidas pelo sentimento religioso, essas tendencias vão até o sublime da abnegação: vão mais longe do que a irmã de caridade; vão até a mulher que se precipita na fogueira dos funeraes do Indostão. Essa mulher, como a irmã de caridade na Europa, representa a suprema devoção pelo sacrificio. A differença, porém, não está na regra de S. Vicente de Paulo: está em que

na Europa a mulher educa-se á luz esplendida do Evangelho; no Indostão ao crepusculo triste dos Védas.

Sem a sujeição aos lazaristas, o que a regra de S. Vicente de Paulo pode fazer é dar unidade e ordem aos admiraveis instinctos da mulher sanctificados pela religião; é estender o que ha mais bello no mundo, as consolações do affecto domestico juncto de um leito de dores, aos que não teem familia que lh'as possa dar, ou aos que a miseria e a doença entregam á caridade official. Mas attribuir á virtude do instituto o que principalmente provém da natureza e da religião, é depor a Providencia e o Christianismo para enthronizar um homem: é suppor que a sua obra vale mais que a obra de Deus: é a blasphemia da superstição.

Com o predominio, porém, do lazarismo; com uma obediencia cega a individuos que abnegam, diante de um chefe supremo, a vontade, a razão e a consciencia, as irmãs de caridade não são senão mais um perigo para a sociedade debaixo de apparencias illusorias. O bem que ainda assim fazem nem remotamente compensa os males que podem produzir. Instrumentos, provavelmente inscientes, do ultramontanismo, são como os maus actores, que se limitam a estudar o respectivo

papel sem conhecerem nem o enredo, nem os effeitos do drama.

Os serviços feitos á humanidade na guerra do Oriente pelas irmãs de caridade francesas, texto fecundo das pareneses da imprensa reaccionaria, e que tão pouco a proposito figuram em documentos que deveriam ser graves, teem acaso o valor e a significação que se lhes attribue? A guerra do Oriente foi emprehendida por duas das mais poderosas nações, uma dellas a mais opulenta e illustrada da Europa. As miserias e desgraças ordinarias da guerra são faceis de prever, e os governos dessas nações tinham-nas previsto: tinham-se preparado para ellas. Facultativos, hospitaes, enfermeiros, remedios, os confortos, em summa, que são compativeis com a dura e aventurada vida do soldado, não tinham sido predispostos com mão avara. Aquelles para quem esses immensos soccorros se destinavam eram homens no vigor da existencia, educados para affrontar virilmente as privações, a dor e a morte. As calamidades imprevistas não foram, nem podiam ser combatidas com menor energia. As inspirações da simples humanidade eram avivadas pelo interesse de manter a força material e moral dos exercitos numa campanha onde se decidia o duello entre as sociedades do Occidente e os netos de Attila.

Quanto a sciencia, a industria, a riqueza e a actividade administrativa podiam suggerir e applicar para allivio dos males inseparaveis da guerra, tudo se achava ao lado do homem robusto que padecia nos arraiaes da Criméa. Imaginar que cincoenta ou cem mulheres, suppriam, modificavam sequer as privações e os incommodos nascidos da falta accidental de recursos, ou das desordens imprevistas da natureza, é um paradoxo, que pedimos licença para não acreditar embora tenha a seu favor o testemunho *insuspeito* de generaes que haviam metralhado a liberdade por conta da reacção, e que se ufanavam com a intimidade dos chefes do jesuitismo; embora se estribe nos elogios gratuitos de funccionarios collocados numa situação elevada, mas dependentes desses pios generaes, e que nada perdiam em exaggerar, á vontade delles, os serviços dos jesuitas, dos lazaristas, das irmãs de caridade, ou de outras quaesquer corporações, que elles pretendessem exaltar.

Os pomposos relatorios das maravilhas praticadas pelas irmãs de caridade no Oriente o que provam de modo peremptorio é que a reacção é habil. Sabeis o que se passava então no país que ellas abandonavam para supprir as insufficiencias dos governos da Inglaterra, da França, da Sardenha e da Tur-

quia? Dir-vo-lo-hemos. Em França, dos doze milhões de desgraçados, cuja alimentação consiste apenas em centeio, batatas e agua, e que em grande parte vivem em casebres infectos[1], morriam de fome e de miseria oitenta mil pessoas, só no decurso de 1855! É uma auctoridade insuspeita, o chefe actual da repartição de estatistica em França, que no-lo assegura [2]. Onde era o posto da irmã de caridade francesa no meio de tantos infortunios? Era na patria, ou nos acampamentos do Oriente? Era ao pé do soldado ferido ou doente, mas de constituição robusta e de animo fero, vigiado, acariciado pela providencia sollicita dos poderes publicos, ou na aldeia, no casal solitario, na agua furtada do operario fabril, ao pé da enxerga do velho, da mulher, do infante, nús, esfaimados, esquecidos do mundo, abandonados pela caridade publica, e enviando talvez, no ultimo alento um grito de maldicção á sociedade? Se, educadas antes de se descobrir em França que toda a mulher deve apprender nos primeiros annos a executar os artefactos proprios do seu sexo, não podiam

---

[1] De Lavergne, *L'Agriculture et la Population*, pag. 399. (Note F.).

[2] Legoyt, *Journal des Economistes*, mars de 1857; De Lavergne, ibid., pag. 337.

trabalhar de noite e dia para ministrar aos extenuados e quasi moribundos, não confortos, não carinhos, não suavidades, mas simplesmente um bocado de pão negro que devorassem assentados no atrio da morte, podiam ao menos forcejar para que o ultimo suspiro delles não fosse um grito de desespero, mas um murmurio de resignação; podiam ir pelas portas dos palacios sumptuosos implorar a piedade dos ricos; pelas moradas da devoção opulenta pedir-lhe que fechasse por minutos o *Mez de Maria*, para ler algumas paginas dum livro plebeu chamado o Evangelho, que bastou para inspirar todas as virtudes, todos os heroismos do mais ardente amor do proximo nos seculos primitivos do christianismo. Os preceitos do livro plebeu podiam cumprir-se em França. Não sabemos se foram cumpridos no Oriente.

O que sabemos é que a piedade com o infortunio, exercida obscuramente, no casebre, na mansarda, nos recessos onde se occultam as grandes miserias, vê-a sómente Deus. A Criméa, Athenas, Varna, Gallipolli eram proscenios diante dos quaes se assentava espectadora a Europa, e a reacção sabe o que valem as artes scenicas. O theatro tentava! Se não servia excessivamente a humanidade enviando as irmãs de caridade ao Oriente, o la-

zarismo escrevia um magnifico thema para as pareneses dos seus missionarios, quando tractasse de as introduzir e de se introduzir, á sombra dellas, em qualquer país, onde a reacção carecesse do seu auxilio.

Aggredida, não só desde o primeiro dia da sua existencia, mas, até, ainda antes de se constituir, a Associação Popular Promotora da Educação do Sexo Feminino precisava de mostrar a sua opportunidade, a sua indole, e os seus fins. Para isto cumpria traçar rapidamente a historia da reacção nos ultimos dez annos. Essa historia revela o progresso constante da ideia reaccionaria, a sua pertinacia e as suas victorias. Os factos provam que o partido liberal necessita, emfim, de acordar do seu longo torpor, e essa necessidade justifica a existencia desta Associação. Os anteriores triumphos dos sectarios de toda a especie de despotismo teem sido daquelles que um governo firme e esclarecido pode facilmente inutilizar em qualquer tempo. A perversão, porém, das gerações novas ,sobretudo a perversão do espirito das mulheres, produz consequencias fataes, duradouras e difficeis de extirpar. No homem, a instrucção superior e a experiencia do mundo corrigem ás vezes as ideias falsas, as más tendencias da primeira educação. Á mulher faltam de

ordinario esses dous auxilios. Vehiculo seguro da peçonha que lhe instillou no entendimento a maldade, vai, sem o saber nem o querer, propiná-la no seio da familia aos que entranhavelmente ama. Persuadida uma vez de que as abusões e os actos mais contrarios á indole grave e severa do christianismo são condições da vida religiosa, não ha superstição, nem crendice que não imprima, com a quasi indestructibilidade das primeiras impressões, em animos innocentes, que ella, na sinceridade do seu coração, crê guiar pelo caminho do céu. Corrompe, logo a dous passos do berço, o infante regenerado pelo baptismo; torna moralmente rachitico o que, como christão e como homem social, deve ser moralmente forte. Da juventude até a velhice vai semeando na terra o mal e o erro, e morre tranquilla. Morre tranquilla com razão; porque foi apenas o baculo na mão do cego, a lima na mão do obreiro, o pinhal na mão do assassino.

É da educação que pode dar e receber a mulher que a reacção tende a apoderar-se introduzindo em Portugal as irmãs de caridade francesas. Nos asylos da primeira infancia a mestra substitue a mãe; na eschola do sexo feminino educam-se as que hão-de ser mães. Entregae esse asylo e essa eschola á influencia de congregações fortemente constituidas,

e hoje arregimentadas para combater o liberalismo, e calculae como pensarão d'aqui a vinte annos as gerações novas, e o que será feito, d'ahi a outros vinte, da liberdade politica e do verdadeiro christianismo.

A Associação Popular Promotora da Educação do Sexo Feminino deplora a fraqueza dos poderes publicos diante dessa tentativa audaz; lamenta que não haja nesta terra quem falle em nome do direito natural, da constituição, das leis e da sociedade; que os Thomés Pinheiro da Veiga, os Josés de Seabra, os Pereira Ramos não tivessem successores; que não se alevante uma voz auctorizada pelo seu cargo para revocar os governos e os funccionarios ao sentimento do proprio dever. Pessoa moral particular, composta de simples cidadãos, esta Associação não pode nem quer substituí-los; limita-se a repellir o empenho ultramontano na esphera de acção que as instituições lhe concedem. Busca oppor o asylo liberal, a eschola liberal, ao asylo ultramontano, á eschola ultramontana. A lucta não é nem facil, nem ingloria. Independente das suas allianças, publicas e secretas, e do pensamento politico que servem, os humildes missionarios de S. Vicente de Paulo não são adversarios de desprezar. Se não brilham, como nunca brilharam, pela sciencia, teem outra

força que a vale. Rotschilds das congregações religiosas, dispõem de milhões, prudentemente empregados nos fundos publicos de diversas nações da Europa, e adquiridos nas pias especulações do commercio e da industria.[1] Não é ingloria a lucta para manter o *escandalo* de não ser representada nas assembléas geraes da congregação lazarista a *provincia* de Portugal.[2]

Dizem-nos que viemos tarde; que outras associações nos precederam no empenho da educação. Cremos, apesar disso, que viemos a ponto. Não temos a pretensão de havermos inventado a eschola; não temos mais enthu-

---

[1] Les lazaristes ont plus de vingt millions placés en rentes sur différents états, de manière qu'à tout événement leurs ressources et leurs moyens d'action na leur manquent jamais. Génin, *Ou l'Église ou l'État*, pag. 213.

Tous les journaux, et notamment l'*Univers*, ont été remplis d'annonces et de prospectus de la caisse militaire et des distilleries du Nord, et parmi les noms des administrateurs destinés à faire arriver l'actionnaire, le public lisait avec édification: Mr. l'abbé *Étienne*, procureur générale des prêtres de S. Lazare... Mr. J. B. Nozo, supérieur générale des lazaristes. Les lazaristes marchands d'hommes et fabricants d'eau de vie! Id. *Ibid.*

[2] Excepté l'infortuneé Pologne, l'Espagne, le Portugal, toutes les provinces de l'ordre y sont représentées. *L'Univers* cit. por Génin, pag. 211.

siasmo pelas escholas do que por qualquer outro meio de civilização moral ou material. Não nos associámos até aqui para as fundar, pela mesma razão porque não nos associámos para construir estradas, ou caminhos de ferro, ou caixas economicas, ou bancos ruraes, ou presepes da infancia no berço. A lei do país impõe a todos os cidadãos o dever de mandar seus filhos á eschola, e obriga, portanto, o estado a subministrar-lh'a. Pagamos os tributos, e nunca prohibimos os nossos mandatarios que votassem amplamente os recursos pedidos para quaesquer institutos de educação publica que reputassem necessarios ou uteis. Fiámo-nos nas leis, nos governos, nos parlamentos. Podiamos instituir escholas como especulação; não quisemos especular no genero. Se intentamos fundá-las hoje, é como instrumento politico; é porque a reacção caminha ha dez annos de conquista em conquista, e aggride agora a liberdade por um lado perigosissimo. O procedimento dos poderes publicos durante dez annos e as suas tristes hesitações na actual conjunctura legitimam, sanctificam a nossa resolução; porque se tracta do envenenamento moral da sociedade pelo envenenamento moral da familia. Uma lei desta terra, uma lei de sete seculos, uma lei cuja duração representa um profundo senti-

mento de honra, diz que se pode ser homicida sem crime quando a prostituição do adulterio vae ennodoar o seio da familia[1]. É que a familia é a molecula social, e gangrenada ella, a sociedade esphacela-se num monte de podridão. Vamos muito menos longe que a lei. E todavia o perigo é maior; porque nos seminarios da reacção não se hostiliza só a liberdade: ensina-se tambem a revelar á donzela e á mãe de familia delictos mais monstruosos que o adulterio. Defendemos nossas mulheres, nossas irmãs, nossas filhas: defendemos as mulheres, as irmãs, e as filhas dos que hão-de vir depois de nós. Onde estará aqui o crime, a violencia, o erro, o motivo sequer de suspeição? Não dissimulamos, não tergiversamos; a nossa linguagem é simples e explicita como as nossas intenções.

E diz-se-nos que eduquemos por educar, e instruamos por instruir: que instituemos cidadãos aptos para todas as fórmas do governo; que ensinemos a ler e escrever a doutrina christã, e não curemos de mais nada. Todos esses conselhos não chegam a ser absurdos: ficam áquem; na demencia. Educar por educar! Instruir por instruir! Só ha uma cousa

---

[1] Ord., liv. 5.º tit. 38.

nas obras humanas que tenha em si mesmo a sua causa final; é a arte. Tudo o mais tem por objecto a sociedade ou o individuo. A educação não é nenhum poema, nenhum quadro, nenhuma partitura; a educação e a instrucção são o acto pelo qual uma geração transmitte a outra os thesouros de progresso moral e intellectual que herdou e augmentou; são uma grande questão social, e é por isso que o estado exerce nellas intervenção tão ampla. Se não fosse assim, a lei que, em todos os países cultos, fórça os individuos a receberem na eschola esse baptismo da civilização, fora tyrannia; fora tyrannia a inspecção do estado na educação livre. Crear cidadãos aptos para todas as fórmas de governo! Mas há formas de governo que vos pedem vassallos, que vos pedem servos, que vos pedem escravos, mas que não vos acceitam cidadãos. Se quereis subministrar-lhes o que elles pedem, fazei-o: nós não queremos. Nós forcejamos para que a geração que vier após nós seja uma nobre raça de homens livres; que odeie, não o reaccionario que pode estar involuntariamente no erro, mas o despotismo e a servidão; queremos affeiçoar uma geração nova rancorosa, mais rancorosa do que nós. Que ensinemos a ler, a escrever, a contar, e a doutrina christã sómente. Ensinae-o, se po-

deis, a uma creança sem lhe imprimir no espirito, cincoenta, cem, mil vezes mais ideias do que as necessarias para possuir esses elementos de cultura. Metade do que conhece do mundo material e moral a mais vasta intelligencia adquiriu-o na infancia. É nessa epocha da vida que a torrente das ideias, boas ou más, exactas ou inexactas, accumuladas pela tradição humana, se precipita com mais força no nosso espirito. O ensino voluntario e previsto é, sem comparação, menor do que o involuntario e despercebido, que do educador ou do mestre recebe o educando ou o discipulo. As preoccupações e os erros de facto ou de apreciação passam, com a mesma facilidade que as ideias sãs, de um para outro espirito, e passam, a cada hora, a cada momento, com uma auctoridade, com um prestigio, que não teem as transmittidas pelos outros individuos que revelam ao homem na infancia o mundo em que vai viver. Estas verdades triviaes, elementares, só ignora quem as quer ignorar. A reacção pode fazer com que as afoguem em phrases ôcas e em paradoxos; mas prova de sobejo pelos seus actos que sabe o que ellas valem. Tambem nós o sabemos: e nessas phrases e nesses paradoxos não vemos senão uma injuria á recta razão do país.

No meio das puerilidades, das affrontas, das calumnias, das maldicções, nós proseguiremos ávante nesta cruzada sancta da civilização e da liberdade .Chamamos a ella todos os homens sinceramente liberaes, que não estão resolvidos a transigir com genero algum de absolutismo, nem no estado, nem na igreja. Esses homens são os que querem as consequencias da restauração de 1833, restauração que foi ao mesmo tempo uma grande revolução, ou antes a unica revolução verdadeiramente importante deste país. A guerra da reacção é dirigida ainda mais contra as conquistas sociaes que então fizemos do que contra o governo parlamentar, embora tambem este seja aggredido. Querem-se os dizimos, os bens da corôa, os direitos de foral, os privilegios de casta ou de classe, os officios hereditarios, as rendosas capitanias-móres, as mitras opulentas, as ricas abbadias, os beneficios patriarchaes, a magestade do throno calumniada pela rapacidade cortezã, a suppressão da imprensa, methodo facil de moralizar, que consiste em fazer silencio ao redor da corrupção. A liberdade tornou-se incommoda, não só para os que perderam com os successos de 1833 ,mas tambem para muitos daquelles que mais ganharam com elles. Os que esgotaram o que a nova situação tinha para dar

vêem agora que o absolutismo dispunha de instrumentos mais efficazes para sugar da riqueza publica, do fructo do trabalho honesto, a quota do luxo e da devassidão dos escolhidos. Todas essas deplorações sobre a decadencia da moral e da religião; todos esses esforços para restaurar instituições derrocadas, são calculos de cubiça. O fanatismo é raro: o que está sendo vulgar é a hypocrisia. As comparações que se fazem do presente com o passado são falsas. Sem desconhecer que os costumes estão corrompidos, protestamos, com a historia nas mãos, que a decadencia moral dos seculos de absolutismo era muito maior do que a nossa. O remedio do mal presente não está em approximarmo-nos delles, está em afastarmo-nos. Os que pensam o contrario illudem-se; os que fingem pensá-lo são os que querem lucrar com as especulações ao divino.

Deploramos que, semelhantes ás facções religiosas do Baixo-Imperio, anathematizando-se mutuamente dentro dos muros de Constantinopla assediada pelos mussulmanos, as parcialidades liberaes não ouçam, no meio das suas discordias, o estrepito da reacção que marcha de victoria em victoria. Extranha a essas parcialidades, sem compromissos anteriores, esta Associação a nenhuma tem de

servir, nem de combater. Não busca para si um logar no meio dos grupos que pleiteiam na urna, no parlamento, e na imprensa um poder ephemero. Não tem ninguem a quem o offerecer. Que o partido liberal não abdique; ficará satisfeita. Todos os governos devem estar tranquillos ácerca da influencia maior ou menor que ella possa exercitar, porque não ha-de empregá-la senão contra os homens que se mostrarem deliberadamente favoraveis ás tentativas reaccionarias. Esses, se um dia se acharem no poder, contem com uma hostilidade implacavel da parte della. Persigam-na, que é do seu interesse fazê-lo. Hoje constitue-se para fundar escholas e asylos; pode amanhã alargar a esphera da sua acção, ou transformar-se. As phases da lucta determinarão o seu proceder. Se por emquanto só tracta de atalhar o perigo presente, porque é gravissimo ,não se infira d'ahi que cruzará os braços quando qualquer outro perigo igualmente grave ameaçar a sociedade nova, e a aggredir nas suas tendencias, na sua indole, ou nas suas tradições. Se a aggressão é ainda mais social que politica, a defesa ha-de ter os mesmos caracteres.

Como os antigos templarios, cujas perceptorias se collocavam nos confins dos países remidos para o christianismo e na frontaria

dos sarracenos, nós vamos plantar as nossas tendas de guerra, juncto dos marcos que dividem os dominios da reacção dos dominios da liberdade. Vigiaremos emquanto outros dormem: combateremos emquanto outros disputam. Quando algum de nós caír, os seus companheiros perguntarão quem rege os arraiaes da liberdade; perguntá-lo-hão para pedir sete palmos de terra livre que dê asylo ao que caíu. Se os houver para no-los darem, não indagaremos como se chamam os que no-los concederam. Sabemos que esses sete palmos não podem estar encravados em terra de servos. Eis o facto importante, e o fim supremo desta Associação. É o titulo da melhor herança que temos de legar a nossos filhos.

INDICE

INDICE

Monumentos Patrios 5
Da Propriedade Litteraria 57
Appendice 114
Carta á Academia das Sciencias 149
Mousinho da Silveira 167
Carta aos Eleitores do Circulo de Cintra 219
Manifesto da Associação Popular Promotora da Educação do Sexo Feminino 239

OBRAS
DE
Alexandre Herculano

Bobo (O) — Romance histórico ..... 10$00
Cartas (Inéditas) — 2 vols. ..... 20$00
Composições várias ..... 10$00
Estudos sôbre o casamento civil .... 10$00
Eurico, *o Presbítero* — Romance ..... 10$00
História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal — 3 vols. ..... 30$00
História de Portugal — Nova edição ilustrada com numerosos documentos autênticos — 8 vols. ..... 96$00
Lendas e Narrativas — 2 vols. ..... 20$00
Monge de Cistér (O) — Romance. 2 vols. ..... 20$00
Opusculos — 10 vols. Cada vol. ..... 10$00

Poesias:

Livro I, A harpa do crente. — Livro II, Poesias várias. — Livro III, Versões: de Millevoye, Béranger, Délavigne, Lamartine, etc. ..... 10$00